

RELATÓRIO ANUAL | 2013



www.elos.org.br

Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS

Praça Pereira Oliveira, 64 | Ed. Emedaux - Sobreloja | Florianópolis, SC | CEP 88010-540

Fone: (48) 2107 7500 | Fax: (48) 2107 7510

A VIDA
COMEÇA AOS **40**

2013
RELATÓRIO ANUAL





APRESENTAÇÃO

O ano de 2013 foi um marco, especialmente pelo aniversário de 40 anos da nossa Fundação. Quatro décadas que comprovam a solidez, o respeito e a credibilidade que a ELOS conquistou junto aos seus participantes, assistidos, patrocinadoras, parceiros e demais entidades de previdência complementar. Essa relação de confiança fortalece a entidade e aumentam nosso compromisso perante os desafios que surgem pelo caminho.

O maior desafio foi enfrentar e conviver com as oscilações e incertezas do mercado financeiro. Apesar disso, mesmo com as baixas rentabilidades das carteiras de investimentos dos nossos planos, o saldo histórico dos resultados continua positivo, acima da meta atuarial para os planos de benefício definido (BD) e acima do índice de referência para o plano de contribuição definida (CD). Os investimentos da ELOS são realizados com objetivos de rentabilidade de longo prazo e com muita solidez e os resultados devem ser analisados neste horizonte.

Foi também um ano de inovações e melhorias nos processos internos. Com o novo Portal ELOS, o lançamento do aplicativo para smartphones e a primeira edição da Revista CICLO, a Fundação vem acompanhando os avanços tecnológicos, proporcionando mais transparência e interatividade na comunicação com os participantes. No âmbito dos processos internos, a segregação dos recursos por planos de benefício, alterações das hipóteses atuariais e a elaboração de um Estudo de ALM (Asset Liability Management), que se traduz em uma busca de equilíbrio entre os investimentos da Fundação e a necessária cobertura dos compromissos futuros em relação aos planos BD. Foram atividades que demandaram muito empenho da equipe interna, da Diretoria, dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e Comitê de Investimento, porém, serão indispensáveis para a sustentabilidade de futuros projetos.

Uma comunicação mais direta e simples, um relacionamento mais próximo com o participante e um efetivo programa de educação financeira e previdenciária foram os balizadores das ações desenvolvidas em 2013.

Assim, este relatório contempla informações sobre os principais aspectos atuariais, previdenciais, econômico-financeiros e administrativos relativos ao exercício encerrado em 31/12/2013. Nos anexos estão as Políticas de Investimento, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultados e do Fluxo Financeiro, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, e Pareceres do Atuário Independente, Auditoria Independente, Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Agradecemos a todos que contribuíram para o sucesso das atividades da Fundação ELOS em 2013. A dedicação, o empenho e o conhecimento dos nossos colaboradores foram imprescindíveis na execução dos trabalhos. As decisões e orientações do Conselho Deliberativo e a presença atuante do Conselho Fiscal e do Comitê de Investimentos nos ajudaram a buscar sempre as melhores soluções no alcance dos objetivos da Fundação Elos.

Diretoria Executiva.

1 RESUMO DOS RESULTADOS



2 DETALHAMENTO DOS RESULTADOS



3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS







1

RESUMO DOS
RESULTADOS

INTEGRANTES FUNDAÇÃO ELOS 2013

CONSELHO DELIBERATIVO

Titular

Ana Maria Tancredo
Antônio Francisco Moser
Janildo Jovino da Silveira
Marcelo Haendchen Dutra
Tomé Aumary Gregório
Vera Adélia Martins

Suplente

Neide Therezinha Aguiar
Antônio Carlos Benavides
Marialba Dos Santos Coelho
Silvio Roberto Seára Junior
Eduardo Cardeal Tomazzia
Altino Vieira

CONSELHO FISCAL

Titular

Claudio Goulart
Luiz Francisco da Silva Eibs
Maria Dolores Brolese Vieira
Sandro Rodrigues da Silva

Suplente

Luiz Claudio de Carvalho Rodrigues
Douglas Silvestre Laranjeira
Heidi Regina da Silva Schoeler
Geraldo Andrade de Souza

DIRETORIA

Nelso Müller
Geazi Correa
Roberto Helou

Diretor Superintendente
Diretor Financeiro e Administrativo
Diretor de Seguridade

QUEM SOMOS

A Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social – ELOS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), de caráter social, também conhecida como Fundo de Pensão, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

HISTÓRIA

A ELOS foi criada no ano de 1973 pela Eletrosul Centrais Elétricas, visando ofertar a seus empregados o benefício de uma previdência complementar como parte de sua política de recursos humanos.

No ano de 1997 a ELOS passou a ter duas patrocinadoras, dado o processo de privatização do parque gerador da “Eletrosul Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A – ELETROSUL”, com a constituição da “Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. – GERASUL”, que mais tarde foi adquirida pelo grupo GDF Suez e veio a se tornar a Tractebel Energia S/A.

MISSÃO

Assegurar a complementação dos benefícios da Previdência Social aos empregados da Eletrosul, da Tractebel Energia e da ELOS e a seus dependentes, administrando Fundo de Pensão, com contribuições das patrocinadoras e dos participantes.

PAPEL

O papel da ELOS está focada em três óticas:

Visão Corporativa - Ótica da Patrocinadora

Instrumento de política de Recursos Humanos que permite manter e atrair bons profissionais, renovar seus quadros, diminuir tensões trabalhistas, elevar e manter a motivação e grau de satisfação de seus empregados, entre outros.

Visão Previdenciária - Ótica do Participante

Entidade responsável pela gestão dos recursos de uma coletividade, objetivando assegurar a seus participantes, através de reservas técnicas atuarialmente dimensionadas, um Plano de Benefícios, onde se destaca a complementação de aposentadoria e pensão.

Visão Socioeconômica - Ótica da Sociedade

Investidor institucional de longo prazo, que, em conjunto com as demais Fundações no Brasil, detém cerca de R\$ 619 bilhões aplicados em imóveis, ações, títulos públicos e privados e outros ativos e que, portanto, se constitui em importante instrumento da economia nacional.

IDEAIS CORPORATIVOS

A ELOS, visando atender os objetivos básicos de Governança Corporativa, pauta suas ações pelos seguintes princípios:

TRANSPARÊNCIA

Mais do que a obrigação, a administração cultivará o desejo de informar, sabendo que da boa comunicação interna e externa, particularmente quando espontânea, franca e rápida, resulta em um clima de confiança, tanto internamente, quanto nas relações da entidade com terceiros.

EQUIDADE

Caracterizada pelo tratamento justo e igualitário de todos os envolvidos na Fundação ELOS. Atitudes ou políticas discriminatórias, sob qualquer pretexto, serão totalmente inaceitáveis.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Os agentes da governança corporativa devem prestar contas de sua atuação a quem os elegeu e respondem integralmente por todos os atos que praticarem no exercício de seus mandatos.

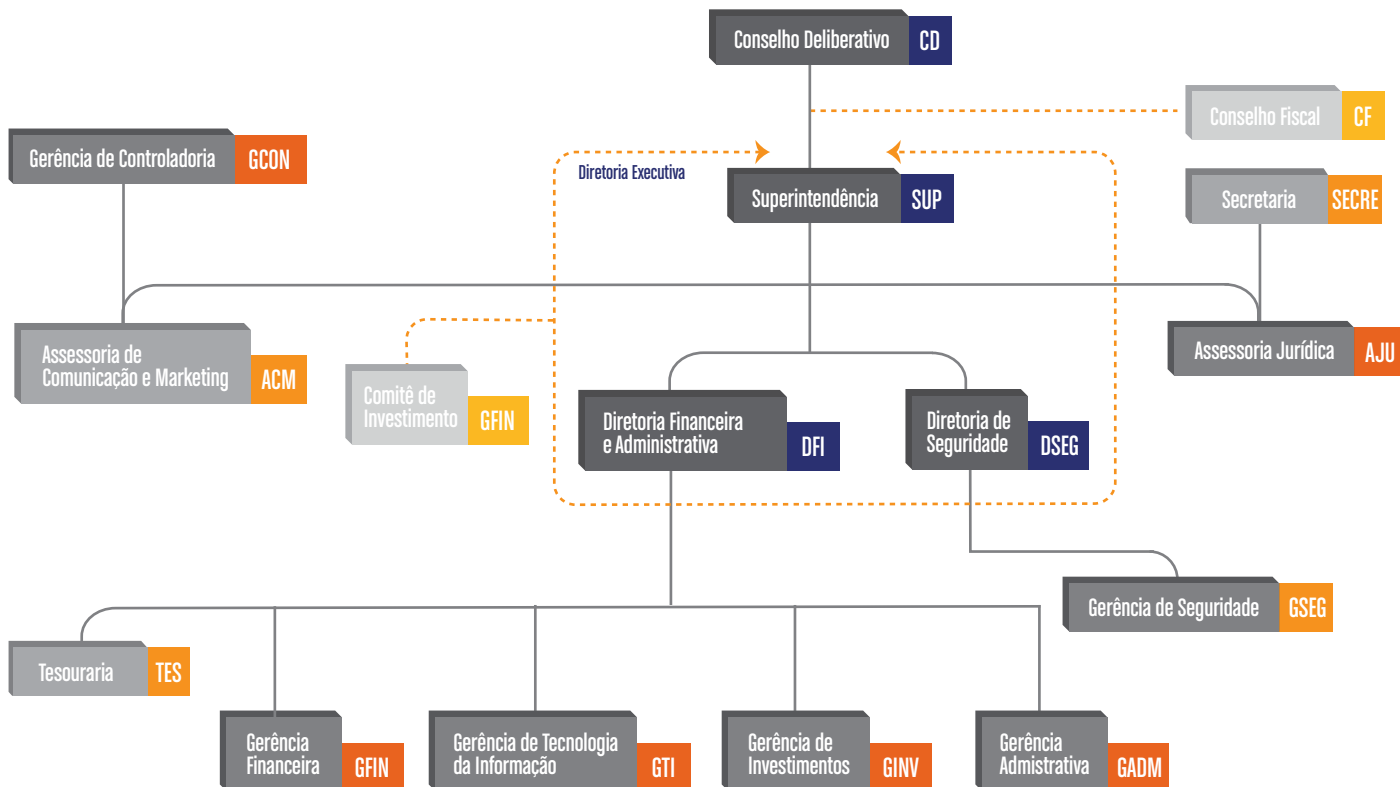
RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Conselheiros e Diretores deverão zelar pela perenidade da Entidade com visão de longo prazo (sustentabilidade) e, portanto, devem incorporar considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações. Responsabilidade Corporativa é uma visão mais ampla da estratégia empresarial, contemplando todos os relacionamentos com a comunidade em que a sociedade atua.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A ELOS fechou o ano de 2013 com uma equipe composta por 22 empregados, 3 diretores e 2 funcionários terceirizados,

A estrutura organizacional abaixo foi aprovada no final de 2013 e começou a vigorar em janeiro de 2014.





FATOS RELEVANTES

INVESTIMENTOS

Elaboração de Estudo de Asset Liability Management - ALM para os Planos BD - ELOS/Eletrosul e BD - ELOS/Tractebel, cujo objetivo é efetuar o trabalho de "casamento" entre ativos e passivos na carteira de investimentos dos planos acima mencionados.

Foi apresentada também em 2013, a proposta para implantação do projeto de Perfil de Investimento para os participantes do Plano CD Eletrosul.

DÉFICIT DOS PLANOS BD-ELETROSUL E BD-TRACTEBEL

Diante dos desafios impostos pela conjuntura econômica no ano de 2013, que gerou uma rentabilidade negativa para os planos de benefício definido da ELOS, que passaram de uma situação superavitária para deficitária. Porém, como o percentual de déficit está dentro do limite previsto na legislação vigente, não há necessidade de equacionamento em 2014.

ALTERAÇÕES DAS HIPÓTESES ATUARIAIS E MÉTODOS UTILIZADOS

Com base nos estudos atuariais realizados anualmente, as premissas relativas à taxa de mortalidade, taxa de juros real, crescimento salarial, entre outras, foram alteradas para que continuem aderentes aos objetivos dos planos de benefícios.

ALTERAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO UTILIZADA PARA COBRANÇA DAS CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRATIVAS DO PLANO CD ELETROSUL

A partir de março de 2013, com a publicação da portaria PREVIC n.º 89 que aprovou as alterações propostas para o regulamento do plano de benefícios CD-ELETROSUL, a ELOS passou a utilizar como base de cálculo o Saldo da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder do Participante para apuração da fonte de custeio do PGA do referido plano, com a utilização do percentual de 0,018% aprovado pelo Conselho Deliberativo por meio da ATA n.º 305, de 14 de março de 2013. A referida ATA também define a utilização do Fundo Administrativo para cobrir as despesas administrativas vinculadas ao plano CD-ELETROSUL, bem como determina um saldo mínimo para a manutenção desse fundo.

SEGREGAÇÃO REAL DOS RECURSOS

No ano passado, a ELOS adotou a estrutura MULTIFUNDO para todos os planos de benefícios, situação que caracteriza uma gestão individualizada dos recursos por plano de benefícios.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA

O Programa Integrado de Educação Financeira e Previdenciária – A Escolha Certa completou um ano em junho de 2013 e já apresenta um vasto conteúdo produzido em conjunto pelas 13 entidades de Santa Catarina para ser utilizados nas ações com os participantes. São vídeos, apostilas, histórias em quadrinhos, modelos de planilhas para orçamento familiar, enquetes, matérias e outros conteúdos lúdicos para despertar o interesse do participante e de sua família para a importância da educação financeira e previdenciária.

NOVO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO ELOS

O Jornal impresso da ELOS foi reformulado e ganhou formato de Revista. Com o nome de Revista CICLO, tem um layout mais limpo e agradável e apresenta editorias novas, com foco na saúde e no bem estar dos participantes, além de trazer as informações sobre os planos de benefícios, rentabilidade dos investimentos e notícias da Fundação. A sua periodicidade é quadrimestral e geralmente terá 24 páginas.

CAMPANHA PARA INCENTIVO AOS ACORDOS JUDICIAIS

Foi lançada em outubro de 2013 uma campanha para conscientização dos participantes em relação ao impacto das ações judiciais nos planos de benefícios.

Desde outubro até dezembro 2013, foi registrado o seguinte resultado com a campanha

- 4 (quatro) acordos judiciais homologados;
- tratativas avançadas em outros 4 (quatro) processos judiciais;
- 1 (uma) resolução positiva de pedido administrativa e outras 2 (duas) em andamento avançado;
- Inúmeros contatos de participantes questionando a possibilidade de algum tipo de acordo.

Houve 2 (duas) notificações extrajudiciais questionando o conteúdo da campanha, ambas foram contra notificadas sem maiores consequências e 2 (dois) pedidos administrativos negados pela Diretoria e/ou Conselho Deliberativo.

APLICATIVO ELOS

O aplicativo para dispositivos móveis (smartphones e tablets) lançado no mês de julho, contava com 103 instalações para Android e 127 para iOS, em 31

de dezembro de 2013. Este aplicativo permite que o participante acesse do seu celular, por exemplo, a área restrita do Portal ELOS e veja o extrato do seu plano e outras informações da Fundação.

NOVO PORTAL DA FUNDAÇÃO

Em novembro foi lançado o novo portal, com um visual mais simples e organizado.

Para uma maior transparência de informações, muitos conteúdos que antes ficavam restritos na área de participantes, estão públicos, além de contar com uma frequência maior de atualizações.

NOVO DIRETOR SUPERINTENDENTE

Apesar de se tratar do exercício 2013, vale ressaltar que em janeiro de 2014, Nelso Müller, indicado pela patrocinadora Eletrosul Centrais Elétricas S.A. assumiu o cargo de diretor superintendente da Fundação ELOS. Posição antes ocupada por Nelson Antônio Vieira de Andrade.

CRIAÇÃO DE UMA NOVA ÁREA

Em 17/12/2013, o Conselho Deliberativo aprovou a reestruturação organizacional na Fundação, criando a Gerência Administrativa. As atividades administrativas eram acumuladas pela Gerência de Controladoria.



RESULTADOS CONSOLIDADOS DA ELOS NO ANO DE 2013

PATROCINADORAS

As empresas que ofertam, por intermédio da ELOS, planos de previdência complementar aos seus empregados, como benefício integrante de suas políticas de recursos humanos, são chamadas de patrocinadoras dos planos. São patrocinadoras da ELOS:

- *Eletrosul Centrais Elétricas*
- *Tractebel Energia*
- *Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS*

A ELETROSUL

Patrocinadora Instituidora, a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. é uma empresa subsidiária de Centrais Elétricas do Brasil S.A. - ELETROBRAS, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Foi constituída em 23/12/1968. É uma sociedade de economia mista de capital fechado, concessionária de serviços públicos de transmissão e geração de energia elétrica.

Com sede em Florianópolis, estado de Santa Catarina e atuação preponderante nos estados da região Sul e Mato Grosso do Sul, realiza estudos e projetos, constrói e opera instalações de transmissão e de geração de energia elétrica, investe em pesquisa e desenvolvimento, fomenta o uso de fontes alternativas de energia, presta serviços de telecomunicação e pratica outros atos de comércio decorrentes destas atividades.

No segmento transmissão, integra e interliga as fontes de energia elétrica aos mercados consumidores, criando condições para a competição. Viabiliza, com os demais países do MERCOSUL, a importação e/ou exportação de energia elétrica e garante a qualidade da energia nos pontos de suprimento. No segmento Geração, dá continuidade às atividades para implantação de empreendimentos hidrelétricos e de fontes alternativas, que consolidarão seu retorno a este mercado.

A TRACTEBEL

A Tractebel Energia S/A surgiu da aquisição da Gerasul, empresa que havia sido formada após um processo de privatização do parque gerador da Eletrosul, pelo grupo belga GDF Suez, e passou a ser chamada posteriormente de Tractebel Energia S/A. Com isso, a ELOS passou a ter duas patrocinadoras.

Com sede na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, responsável por cerca de 7% da geração total do país, é a líder em geração privada de energia elétrica no Brasil.

Seu parque gerador, com 21 usinas hidrelétricas, termelétricas e eólicas nos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Piauí, Ceará, Minas Gerais e São Paulo tem capacidade instalada de 8.715 MW.

Pertencente ao Grupo franco-belga GDF SUEZ, a Tractebel Energia S/A conta com aproximadamente um mil empregados no país e tem como maiores clientes as concessionárias de distribuição de energia e indústrias - além de prestar serviços associados como a implantação de instalações de cogeração, operação e manutenção de equipamentos de produção de energia e monitoramento da qualidade da energia.

A ELOS

Os planos pela ELOS geridos também são ofertados aos seus empregados como parte integrante da sua política de gestão de recursos humanos.

PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A ELOS oferta, atualmente, três planos de previdência complementar, sendo dois na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Definida. São eles:

- *Plano BD-ELOS/Eletrosul (Patrocinadoras Eletrosul Centrais Elétricas S/A e Fundação ELOS)*
- *Plano BD-ELOS/Tractebel (Patrocinadora Tractebel Energia S/A)*
- *Plano CD-Eletrosul (ELOSPrev) (Patrocinadoras Eletrosul Centrais Elétricas S/A e Fundação ELOS)*



DOS RECURSOS ADMINISTRADOS

O Ativo Total administrado pela ELOS, apresentado a seguir, é composto pelas contribuições dos participantes e patrocinadoras, efetuadas até 31 de dezembro de 2013, bem como os resultados obtidos por meio de suas aplicações e investimentos para o mesmo período.

Ativo Total Administrado em 2013: R\$ 2.332.472 mil

Ativo Total Administrado em 2012: R\$ 2.561.822 mil

Assim, a ELOS encerrou o ano de 2013 com a gestão de um ativo total de aproximadamente R\$ 2.332 milhões, 9% menor do que em 2012, quando o Ativo Total correspondia a cerca de R\$ 2.562 milhões.

Parte deste valor já está comprometido com obrigações assumidas pela entidade, tais como:

- **Exigível Operacional: R\$ 2.301 mil**
Pagamento de benefícios, impostos a recolher e outros valores a pagar.
- **Exigível Contingencial: R\$ 26.971 mil**
Corresponde ao montante provisionado para gastos que possam vir a ocorrer provenientes de processos judiciais, tanto de natureza cível como trabalhista, movidos contra a Fundação.
- **Fundo Não Previdencial: R\$ 31.272 mil**
Refere-se aos valores de fundo administrativo (empregados na gestão da entidade e de seus planos) e fundo de investimentos (para cobertura de empréstimos em caso de morte de participante dos planos de benefício definido).

Do Ativo Total, descontadas as obrigações acima, obtém-se o Ativo Líquido, que quando superior às provisões matemáticas e previdenciais gera um superávit, em caso contrário um déficit; demonstrando a capacidade do plano em cumprir ou não suas obrigações futuras de pagamento de benefícios.

No quadro a seguir, é possível observar que o Ativo Líquido no final do exercício de 2013 foi de cerca de R\$ 2 bilhões e um déficit aproximado de R\$ 303 milhões.



CONTRIBUIÇÕES E BENEFÍCIOS

Além das contribuições correntes efetuadas pelos participantes e patrocinadoras, o valor abaixo inclui contribuições extraordinárias e recursos provenientes de contribuições contratadas, realizadas no ano de 2013, já descontadas as taxas administrativas.

CONTRIBUIÇÕES

Valor total de contribuições previdenciais

* 2013
R\$ 68.600 mil

* 2012
R\$ 101.810 mil

Abaixo o valor total de benefícios concedidos no ano de 2013, como aposentadorias, pensões e auxílios.

BENEFÍCIOS	* 2013	* 2012
Valor total de benefícios concedidos	R\$ 151.250 mil	R\$ 139.810 mil

QUADRO DE PARTICIPANTES

O quadro de participantes da Fundação ELOS apresentou um pequeno aumento em relação ao ano de 2012, totalizando, em 31 de dezembro de 2013, 4.547 participantes. Destes, 1.263 são vinculados ao Plano BD-ELOS/Eletrosul, 2.165 ao plano BD-ELOS/Tractebel; ambos na modalidade de Benefício Definido, e 1.119 ao plano CD-Eletrosul, na modalidade de Contribuição Definida. Nestes números estão incluídas uma pensão suspensa do plano BD-ELOS/Eletrosul e 33 do plano BD-ELOS/Tractebel.

PARTICIPANTES ATIVOS

2013	1.545
2012	1.647

PARTICIPANTES ASSISTIDOS*

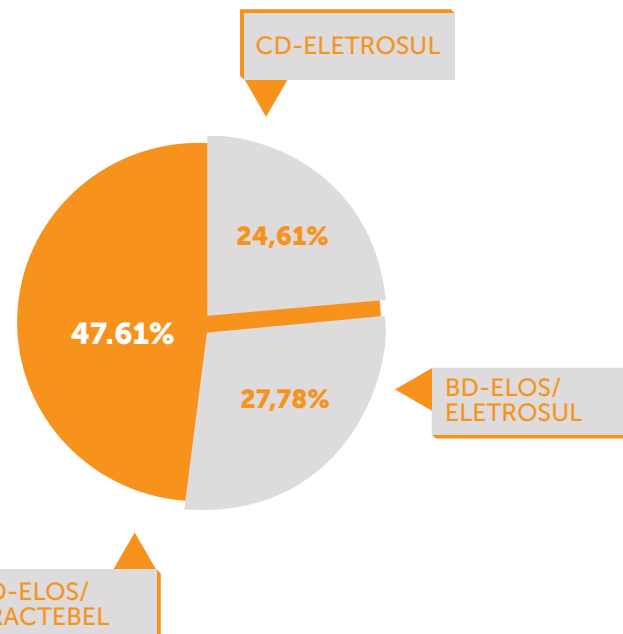
2013	2.973
2012	2.831

PARTICIPANTES em BPD**

2013	29
2012	34

TOTAL DE PARTICIPANTES

2013	4.547
2012	4.512



* Inclusive 34 pensões suspensas

**BPD: Benefício Proporcional Diferido. Opção feita pelo participante que, desligando-se da patrocinadora, opta por não contribuir mais ao plano no qual estava inscrito, com direito a receber futuramente um benefício de aposentadoria, na proporcional ao seu direito, observado sempre as condições estipuladas pelos respectivos Regulamentos dos Planos.

INVESTIMENTOS

TOTAL DO PATRIMÔNIO NO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Do Ativo Total administrado pela ELOS no ano de 2013, cerca de R\$ 2.213.370 mil está destinado ao programa de investimentos. No final de 2012, este valor correspondia a cerca de R\$ 2.425.583 mil.

- *Patrimônio Total Administrado em 2013: R\$ 2.332.472 mil*
- *Patrimônio Total Administrado em 2012: R\$ 2.561.822 mil*
- *Patrimônio Investido em 2013: R\$ 2.213.370 mil*
- *Patrimônio Investido em 2012: R\$ 2.425.583 mil*

O total do patrimônio no programa de investimentos corresponde ao valor total de contribuições vertidas ao plano pelos participantes e patrocinadoras, descontados os valores de taxa administrativa, direcionada para o Programa de Gestão Administrativa, devidamente rentabilizado por meio de suas aplicações e investimentos.

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Quanto à alocação dos recursos, o patrimônio está assim distribuído:

- **Renda Fixa:** 80,17% do patrimônio
R\$ 1.774.486 mil
- **Renda Variável:** 12,97% do patrimônio
R\$ 287.074 mil
- **Investimentos Estruturados:** 1,36% do patrimônio
R\$ 30.146 mil
- **Empréstimos a Participantes:** 2,71% do patrimônio
R\$ 59.895 mil
- **Imóveis:** 2,79% do patrimônio
R\$ 61.769 mil

CENÁRIO ECONÔMICO - 2013

O ano de 2013 foi marcado pela instabilidade do mercado financeiro e pela grande volatilidade dos títulos públicos, principalmente as NTN-Bs de longo prazo, principais papéis adquiridos pelas entidades de previdência complementar.

Já no primeiro trimestre, o governo iniciou o ciclo de alta de juros para conter a inflação. As incertezas no mercado mundial em relação à condução da política monetária americana agravaram a situação no segundo trimestre. A redução dos estímulos monetários do governo norte-americano e o anúncio de que o fim desses estímulos à

economia americana estava próximo, provocou a saída de capital estrangeiro dos países emergentes, inclusive do Brasil, o que depreciou a taxa de câmbio e desvalorizou os papéis brasileiros.

Esse mesmo cenário permaneceu no segundo semestre, agravado pelo resultado fiscal do governo brasileiro abaixo do esperado e uma queda significativa no consumo, fatores que pressionaram ainda mais as taxas de juros.

Renda Fixa

No quarto semestre de 2013, o mercado acalmou-se um pouco, pois houve maior clareza sobre a condução da política monetária americana. Com o ano marcado por incertezas, os juros reais que em dezembro de 2012 estavam em 3,96% (NTN-B vencimento 2050), encerraram 2013 em 6,52%. Isso foi consequência do cenário exposto acima, o que reflete uma desvalorização desses papéis.

Renda Variável

O desempenho da economia, mesmo com os estímulos do governo, não reagiu o suficiente para impulsionar o PIB, consequentemente a bolsa de valores brasileira teve um desempenho ruim em 2013.

INDICADORES		
	2013(%)	2012(%)
INPC	5,67	6,20
IPCA	5,91	5,84
SELIC	8,22	8,49
Poupança	6,32	6,58
IBOVESPA	(15,50)	7,40

EMPRÉSTIMOS

Além de ofertar planos de previdência complementar, a ELOS dispõe aos seus participantes interessados, a possibilidade de efetuar empréstimos especiais, de acordo com o plano no qual esteja inscrito, com a facilidade de juros acessíveis e abaixo dos praticados pelo mercado.

O saldo de Empréstimos em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 59.832 mil, correspondente a 2.631 contratos vigentes. Há uma diferença contábil de aproximadamente R\$ 63 mil no saldo total de empréstimos em relação ao valor apontado na alocação de recursos, essa diferença só aparece na consolidação dos resultados e refere-se a valores a pagar/receber entre os programas de empréstimos dos planos. Em 2012, a quantidade era de 2.647, somando um total de R\$ 58.190 mil.



RESULTADOS DO PLANO BD-ELOS/ELETROSUL

O plano de previdência complementar BD-ELOS/ELETROSUL atende os empregados da patrocinadora Eletrosul Centrais Elétricas S/A e também os da própria Fundação ELOS. Encontra-se fechado para novas adesões desde 1º de janeiro de 2010, em virtude da criação do Plano de Benefícios Previdenciários nº 01 – CD-Eletrosul.

A migração para o Plano CD-ELETROSUL foi dada apenas aos participantes em atividade, sendo que aqueles que optaram por permanecer no plano, bem como a todos os assistidos (aposentados e pensionistas), ficaram garantidos os direitos, conforme estipulado em regulamento.

- **Início de Vigência:** 17 de julho de 1973
- **Registro CNPB:** 1974.0002-65

Patrocinadoras

- *Eletrosul Centrais Elétricas*
- *Fundação ELOS*

DOS RECURSOS ADMINISTRADOS

O Ativo Total do plano BD-ELOS/ELETROSUL apresentado a seguir, é composto pelas contribuições dos participantes e patrocinadoras além de contribuições contratadas, efetuadas até a data de 31 de dezembro de 2013, bem como os resultados obtidos por meio de suas aplicações e investimentos para o mesmo período.

Assim, o plano BD-ELOS/ELETROSUL encerrou o ano de 2013 com um ativo no total de aproximadamente R\$ 926 milhões, 6,02% menor do que em 2012, quando o Ativo Total correspondia a cerca de R\$ 985 milhões.

★ *Ativo Total Administrado em 2013: R\$ 925.731 mil*

★ *Ativo Total Administrado em 2012: R\$ 984.963 mil*

Parte destes valores já está comprometida com obrigações assumidas pela entidade, tais como:

- **Exigível Operacional: R\$ 1.076 mil**

Pagamento de benefícios, impostos a recolher e outros valores a pagar.

- **Exigível Contingencial: R\$ 7.846 mil**

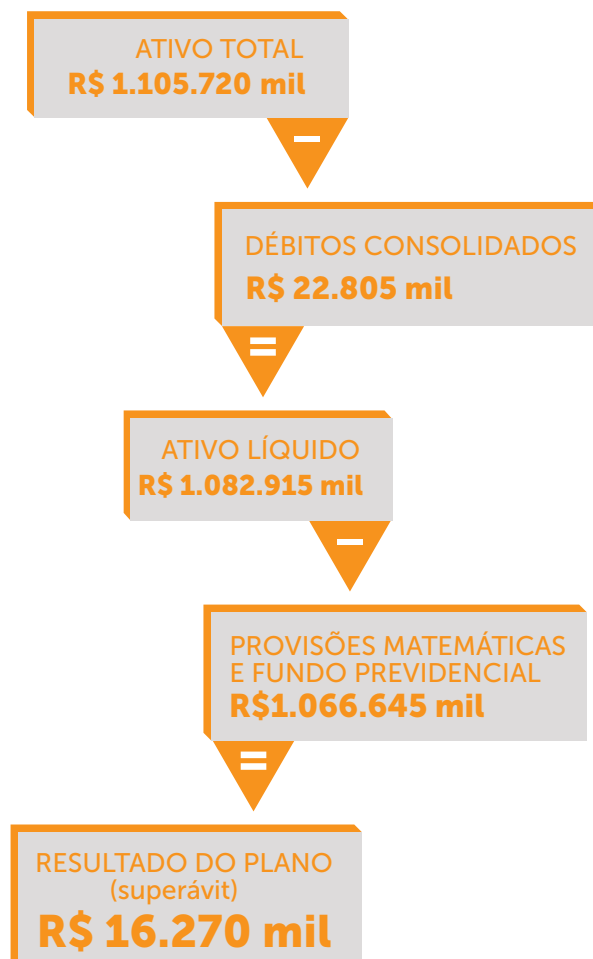
Corresponde ao montante provisionado para gastos que possam vir a ocorrer provenientes de processos judiciais, tanto de natureza cível como trabalhista, movidos contra a Fundação.

- **Fundo Não Previdencial: R\$ 20.226 mil**

Refere-se aos valores de fundo administrativo (empregados na gestão da entidade e seus planos) e fundo de investimentos (para cobertura de empréstimos em caso de morte de participante dos planos de benefício definido).

Do Ativo Total, descontadas as obrigações acima, obtém-se o Ativo Líquido, que quando superior às provisões matemáticas gera um superávit, em caso contrário um déficit; demonstrando a capacidade do plano em cumprir ou não suas obrigações futuras de pagamento de benefícios.

No quadro a seguir, é possível observar que o Ativo Líquido no final do exercício de 2013 foi de cerca de R\$ 896 milhões e um déficit aproximado de R\$ 155 milhões.



CONTRIBUIÇÕES E BENEFÍCIOS

Além das contribuições correntes efetuadas pelos participantes e patrocinadoras, o valor abaixo inclui contribuições extraordinárias, recursos provenientes de contribuições contratadas e valor para custeio administrativo, realizadas no ano de 2013.

CONTRIBUIÇÕES	* 2013	* 2012
Valor total de contribuições previdenciais	R\$ 31.169 mil	R\$ 61.748 mil

Abaixo o valor total de benefícios concedidos no ano de 2013, como aposentadorias, pensões e auxílios.

BENEFÍCIOS	* 2013	* 2012
Valor total de benefícios concedidos	R\$ 43.921 mil	R\$ 46.815 mil

QUADRO DE PARTICIPANTES

O quadro de participantes do plano BD-ELOS/Eletrosul apresentou um pequeno decréscimo de 0,08% em relação ao ano de 2012, totalizando, em 31 de dezembro de 2013, 1.263 participantes, incluindo aqui uma pensão suspensa.

PARTICIPANTES ATIVOS	
2013	549
2012	666

PARTICIPANTES ASSISTIDOS	
2013	707
2012	591

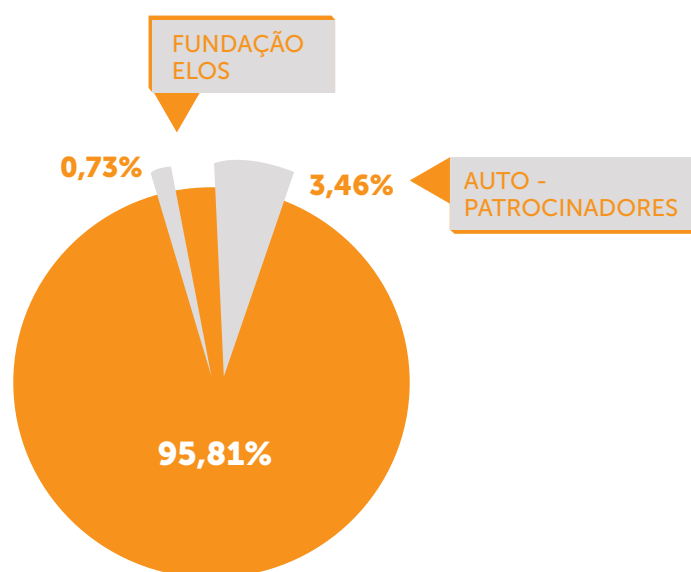
PARTICIPANTES em BPD*	
2013	7
2012	7

TOTAL DE PARTICIPANTES	
2013	1.263
2012	1.264

Do total de participantes ativos, 526 são vinculados à patrocinadora Eletrosul Centrais Elétricas S/A, 04 à própria Fundação ELOS e 19 estão na condição de autopatrocinadores.

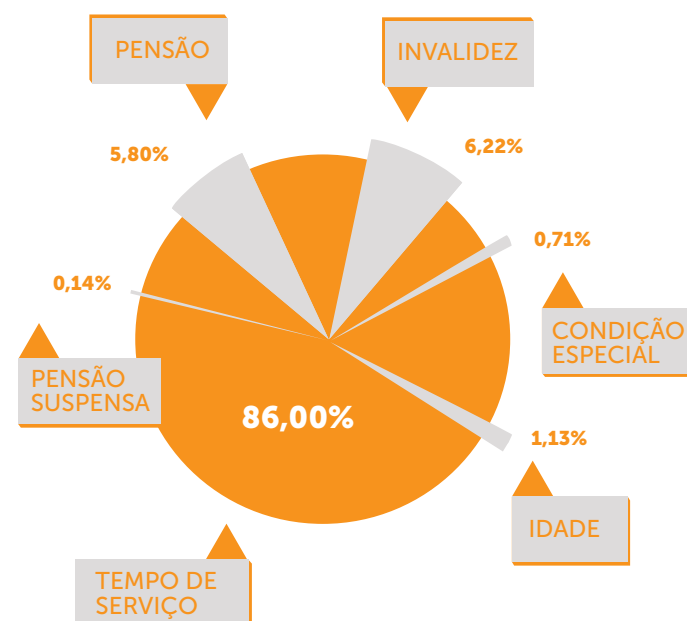
* Benefício Proporcional Diferido BPD: Opção feita pelo participante que, desligando-se da patrocinadora, opta por não contribuir mais ao plano no qual estava inscrito, com direito a receber futuramente um benefício de aposentadoria, na proporcional ao seu direito, observadas sempre as condições estipuladas pelos respectivos Regulamentos dos Planos.

TOTAL DE PARTICIPANTES ATIVOS



Do total de assistidos, 665 são aposentados, sendo 608 por tempo de serviço, 44 por invalidez, 08 por idade e 05 por condição especial. Há ainda 41 pensionistas e 01 pensão suspensa.

TOTAL DE ASSISTIDOS



RESULTADO ATUARIAL

O resultado apresentado registra um déficit técnico de aproximadamente R\$ 155 milhões, apurado a partir de cálculos atuariais elaborados por nossa consultoria externa, e demonstra em um determinado momento, a diferença entre o ativo líquido e o total dos compromissos do plano (provisões matemáticas).

Podemos destacar como principais fatores da variação de uma situação superavitária em dez/2012 de R\$ 609 mil para uma situação deficitária neste exercício de R\$ 155 milhões as seguintes causas:

- Perda financeira em decorrência da rentabilidade alcançada ter sido inferior a meta atuarial, -4,44% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 10,86%;
- Adoção da Tábua de Mortalidade AT-2000 (unissex) desagravada em 10%, em substituição a Tábua de Mortalidade AT-2000 (masculina) desagravada em 5%.
- Alteração no Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo para 97,50%, compatível com uma inflação média anual de 4,5% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano, em substituição do fator de 98,00% utilizado no exercício anterior;

A seguir detalhamos a variação do resultado deficitário apurado no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

REFERÊNCIA	VALOR R\$
<i>Superávit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2012 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2013 (*1)</i>	675.249,75
<i>Diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela ELOS para 31/12/2013 e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2012 evoluído para 31/12/2013 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade</i>	(145.464.994,57)
<i>Adoção da Tábua de Mortalidade AT2000 (unisex) desgravada em 10%</i>	(17.892.920,50)
<i>Adoção do Fator de Capacidade de 97,5%</i>	5.398.288,36
<i>Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*2)</i>	2.032.641,89
<i>Déficit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2013 (*3)</i>	(155.251.735,07)

(*1): R\$ 675.249,75 = 609.101,43 x 1,1086 (tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem).

(*2): Equivale a 0,19% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2013, que foi de R\$ 1.051.834.922,32 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origens diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício.

(*3): Equivalente a 14,76% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2013, que foi de R\$ 1.051.834.922,32.

INVESTIMENTOS

TOTAL DO PATRIMÔNIO NO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Do patrimônio total do plano BD-ELOS/Eletrosul no ano de 2013, cerca de R\$ 874 milhões estão destinados ao programa de investimentos. No final de 2012, este valor correspondia a cerca de R\$ 930 milhões.

O total do patrimônio no programa de investimentos corresponde ao valor total de contribuições vertidas ao

★ *Patrimônio no Programa de Investimentos em 2013: R\$ 873.686 mil*

★ *Patrimônio no Programa de Investimentos em 2012: R\$ 930.582 mil*

plano pelos participantes e patrocinadoras, incluindo o Programa de Gestão Administrativa, devidamente rentabilizado por meio de suas aplicações e investimentos.

RENTABILIDADE

O plano BD-ELOS/ELETROSUL apresentou rentabilidade financeira negativa de 4,74% em 2013, percentual abaixo da meta atuarial de 10,86% para o mesmo período.

★ *Rentabilidade financeira registrada: 4,74%*

★ *Meta Atuarial: 10,86%*

Esse resultado é reflexo da expressiva alta da taxa de juros (SELIC) ocorrida ao longo do ano, fato esse que reflete negativamente no valor dos ativos em carteira, em especial as Notas do Tesouro Nacional – Série B, popularmente chamadas de NTN-B. Os investimentos em renda variável também contribuíram positivamente, porém abaixo da meta atuarial, o segmento obteve desempenho de 0,07%, contra um Ibovespa negativo 15,50%, gerando um ganho de 15,57% sobre seu referencial. O segmento de Imóveis também apresentou valorização, de 2,89% no ano. O segmento de Empréstimos a Participantes apresentou rentabilidade de 12,88%, acima da meta atuarial do Plano, e o de Investimentos Estruturados apresentou resultado ligeiramente negativo, tendo em vista que o mesmo se encontra em período de investimento.

Cabe destacar que os investimentos da Fundação ELOS são realizados num horizonte de longo prazo e como tal deve o retorno de seus investimentos ser avaliado.



Rentabilidade é o resultado obtido com os investimentos realizados, já descontados custos e tarifas.
Meta Atuarial é a rentabilidade mínima esperada para o plano, calculada por juros de 5% ao ano mais o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

ALOCÇÃO DOS RECURSOS

Quanto à alocação dos recursos, o patrimônio do plano BD-ELOS/ELETROSUL está assim distribuído:

- Renda Fixa: 77,33% do patrimônio: **R\$ 675.596 mil**
- Renda Variável: 15,61% do patrimônio: **R\$ 136.379 mil**
- Investimentos Estruturados: 1,20% do patrimônio **R\$ 10.510 mil**
- Empréstimos a Participantes: 2,64% do patrimônio: **R\$ 23.045 mil**
- Imóveis: 3,22% do patrimônio: **R\$ 28.155 mil**

EMPRÉSTIMOS

INDICADORES		
	2013 (%)	2012 (%)
INPC	5,67	6,20
IPCA	5,91	5,84
SELIC	8,22	8,49
Poupança	6,32	6,58
IBOVESPA	(15,50)	7,40

Empréstimos é mais um benefício ofertado pela ELOS aos seus participantes, sendo que os juros praticados, além de estarem abaixo dos praticados no mercado, retornam para o próprio plano, em forma de rentabilidade. A quantidade e valores especificados abaixo se referem ao total concedido até a data de 31 de dezembro de 2013, especificamente aos participantes do plano BD-ELOS/ELETROSUL por meio do Plano Especial de Empréstimo (PEE) e Plano Especial de Contribuições para Autopatrocinador (PEA).

Plano Especial de Empréstimo (PEE)

- Quantidade de Empréstimos: **1.023**
- Valor total de empréstimos: **R\$ 22.916 mil**

Plano Especial de Contribuições para Autopatrocinador (PEA)

- Quantidade de Empréstimos: **03**
- Valor total de empréstimos: **R\$ 71 mil**

Fundo de Assistência ao Participante (FAP)

- Quantidade de Empréstimos: **15**
- Valor total de empréstimos: **R\$ 58 mil**

RESULTADOS DO PLANO BD-ELOS/TRACTEBEL

O plano BD-ELOS/Tractebel é o plano de Benefício Definido existente para atender os participantes que se aposentaram até a data de 23 de dezembro de 1997, tendo a Tractebel Energia SA como patrocinadora. Tal situação ocorreu em virtude da privatização do parque gerador, ocorrida em 1997. Portanto, atualmente, este plano atende somente aposentados pela Tractebel Energia.

- **Início de Vigência:** 17 de julho de 1973
- **Registro CNPB:** 1974.0003-38

PATROCINADORA

- Tractebel Energia

DOS RECURSOS ADMINISTRADOS

O Ativo Total do plano BD-ELOS/TRACTEBEL apresentado a seguir, é composto pelas contribuições dos participantes aposentados, e pelas contribuições contratadas, efetuadas até a data de 31 de dezembro de 2013, bem como os resultados obtidos por meio de suas aplicações e investimentos para o mesmo período.

Assim, o plano BD-ELOS/TRACTEBEL encerrou o ano de 2013 com um ativo no total de aproximadamente R\$ 940 milhões, 14,98% menor do que em 2012, quando o Ativo Total correspondia a cerca de R\$ 1.105 milhões.

★ **Patrimônio Total Administrado em 2013: R\$ 940.112 mil**

★ **Patrimônio Total Administrado em 2012: R\$ 1.105.720 mil**

Parte destes valores já está comprometida com obrigações assumidas pela entidade, tais como:

- **Exigível Operacional: R\$ 1.192 mil**

Pagamento de benefícios, impostos a recolher e outros valores a pagar

- **Exigível Contingencial: R\$ 16.257 mil**

Corresponde ao montante provisionado para gastos que possam vir a ocorrer provenientes de processos judiciais, tanto de natureza cível como trabalhista, movidos contra a Fundação.

- **Fundo Não Previdencial: R\$ 4.717 mil**

Referem-se aos valores de fundo administrativo (empregados na gestão da entidade e seus planos) e fundo de investimentos (para cobertura de empréstimos em caso de morte de participante dos planos de benefício definido).

Do Ativo Total descontadas as obrigações acima, obtém-se o Ativo Líquido, que quando superior às provisões matemáticas e previdenciais gera um superávit, em caso contrário um déficit; demonstrando a capacidade do plano em cumprir ou não suas obrigações futuras de pagamento de benefícios.

No quadro a seguir, é possível observar que o Ativo Líquido no final do exercício de 2013 foi de cerca de R\$ 940.112 milhões e um déficit aproximado de R\$ 149 milhões.

<i>Evolução do Ativo Líquido</i>	2013
<i>Ativo Total</i>	940.112
<i>(-) Débitos Consolidados</i>	22.166
<i>(=) Ativo Líquido</i>	917.946
<i>(-) Provisões Matemáticas e Fundo Prev.</i>	1.067.159
Resultado dos Planos	- 149.213

CONTRIBUIÇÕES E BENEFÍCIOS

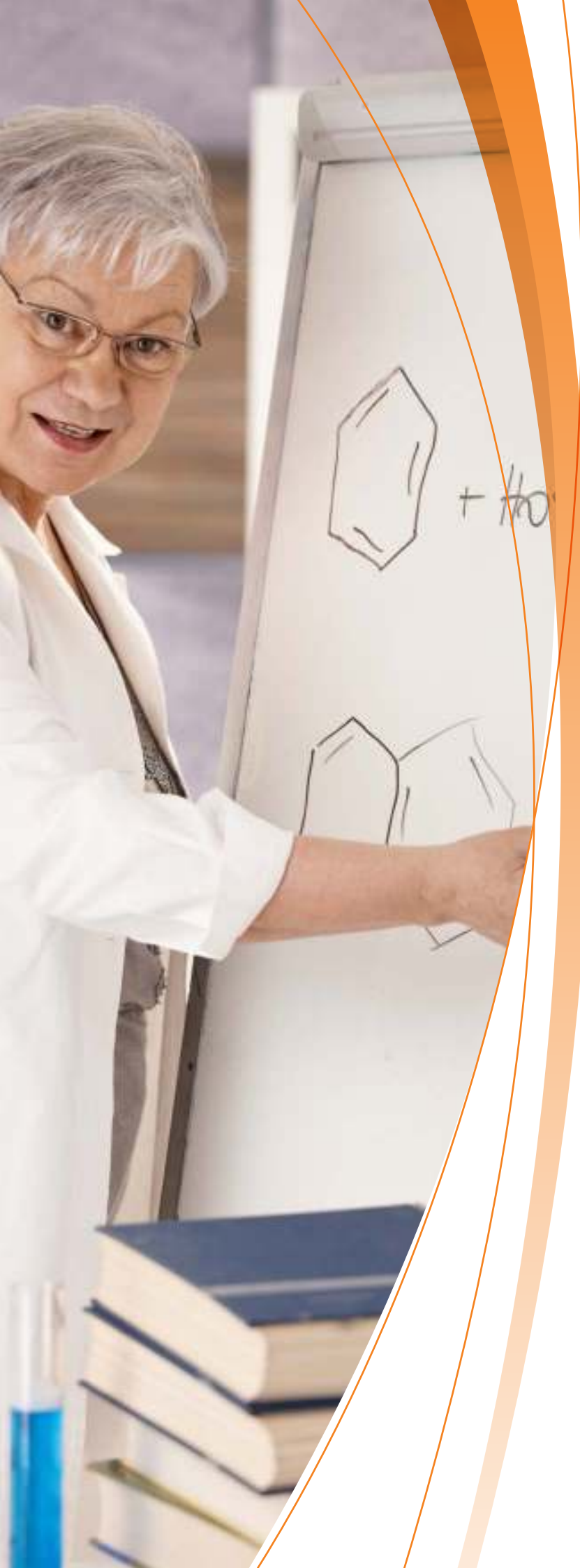
Além das contribuições correntes efetuadas pelos participantes e patrocinadoras, o valor acima inclui contribuições extraordinárias e recursos provenientes de contribuições contratadas, realizadas no ano de 2013.

CONTRIBUIÇÕES

Valor total de contribuições previdenciais

★ 2013
R\$ 15.370 mil

★ 2012
R\$ 18.790 mil



Abaixo o valor total de benefícios concedidos no ano de 2013, como aposentadorias, pensões e auxílios.

BENEFÍCIOS	* 2013	* 2012
Valor total de benefícios concedidos	R\$ 99.661 mil	R\$ 95.227 mil

QUADRO DE PARTICIPANTES

O quadro de participantes do plano BD-ELOS/Tractebel apresentou decréscimo em relação ao ano de 2012, totalizando, em 31 de dezembro de 2013, 2.165 participantes, incluindo aqui 33 pensões suspensas. O plano não possui participantes ativos, sendo seu quadro composto apenas por assistidos (aposentados e pensionistas) e participantes em BPD.

PARTICIPANTES ATIVOS

2013	-
2012	-

PARTICIPANTES ASSISTIDOS

2013	2161
2012	2181

PARTICIPANTES em BPD*

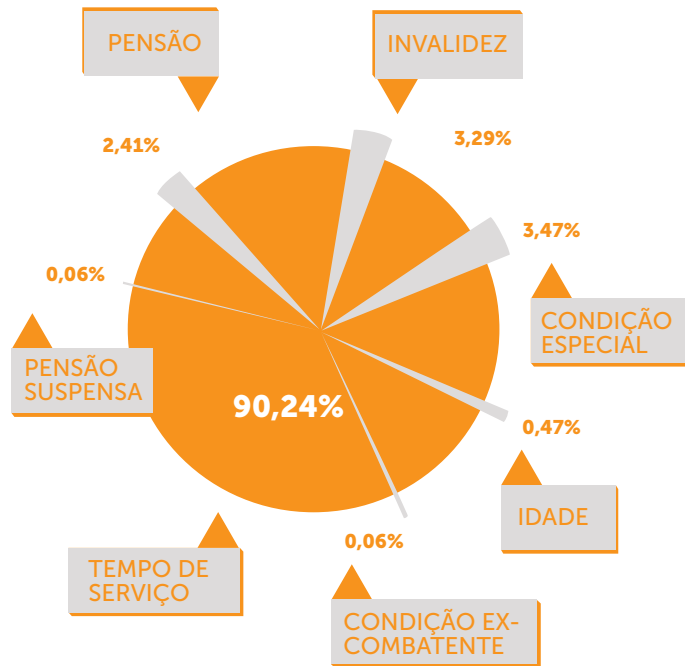
2013	4
2012	4

TOTAL de PARTICIPANTES

2013	2.165
2012	2.185

*BPD: Benefício Proporcional Diferido. Opção feita pelo participante que, desligando-se da patrocinadora, opta por não contribuir mais ao plano no qual estava inscrito, com direito a receber futuramente um benefício de aposentadoria, na proporcional ao seu direito, observadas sempre as condições estipuladas pelos respectivos Regulamentos dos Planos.

Do total de assistidos, 1.659 são aposentados, sendo 1.535 por tempo de serviço, 56 por invalidez, 08 por idade, 59 por condição especial e 01 na condição de ex-combatente. Há ainda 469 pensionistas e 33 pensões suspensas.



RESULTADO ATUARIAL

O resultado apresentado registra um déficit técnico de aproximadamente R\$ 149 milhões, apurado a partir de cálculos atuariais elaborados por nossa consultoria externa, e demonstra em um determinado momento, a diferença entre o ativo líquido e o total dos compromissos do plano (provisões matemáticas).

Podemos destacar como principais fatores da variação de uma situação superavitária de dez/2012 de R\$ 16 milhões para uma situação deficitária de R\$ 149 milhões neste exercício, as seguintes causas:

- Perda financeira em decorrência da rentabilidade alcançada ter sido inferior a meta atuarial, -6,80% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 11,39%;
- Adoção da Tábua de Mortalidade AT-2000 (unissex) desagravada em 4%, em substituição a Tábua de Mortalidade AT-2000 (masculina).

Merecendo destaque ainda:

- Alteração no Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo para 97,50%, compatível com uma inflação média anual de 4,5% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano, em substituição do fator de 98,00% utilizado no exercício anterior;

- Taxa real de juros/desconto de 5,75% em substituição a taxa de 5,50% utilizada no exercício anterior;
- Retomada do valor registrado como Provisão Matemática a Constituir.

A seguir detalhamos a variação do resultado deficitário no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

REFERÊNCIA	VALOR R\$
Superávit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2012 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2013 (*1)	18.122.834,69
Diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela ELOS para 31/12/2013 e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2012 evoluído para 31/12/2013 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade	(191.210.254,95)
Adoção da Tábua de Mortalidade AT-2000 (unissex) desagravada em 4%	(30.609.626,00)
Adoção da Taxa Real de Juros de 5,75% ao ano	23.570.937,00
Adoção do Fator de Capacidade de 97,5%	5.996.805,00
Retomada do valor registrado como Provisão Matemática a Constituir	29.634.636,37
Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*2)	(4.717.860,40)
Déficit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2013 (*3)	(149.212.528,29)

(*1): R\$ 18.122.834,69 = 16.269.714,24 x 1,1139 (tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem).

(*2): Equivale a 0,44% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2013, que foi de R\$ 1.067.159.006,63 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício.

(*3): Equivalente a 13,98% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2013, que foi de R\$ 1.067.159.006,63.

INVESTIMENTOS

TOTAL DO PATRIMÔNIO NO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Do patrimônio total do plano BD-ELOS/TRACTEBEL no ano de 2013, cerca de R\$ 880.007 mil estão destinados ao programa de investimentos. No final de 2012, este valor correspondia a cerca de R\$ 1.031.023 mil.

★ **Patrimônio no Programa de Investimentos em 2013: R\$ 880.007 mil**

★ **Patrimônio no Programa de Investimentos em 2012: R\$ 1.031.023 mil**

O total do patrimônio no programa de investimentos corresponde ao valor total de contribuições vertidas ao plano pelos participantes e patrocinadoras, descontados os valores de depósitos judiciais e incluindo o Programa de Gestão Administrativa, devidamente rentabilizado por meio de suas aplicações e investimentos.

RENTABILIDADE

★ **Rentabilidade Registrada: -7,73%**
Meta Atuarial: 11,39%

O plano BD-ELOS/TRACTEBEL apresentou rentabilidade financeira negativa de 7,73% em 2013, percentual abaixo da meta atuarial de 11,39% para o mesmo período.

Esse resultado é reflexo da expressiva alta da taxa de juros (SELIC) ocorrida ao longo do ano, fato esse que reflete negativamente no valor dos ativos em carteira, em especial as Notas do Tesouro Nacional – Série B, popularmente chamadas de NTN-B. Os investimentos em renda variável também contribuíram negativamente, o segmento obteve desempenho ligeiramente negativo de 0,03%, contra um Ibovespa negativo 15,50%. O segmento de Imóveis apresentou valorização, de 2,31% no ano. O segmento de Empréstimos a Participantes apresentou rentabilidade de 13,07%, acima da meta atuarial do Plano, o de Investimentos Estruturados apresentou resultado ligeiramente negativo, tendo em vista que o mesmo se encontra em período de investimento.

Cabe destacar que os investimentos da Fundação ELOS são realizados num horizonte de longo prazo e como tal deve o retorno de seus investimentos ser avaliado.

★ Rentabilidade é o resultado obtido com os investimentos realizados, já descontados custos e tarifas.
Meta Atuarial é a rentabilidade mínima esperada para o plano, calculada por juros de 5% ao ano mais o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Quanto à alocação dos recursos, o patrimônio do plano BD-ELOS/Tractebel está assim distribuído:

- **Renda Fixa:** 84,10% do patrimônio R\$ 740.118 mil
- **Renda Variável:** 9,06% do patrimônio R\$ 79.752 mil
- **Investimentos Estruturados:** 1,71% do patrimônio R\$ 15.073 mil
- **Empréstimos a Participantes:** 2,67% do patrimônio R\$ 23.519 mil
- **Imóveis:** 2,45% do patrimônio R\$ 21.547 mil

EMPRÉSTIMOS

INDICADORES

	2013(%)	2012(%)
INPC	5,67	6,20
IPCA	5,91	5,84
SELIC	8,22	8,49
Poupança	6,32	6,58
IBOVESPA	(15,50)	7,40

Empréstimos é mais um benefício ofertado pela ELOS aos seus participantes, sendo que os juros praticados, além de estarem abaixo dos praticados no mercado, retornam para o próprio plano, em forma de rentabilidade. As quantidades e valores especificados a seguir são referentes ao total concedido até a data de 31 de dezembro de 2013, especificamente aos participantes do plano BD-ELOS/TRACTEBEL por meio do Plano Especial de Empréstimo (PEE).

Plano Especial de Empréstimo (PEE)

- **Quantidade de Empréstimos:** 1.061
- **Valor total de empréstimos:** R\$ 23.496 mil

Fundo de Assistência ao Participante (FAP)

- **Quantidade de Empréstimos:** 8
- **Valor total de empréstimos:** R\$ 22 mil

RESULTADOS DO PLANO CD-ELETROSUL

O Plano de Benefícios Previdenciários n. 01 CD Eletrosul, também chamado de ELOSPrev, é um plano de previdência complementar na modalidade de Contribuição Definida (CD) e passou a ser ofertado, a partir de 1º de janeiro de 2010, para os novos empregados da Eletrosul Centrais Elétricas S/A e também da Fundação ELOS, por meio de adesão ao plano. Sendo que, para os participantes ativos do Plano BD-ELOS/ELETROSUL foi ofertada a opção de migração para este Plano.

- **Início de Vigência:** 01 de janeiro de 2010
- **Registro CNPB:** 2009.0037-56

PATROCINADORAS

- Eletrosul Centrais Elétricas S/A
- Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social ELOS

DOS RECURSOS ADMINISTRADOS

O Ativo Total do plano CD ELETROSUL, apresentado abaixo, é composto pelas contribuições dos participantes e patrocinadoras, efetuadas até a data de 31 de dezembro de 2012, bem como os resultados obtidos por meio de suas aplicações e investimentos para o mesmo período.

Assim, o plano CD ELETROSUL encerrou o ano de 2013 com um ativo no total de aproximadamente R\$ 464 milhões, 1,15% menor do que em 2012, quando o Ativo Total correspondia a cerca de R\$ 469 milhões.

★Ativo Total Administrado em 2013: **R\$ 463.909 mil**

★Ativo Total Administrado em 2012: **R\$ 469.304 mil**

Parte destes valores já está comprometida com obrigações assumidas pela entidade, tais como:

- **Exigível Operacional: R\$ 182 mil**

Pagamento de benefícios, impostos a recolher e outros valores a pagar

- **Exigível Contingencial: R\$ 0,00**
- **Fundo Não Previdencial: R\$ 6.329 mil**

Refere-se aos valores de fundo administrativo (empregados na gestão da entidade e seus planos) e fundo de investimentos (para cobertura de empréstimos em caso de morte de participante dos planos de benefício definido).

No quadro a seguir, é possível observar que o Ativo Líquido no final do exercício de 2013 foi de cerca de R\$ 457 milhões gerando um superávit aproximado de R\$ 970 mil, superávit este exclusivamente do sub-plano Benefício Proporcional Diferido Saldado – BPDS, dado suas características.

<i>Evolução do Ativo Líquido</i>	2013
<i>Ativo Total</i>	463.909
<i>(-) Débitos Consolidados</i>	6.511
<i>(=) Ativo Líquido</i>	457.398
<i>(-) Provisões Matemáticas e Fundo Prev.</i>	456.428
<i>Resultado dos Planos</i>	970

CONTRIBUIÇÕES E BENEFÍCIOS

O valor abaixo inclui contribuições correntes efetuadas pelos participantes e patrocinadoras no ano de 2013.

CONTRIBUIÇÕES

Valor total de contribuições previdenciais

★ 2013
R\$ 28.396 mil

★ 2012
R\$ 36.002 mil

O valor abaixo corresponde ao total de benefícios concedidos no ano de 2013.

BENEFÍCIOS

Valor total de benefícios concedidos

★ 2013
R\$ 7.668 mil

★ 2012
R\$ 3.951 mil

QUADRO DE PARTICIPANTES

O quadro de participantes do plano CD-ELETROSUL apresentou aumento na ordem de 12,60% em relação ao ano de 2012, totalizando, na data de 31 de dezembro de 2013, 1.119 participantes, devido a novas adesões.

PARTICIPANTES ATIVOS*	
2013	996
2012	981

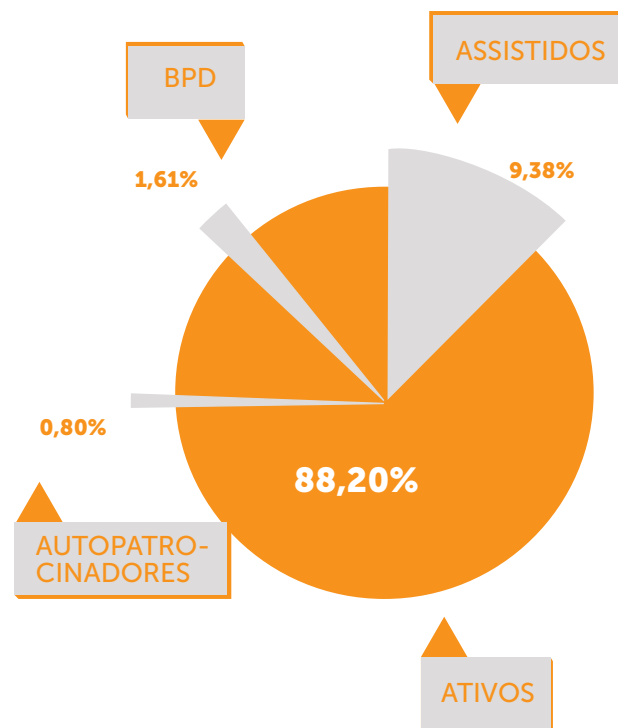
PARTICIPANTES ASSISTIDOS	
2013	105
2012	59

PARTICIPANTES em BPD*	
2013	18
2012	23

TOTAL DE PARTICIPANTES	
2013	1.119
2012	1.063

*BPD: Benefício Proporcional Diferido. Opção feita pelo participante que, desligando-se da patrocinadora, opta por não contribuir mais ao plano no qual estava inscrito, com direito a receber futuramente um benefício de aposentadoria, na proporcional ao seu direito, observadas sempre as condições estipuladas pelos respectivos Regulamentos dos Planos.

Do total de participantes, 987 são ativos, 09 são autopatrocinadores, 18 são BPD e 105 são assistidos. Do total de assistidos, 42 são optantes pela condição de Benefício Proporcional Diferido Saldado- BPDS. Ainda do total de participantes, 675 são migrações e 444 adesões ao plano. Em 2013, houve 7 solicitações de resgate ou portabilidade.



RESULTADO ATUARIAL

Considerando que o Plano CD ELOS/ELETROSUL é um Plano basicamente de Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, exceto na situação correspondente aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), que são Benefícios Saldados, na forma de Benefício Definido, cujo valor Superavitário variou de R\$ 9.738 (mil) em 31/12/2012 para R\$ 969 (mil) em 31/12/2013, tendo sido as causas mais prováveis para essa variação, as seguintes:

- Perda financeira em decorrência da rentabilidade alcançada ter sido inferior a meta atuarial, -4,08% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 10,86%;
- Adoção da Tábua de Mortalidade AT-2000 (unissex) desagravada em 10%, em substituição a Tábua de Mortalidade AT-2000 (masculina) desagravada em 5%.

Merecendo destaque ainda:

- *Alteração no Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo para 97,50%, compatível com uma inflação média anual de 4,5% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano, em substituição do fator de 98,00% utilizado no exercício anterior;*

O Benefício Proporcional Diferido Saldado (sub-plano BPDS) é opção realizada pelo participante no momento de sua migração, na qual parte da reserva transferida gera um benefício de aposentadoria vitalício.

A seguir detalhamos a variação do resultado Superavitário do subplano BPDS, no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

REFERÊNCIA	VALOR R\$
<i>Superávit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2012 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2013 (*1)</i>	10.795.762,31
<i>Diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela ELOS para 31/12/2013 e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2012 evoluído para 31/12/2013 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade</i>	(8.990.699,34)
<i>Adoção da Tábua de Mortalidade AT2000 (unisex) desagravada em 10%</i>	(956.009,72)
<i>Adoção do Fator de Capacidade de 97,5%</i>	295.605,05
<i>Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*2)</i>	(174.908,48)
<i>Superávit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2013 (*3)</i>	969.749,82

(*1): R\$ 10.795.762,31 = 9.738.194,40 x 1,1086 (tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem).

(*2): Equivale a 0,30% do valor total das Provisões Matemáticas relativas aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.) obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2013, que foi de R\$ 55.187.401,11 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício.

(*3): Equivalente a 1,75% do valor total das Provisões Matemáticas relativas aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.) obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2013, que foi de R\$ 55.187.401,11.

INVESTIMENTOS

TOTAL DO PATRIMÔNIO NO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

★ *Patrimônio no Programa de Investimentos em 2013: R\$ 459.676 mil*

★ *Patrimônio no Programa de Investimentos em 2012: R\$ 463.978 mil*

Do patrimônio total do plano CD-Eletrosul no ano de 2013, cerca de R\$ 459.676 mil estão destinados ao programa de investimentos. No final de 2012, este valor correspondia a cerca de R\$ 463.978 mil.

O total do patrimônio no programa de investimentos corresponde ao valor total de contribuições vertidas ao plano pelos participantes e patrocinadoras, incluídos os valores de taxa administrativa direcionada para o Programa de Gestão Administrativo, devidamente rentabilizado por meio de suas aplicações e investimentos.

No que se refere a investimentos, o CD-ELETROSUL assumirá duas nomenclaturas – CD Puro e CD BPDS, em virtude da necessidade de segregação dos patrimônios relativos à migração ao plano com a opção de Benefício Proporcional Diferido Saldado; na qual parte da reserva transferida gerará futuramente um benefício de aposentadoria vitalício, daí a necessidade de diferenciação.

Por se tratar de um plano financeiro, o CD-ELETROSUL não apresenta meta atuarial, ou seja, o mínimo de rentabilidade a ser atingida, tendo como referência o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para simples comparativo.

No caso do CD-ELETROSUL, as rentabilidades líquidas obtidas com os investimentos são repassadas para a conta do participante, porém, não significa que a rentabilidade acumulada seja a mesma do participante, pois a rentabilidade repassada para a conta do mesmo depende da data de realização da contribuição ou entrada do recurso na conta e do valor da cota naquele dia, pois a rentabilidade obtida é incorporada à cota.

SUB-PLANO CD PURO

PATRIMÔNIO

O patrimônio do Sub-Plano CD Puro aplicado no programa de investimentos em 2013 totalizou R\$ 403.199 mil. A rentabilidade acumulada no ano foi negativa de 5,09%.

★ *Patrimônio no Programa de Investimentos em 2013: R\$ 403.199 mil*

★ *Patrimônio no Programa de Investimentos em 2012: R\$ 402.362 mil*

RENTABILIDADE

★ *Rentabilidade Registrada: -5,09%*

Esse resultado é reflexo da expressiva alta da taxa de juros (SELIC) ocorrida ao longo do ano, fato esse que reflete negativamente no valor dos ativos em carteira, em especial as Notas do Tesouro Nacional – Série B, popularmente chamadas de NTN-B. Os investimentos em renda variável também contribuíram negativamente, o segmento obteve desempenho ligeiramente negativo de 1,36%, contra um Ibovespa negativo 15,50%. O segmento de Imóveis apresentou valorização, de 2,59% no ano. O segmento de Empréstimos a Participantes apresentou rentabilidade de 13,32%, acima do índice de referência do plano, e o de Investimentos Estruturados apresentou resultado ligeiramente negativo, tendo em vista que o mesmo se encontra em período de investimento.

Cabe destacar que os investimentos da Fundação ELOS são realizados num horizonte de longo prazo e como tal deve o retorno de seus investimentos ser avaliado.

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Quanto à alocação dos recursos, o patrimônio do Sub-Plano CD Puro está assim distribuído:

- Renda Fixa: 78,26% do patrimônio R\$ 315.526 mil
- Renda Variável: 15,18% do patrimônio R\$ 61.223 mil
- Investimentos Estruturados: 0,95% do patrimônio R\$ 3.829 mil
- Empréstimos a Participantes: 3,10% do patrimônio R\$ 12.505 mil
- Imóveis: 2,51% do patrimônio R\$ 10.116 mil

INDICADORES

	2013(%)	2012(%)
INPC	5,67	6,20
IPCA	5,91	5,84
SELIC	8,22	8,49
Poupança	6,32	6,58
IBOVESPA	(15,50)	7,40

SUB-PLANO BPDS

PATRIMÔNIO

O patrimônio do Sub-Plano CD BPDS aplicado no programa de investimentos em 2013 totalizou R\$ 56.477 mil. A rentabilidade acumulada no ano foi negativa de 5,09%.

★ *Patrimônio no Programa de Investimentos em 2013: R\$ R\$ 56.477 milmil*

★ *Patrimônio no Programa de Investimentos em 2012: R\$ 61.616 mil*

RENTABILIDADE

★ *Rentabilidade Registrada: -5,09%*

Esse resultado é reflexo da expressiva alta da taxa de juros (SELIC) ocorrida ao longo do ano, fato esse que reflete negativamente no valor dos ativos em carteira, em especial as Notas do Tesouro Nacional – Série B, popularmente chamadas de NTN-B. Os investimentos em renda variável também contribuíram negativamente, o segmento obteve desempenho ligeiramente negativo de 1,36%, contra um Ibovespa negativo 15,50%. O segmento de Imóveis apresentou valorização, de 2,89% no ano. O segmento de Empréstimos a Participantes apresentou rentabilidade de 13,32%, acima do índice de referência do plano, e o de Investimentos Estruturados apresentou resultado ligeiramente negativo, tendo em vista que o mesmo se encontra em período de investimento.

Cabe destacar que os investimentos da Fundação ELOS são realizados num horizonte de longo prazo e como tal deve o retorno de seus investimentos ser avaliado.



Rentabilidade é o resultado obtido com os investimentos realizados, já descontados custos e tarifas.

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Quanto à alocação dos recursos, o patrimônio do Sub-Plano BPDS está assim distribuído:

- **Renda Fixa:** 76,57% do patrimônio R\$ 43.245 mil
- **Renda Variável:** 17,21% do patrimônio R\$ 9.721 mil
- **Investimentos Estruturados:** 1,30% do patrimônio R\$ 734 mil
- **Empréstimos a Participantes:** 1,46% do patrimônio R\$ 826 mil
- **Imóveis:** 3,45% do patrimônio R\$ 1.951 mil

INDICADORES

	2013(%)	2012(%)
INPC	5,67	6,20
IPCA	5,91	5,84
SELIC	8,22	8,49
Poupança	6,32	6,58
IBOVESPA	(15,50)	7,40

EMPRÉSTIMOS

Empréstimos é mais um benefício ofertado pela ELOS aos seus participantes, sendo que o percentual de juros praticados, além de estarem abaixo dos praticados no mercado, retornam para o próprio plano, em forma de rentabilidade. As quantidade e valores especificados abaixo se referem ao total concedido até a data de 31 de dezembro de 2012, especificamente aos participantes do plano ELOSprev por meio do Empréstimo Especial ELOSprev (EEP).

Empréstimo Especial ELOSprev (EEP)

- **Quantidade de Empréstimos:** 521
- **Valor total de empréstimos:** R\$ 13.331 mil







2

DETALHAMENTO
DOS RESULTADOS



DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas apresentadas a seguir estão de acordo com a planificação contábil do Plano de Contas definido pela PREVIC e de acordo com o Plano de Gestão Administrativa, proporcionando maior transparência e facilidade no acompanhamento das contas da Fundação.

As fontes de receitas da ELOS são originadas da taxa administrativa dos planos previdenciais que administra. Para o plano de benefício definido da patrocinadora Eletrosul, a receita administrativa é proveniente do percentual retirado das contribuições, de acordo com o plano de custeio. Para o plano de contribuição definida da Eletrosul, é a taxa de administração incidente sobre o total dos recursos administrados. E, para o plano de benefício definido da patrocinadora Tractebel Energia as despesas administrativas são reembolsadas. Além das fontes citadas, existe o ressarcimento de custos das despesas administrativas de investimentos e dos valores acumulados no Fundo Administrativo.

Por se tratar de uma entidade sem fins lucrativos, a taxa administrativa cobrada pela ELOS visa somente o custeio de manutenção dos planos. Nas entidades abertas de previdência complementar, como os bancos e seguradoras, a taxa administrativa cobrada embute o percentual de lucro.

Este ano, segue nova forma de apresentação das despesas, separadas em Gestão Interna, ou seja, todos os custos envolvidos na administração dos planos de benefícios, e em Gestão dos Investimentos, que representa os gastos referentes à administração dos investimentos.

As despesas da gestão de investimentos estão segregadas na forma de Gestão Interna e Externa. A Gestão Interna dos investimentos engloba todas as despesas envolvidas nos processos de investimento, desembolsadas pela Entidade. A Gestão Externa é a abertura dos custos e despesas despendidas pelos fundos de investimentos, onde a ELOS é cotista.

TOTAL DAS DESPESAS

Nas despesas com conselheiros, dirigentes e pessoal próprio estão inclusos os encargos incidentes sobre a folha de pagamento.

	CONSOLIDADO ELOS				
	2013		2012		2013/2012
	TOTAL	%/TOTAL	TOTAL	%/TOTAL	Δ ANUAL
CONSELHEIROS	131.556	1,41%	121.461	1,65%	8,31%
DIRIGENTES	1.581.573	18,59%	1.597.214	19,81%	-0,98%
PESSOAL PRÓPRIO	2.579.363	34,03%	2.923.760	32,31%	-11,78%
BENEFÍCIOS	484.219	5,16%	442.991	6,07%	9,31%
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	113.872	1,63%	139.754	1,43%	-18,52%
VIAGENS E ESTADIAS	78.020	1,06%	90.753	0,98%	-14,03%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.589.194	18,37%	1.578.238	19,91%	0,69%
<i>Atuarial</i>	209.194	2,08%	179.108	2,62%	16,80%
<i>Investimentos</i>	114.751	1,54%	132.052	1,44%	-13,10%
<i>Juridico</i>	562.705	6,54%	562.239	7,05%	0,08%
<i>Consultoria (Gestão de Riscos Empresariais)</i>	76.499	0,48%	41.462	0,96%	84,51%
<i>Auditoria Externa</i>	58.265	0,57%	49.107	0,73%	18,65%
AVALIAÇÃO DE IMOVEIS	10.000	0,15%	13.280	0,13%	-24,70%
DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS	557.780	6,99%	600.990	6,99%	-7,19%
DESPESAS GERAIS	630.302	8,18%	702.759	7,90%	-10,31%
FINANCEIRA, TRIBUTÁRIAS E IMPOSTOS	656.865	10,18%	874.600	8,23%	-24,90%
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	117.640	1,40%	120.253	1,47%	-2,17%
OUTRAS DESPESAS	20.658	0,01%	440	0,26%	4598,98%
TOTAL	7.983.263	100,00%	8.592.223	100,00%	-7,09%

BD ELOS-ELETROSUL					
	2013		2012		2013/2012
	TOTAL	%/TOTAL	TOTAL	%/TOTAL	Δ ANUAL
<i>CONSELHEIROS</i>	42.756	1,54%	39.791	1,30%	7,45%
<i>DIRIGENTES</i>	514.011	18,46%	523.247	17,14%	-1,77%
<i>PESSOAL PRÓPRIO</i>	838.293	30,10%	957.816	31,38%	-12,48%
<i>BENEFÍCIOS</i>	157.372	5,65%	145.124	4,75%	8,44%
<i>TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS</i>	37.428	1,34%	45.874	1,50%	-18,41%
<i>VIAGENS E ESTADIAS</i>	25.357	0,91%	29.812	0,98%	-14,95%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	554.027	19,89%	596.769	19,55%	-7,16%
<i>Atuarial</i>	67.988	2,44%	58.640	1,92%	15,94%
<i>Investimentos</i>	37.294	1,34%	43.260	1,42%	-13,79%
<i>Juridico</i>	220.328	7,91%	264.257	8,66%	-16,62%
<i>Consultoria (Gestão de Riscos Empresariais)</i>	24.862	0,89%	13.583	0,45%	83,04%
<i>Auditoria Externa</i>	18.936	0,68%	16.087	0,53%	17,71%
AVALIAÇÃO DE IMOVEIS	3.250	0,12%	4.351	0,14%	-25,30%
DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS	181.368	6,51%	196.591	6,44%	-7,74%
DESPESAS GERAIS	222.459	7,99%	252.176	8,26%	-11,78%
FINANCEIRA, TRIBUTÁRIAS E IMPOSTOS	308.093	11,06%	392.250	12,85%	-21,46%
DEPRECIACÕES E AMORTIZACÕES	64.489	2,32%	68.740	2,25%	-6,18%
OUTRAS DESPESAS	20.658	0,74%	440	0,01%	4598,98%
TOTAL	2.784.942		3.052.038		-8,75%

	BD-ELOS/TRACTEBEL				
	2013		2012		2013/2012
	TOTAL	%/TOTAL	TOTAL	%/TOTAL	Δ ANUAL
CONSELHEIROS	61.516	1,68%	58.435	1,50%	5,27%
DIRIGENTES	739.544	20,17%	768.420	19,78%	-3,76%
PESSOAL PRÓPRIO	1.206.110	32,90%	1.406.572	36,22%	-14,25%
BENEFÍCIOS	226.421	6,18%	213.123	5,49%	6,24%
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	52.956	1,44%	66.951	1,72%	-20,90%
VIAGENS E ESTADIAS	36.482	1,00%	42.533	1,10%	-14,23%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	725.013	19,78%	696.978	17,95%	4,02%
<i>Atuarial</i>	97.819	2,67%	85.949	2,21%	13,81%
<i>Investimentos</i>	53.658	1,46%	63.530	1,64%	-15,54%
<i>Juridico</i>	245.090	6,69%	210.219	5,41%	16,59%
<i>Consultoria (Gestão de Riscos Empresariais)</i>	35.771	0,98%	19.947	0,51%	79,33%
<i>Auditoria Externa</i>	27.245	0,74%	23.625	0,61%	15,32%
AVALIAÇÃO DE IMOVEIS	4.676	0,13%	6.389	0,16%	-26,81%
DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS	260.756	7,11%	287.319	7,40%	-9,25%
DESPESAS GERAIS	277.136	7,56%	317.281	8,17%	-12,65%
FINANCEIRA, TRIBUTÁRIAS E IMPOSTOS	287.611	7,85%	262.064	6,75%	9,75%
DEPRECIACÕES E AMORTIZACÕES	53.152	1,45%	51.514	1,33%	3,18%
OUTRAS DESPESAS	-	0,00%	-	0,00%	
TOTAL	3.665.940		3.883.870	100,00%	-5,61%

	CD PURO				
	2013		2012		2013/2012
	TOTAL	%/TOTAL	TOTAL	%/TOTAL	Δ ANUAL
CONSELHEIROS	23.839	1,78%	21.244	1,40%	12,22%
DIRIGENTES	286.412	21,37%	279.353	18,38%	2,53%
PESSOAL PRÓPRIO	467.262	34,86%	511.426	33,65%	-8,64%
BENEFÍCIOS	87.685	6,54%	77.479	5,10%	13,17%
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	20.439	1,52%	24.646	1,62%	-17,07%
VIAGENS E ESTADIAS	14.159	1,06%	16.991	1,12%	-16,66%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	271.862	20,28%	260.380	17,13%	4,41%
<i>Atuarial</i>	38.043	2,84%	31.597	2,08%	20,40%
<i>Investimentos</i>	20.747	1,55%	23.096	1,52%	-10,17%
<i>Juridico</i>	85.616	6,39%	80.545	5,30%	6,30%
<i>Consultoria (Gestão de Riscos Empresariais)</i>	13.853	1,03%	7.252	0,48%	91,03%
<i>Auditoria Externa</i>	10.549	0,79%	8.589	0,57%	22,82%
AVALIAÇÃO DE IMOVEIS	1.887	0,14%	2.323	0,15%	-18,76%
DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS	101.166	7,55%	106.980	7,04%	-5,43%
DESPESAS GERAIS	114.471	8,54%	121.874	8,02%	-6,07%
FINANCEIRA, TRIBUTÁRIAS E IMPOSTOS	54.391	4,06%	206.268	13,57%	-73,63%
DEPRECIACÕES E AMORTIZACÕES	-	0,00%	-	0,00%	
OUTRAS DESPESAS	-	0,00%	-	0,00%	
TOTAL	1.340.520	100,00%	1.519.660	100,00%	-11,79%

	CD BPDS				
	2013		2012		2013/2012
	TOTAL	%/TOTAL	TOTAL	%/TOTAL	Δ ANUAL
CONSELHEIROS	3.445	1,80%	1.992	1,46%	72,97%
DIRIGENTES	41.606	21,69%	26.194	19,17%	58,84%
PESSOAL PRÓPRIO	67.698	35,28%	47.947	35,09%	41,19%
BENEFÍCIOS	12.741	6,64%	7.265	5,32%	75,39%
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	3.049	1,59%	2.284	1,67%	33,53%
VIAGENS E ESTADIAS	2.022	1,05%	1.417	1,04%	42,65%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	38.292	19,96%	24.111	17,64%	58,82%
<i>Atuarial</i>	5.344	2,79%	2.923	2,14%	82,81%
<i>Investimentos</i>	3.052	1,59%	2.166	1,58%	40,92%
<i>Juridico</i>	11.671	6,08%	7.218	5,28%	61,70%
<i>Consultoria (Gestão de Riscos Empresariais)</i>	2.013	1,05%	680	0,50%	196,01%
<i>Auditoria Externa</i>	1.536	0,80%	805	0,59%	90,67%
AVALIAÇÃO DE IMOVEIS	187	0,10%	218	0,16%	-14,14%
DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS	14.490	7,55%	10.101	7,39%	43,45%
DESPESAS GERAIS	16.236	8,46%	11.428	8,36%	42,07%
FINANCEIRA, TRIBUTÁRIAS E IMPOSTOS	6.771	3,53%	14.019	10,26%	-51,70%
DEPRECIACÕES E AMORTIZACÕES	-	0,00%	-	0,00%	
OUTRAS DESPESAS		0,00%	-	0,00%	
TOTAL	191.861	100,00%	136.656	100,00%	40,40%

DESPESAS DE INVESTIMENTOS

As despesas de investimentos estão especificadas nos quadros a seguir, por plano:

	BD ELOS-ELETROSUL				
	2013		2012		2013/2012
	TOTAL	%/TOTAL	TOTAL	%/TOTAL	Δ ANUAL
GESTÃO INTERNA	972.850	53,37%	926.885	54,33%	4,96%
<i>Despesas operacionais</i>	871.854	47,83%	874.252	51,25%	-0,27%
<i>Pessoal e Encargos</i>	646.974	35,50%	581.531	34,09%	11,25%
<i>Treinamentos/Congressos e Seminários</i>	9.633	0,53%	13.011	0,76%	-25,97%
<i>Viagens e Estadias</i>	13.169	0,72%	12.441	0,73%	5,85%
<i>Serviços de Terceiros</i>	133.368	7,32%	144.747	8,49%	-7,86%
<i>Despesas Gerais</i>	25.248	1,39%	20.626	1,21%	22,40%
<i>Outras despesas</i>	43.462	2,38%	101.894	5,97%	-57,35%
<i>Carteira própria</i>	100.996	5,54%	75.951	4,45%	32,98%
GESTÃO EXTERNA	849.844	46,63%	779.022	45,67%	9,09%
<i>Corretagens</i>	90.147	4,95%	78.696	4,61%	14,55%
<i>CETIP / SELIC</i>	88.761	4,87%	67.868	3,98%	30,79%
<i>Taxa CVM</i>	74.231	4,07%	68.220	4,00%	8,81%
<i>Taxa de Administração</i>	511.310	28,05%	491.442	28,81%	4,04%
<i>Taxa de Custódia</i>	38.309	2,10%	44.867	2,63%	-14,62%
<i>Outras despesas</i>	47.087	2,58%	27.930	1,64%	68,59%
TOTAL	1.822.694	100,00%	1.705.906	100,00%	6,85%

BD ELOS-TRACTEBEL					
		2013	2012	2013/2012	
	TOTAL	%/TOTAL	TOTAL	%/TOTAL	Δ ANUAL
GESTÃO INTERNA	1.354.075	79,38%	1.280.616	65,24%	5,74%
<i>Despesas operacionais</i>	1.253.214	73,46%	1.190.901	60,67%	5,23%
<i>Pessoal e Encargos</i>	930.846	54,57%	854.014	43,51%	9,00%
<i>Treinamentos/Congressos e Seminários</i>	13.860	0,81%	19.121	0,97%	-27,52%
<i>Viagens e Estadias</i>	18.947	1,11%	18.271	0,93%	3,70%
<i>Serviços de Terceiros</i>	191.886	11,25%	212.403	10,82%	-9,66%
<i>Despesas Gerais</i>	29.791	1,75%	23.880	1,22%	24,75%
<i>Outras despesas</i>	67.885	3,98%	63.212	3,22%	7,39%
<i>Carteira própria</i>	100.862	5,91%	89.715	4,57%	12,42%
GESTÃO EXTERNA	360.906	21,16%	682.177	34,76%	-47,10%
<i>Corretagens</i>	35.371	2,07%	66.074	3,37%	-46,47%
<i>CETIP / SELIC</i>	28.019	1,64%	27.194	1,39%	3,03%
<i>Taxa CVM</i>	18.000	1,06%	22.080	1,12%	-18,48%
<i>Taxa de Administração</i>	212.065	12,43%	245.685	12,52%	-13,68%
<i>Taxa de Custódia</i>	12.703	0,74%	12.473	0,64%	1,84%
<i>Outras despesas</i>	54.748	3,21%	308.672	15,73%	-82,26%
TOTAL	1.714.981	100,53%	1.962.793	100,00%	-12,63%

CD ELETROSUL						
		2013		2012		2013/2012
	TOTAL	%/TOTAL	TOTAL	%/TOTAL	Δ ANUAL	
GESTÃO INTERNA	511.188	29,97%	435.362	56,91%	17,42%	
<i>Despesas operacionais</i>	463.358	27,16%	413.089	54,00%	12,17%	
<i>Pessoal e Encargos</i>	360.642	21,14%	310.469	40,58%	16,16%	
<i>Treinamentos/Congressos e Seminários</i>	5.380	0,32%	6.951	0,91%	-22,60%	
<i>Viagens e Estadias</i>	7.344	0,43%	6.642	0,87%	10,56%	
<i>Serviços de Terceiros</i>	74.407	4,36%	77.278	10,10%	-3,71%	
<i>Despesas Gerais</i>	14.027	0,82%	11.012	1,44%	27,38%	
<i>Outras despesas</i>	1.558	0,09%	736	0,10%	111,80%	
<i>Carteira própria</i>	47.829	2,80%	32.141	4,20%	48,81%	
GESTÃO EXTERNA	375.595	22,02%	329.667	43,09%	13,93%	
<i>Corretagens</i>	42.192	2,47%	33.303	4,35%	26,69%	
<i>CETIP / SELIC</i>	39.515	2,32%	28.720	3,75%	37,59%	
<i>Taxa CVM</i>	32.576	1,91%	28.869	3,77%	12,84%	
<i>Taxa de Administração</i>	233.233	13,67%	207.968	27,18%	12,15%	
<i>Taxa de Custódia</i>	20.223	1,19%	18.987	2,48%	6,51%	
<i>Outras despesas</i>	7.855	0,46%	11.819	1,54%	-33,54%	
TOTAL	886.782	51,98%	765.028	100,00%	15,92%	

CD BPDS					
	2013		2012		2013/2012
	TOTAL	%/TOTAL	TOTAL	%/TOTAL	Δ ANUAL
GESTÃO INTERNA	73.842	4,33%	42.338	44,25%	74,41%
<i>Despesas operacionais</i>	66.994	3,93%	38.734	40,49%	72,96%
<i>Pessoal e Encargos</i>	52.227	3,06%	29.112	30,43%	79,40%
<i>Treinamentos/Congressos e Seminários</i>	767	0,04%	652	0,68%	17,69%
<i>Viagens e Estadias</i>	1.060	0,06%	623	0,65%	70,17%
<i>Serviços de Terceiros</i>	10.702	0,63%	7.246	7,57%	47,69%
<i>Despesas Gerais</i>	2.006	0,12%	1.033	1,08%	94,21%
<i>Outras despesas</i>	233	0,01%	69	0,07%	238,23%
<i>Carteira própria</i>	6.847	0,40%	5.200	5,44%	31,68%
GESTÃO EXTERNA	53.966	3,16%	53.337	55,75%	1,18%
<i>Corretagens</i>	6.055	0,35%	5.388	5,63%	12,38%
<i>CETIP / SELIC</i>	5.683	0,33%	4.647	4,86%	22,29%
<i>Taxa CVM</i>	4.673	0,27%	4.671	4,88%	0,05%
<i>Taxa de Administração</i>	33.519	1,96%	33.647	35,17%	-0,38%
<i>Taxa de Custódia</i>	2.900	0,17%	3.072	3,21%	-5,59%
<i>Outras despesas</i>	1.136	0,07%	1.912	2,00%	-40,59%
TOTAL	127.808	7,49%	95.675	100,00%	33,59%

INVESTIMENTOS

INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS

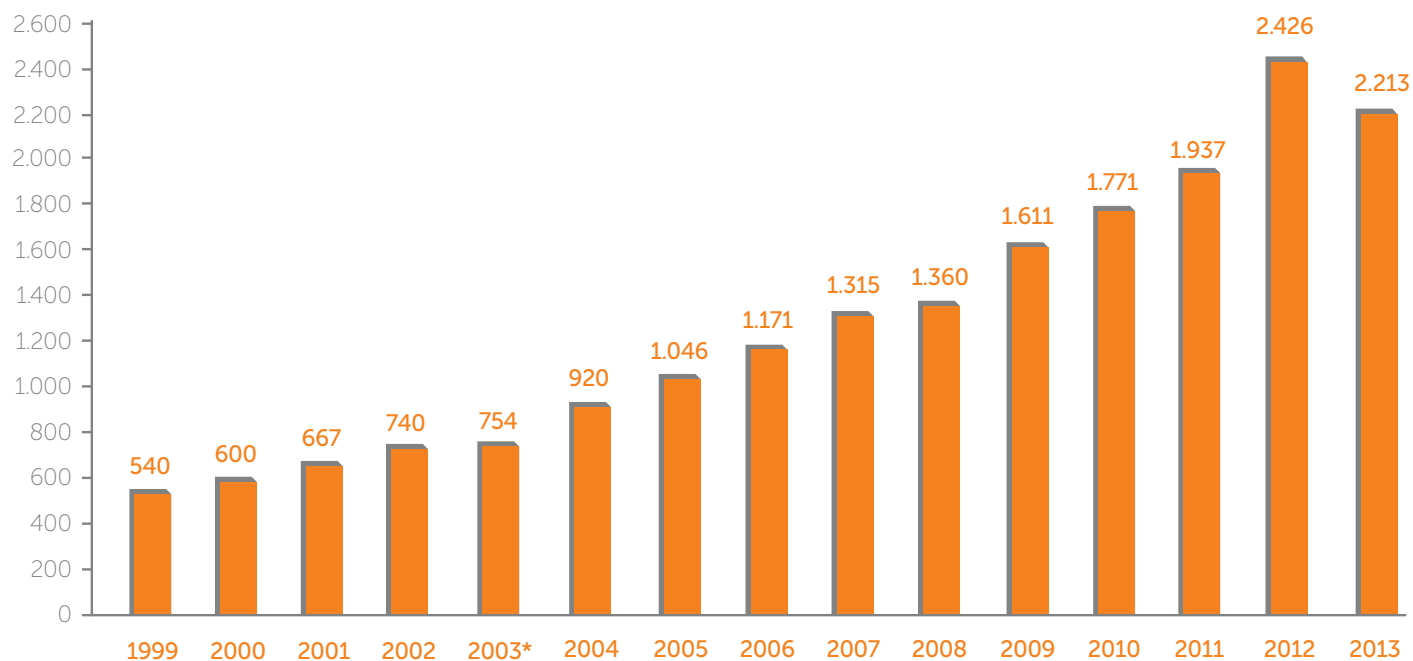
Carteira Consolidada da Fundação ELOS, com posição de dezembro de 2013 e 2012, com os percentuais de aplicação em cada segmento.

Em milhares de Reais

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	2013		2012	
	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%
<i>Renda Fixa</i>	1.774.846	80,17	2.042.024	84,19
<i>Renda Variável</i>	287.074	12,97	243.931	10,06
<i>Investimentos Estruturados</i>	30.146	1,36	18.696	0,77
<i>Imóveis</i>	61.769	2,79	62.742	2,59
<i>Empréstimos a Participantes</i>	59.895	2,71	58.190	2,4 0
ELOS	2.213.370	100,0	2.425.583	100,0

Evolução total de recursos administrados pela elos desde 1999

TOTAL DE RECURSOS ADMINISTRADOS (R\$ MILHÕES)



* Em 2003 foram transferidos R\$162,5 milhões para a PREVIG.

Indicadores

INDICADORES	2013(%)	2012 (%)
<i>INPC</i>	5,67	6,20
<i>IPCA</i>	5,91	5,84
<i>SELIC</i>	8,22	8,49
<i>Poupança</i>	6,32	6,58
<i>Ibovespa</i>	15,50	7,40

INFORMAÇÕES REFERENTES AO PLANO BD-ELOS/ELETROSUL

Programa de Investimentos

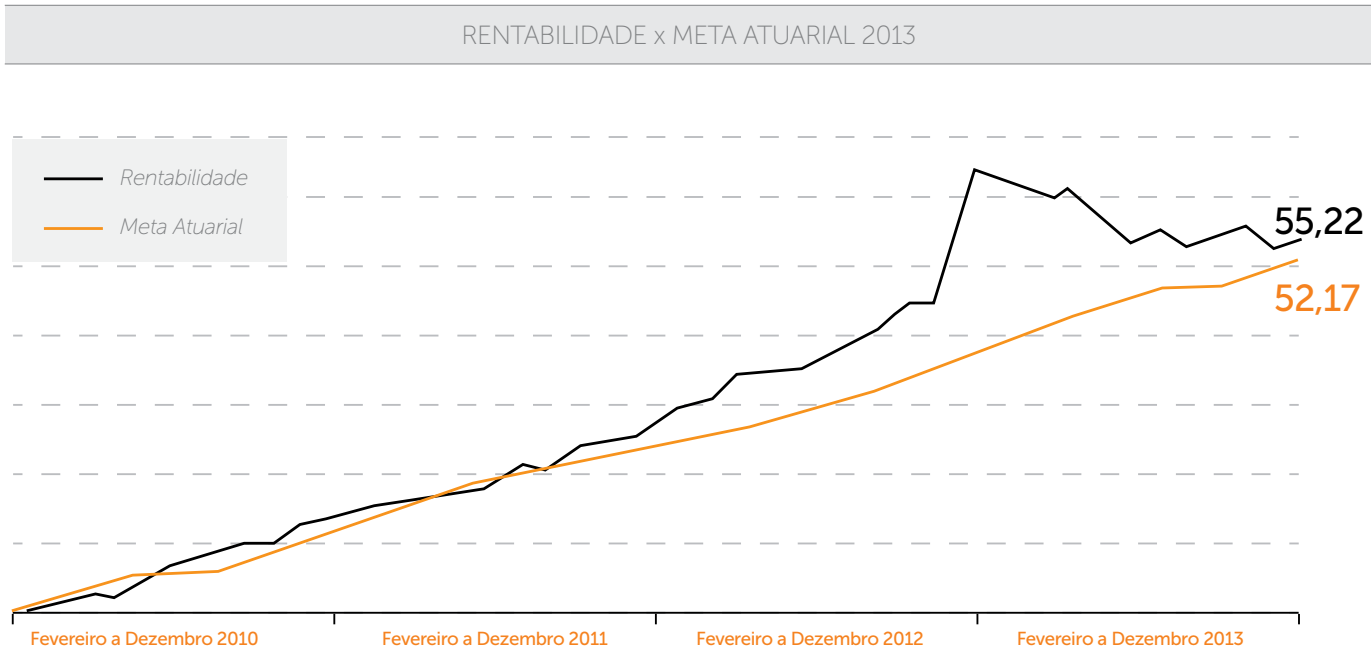
Em milhares de Reais

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	2013		2012	
	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%
<i>Renda Fixa</i>	675.596	77,33	763.601	82,06
<i>Carteira Própria</i>	466.641	53,41	495.626	53,26
<i>Fundos</i>	208.955	23,92	267.975	28,80
<i>Renda Variável</i>	136.379	15,61	115.041	12,36
<i>Investimentos Estruturados</i>	10.510	1,20	6.518	0,70
<i>Imóveis</i>	28.155	3,22	28.401	3,05
<i>Empréstimos a Participantes</i>	23.045	2,64	17.021	1,83
PLANO BD ELETROSUL	873.686	100,0	930.582	100,0

Rentabilidade por Segmento de Aplicação

APLICACÕES	2013 (%)	2012 (%)
PLANO BD ELETROSUL	(4,74)	29,30
<i>Renda Fixa</i>	(6,69)	29,65
<i>Renda Variável</i>	0,07	21,43
<i>Investimentos Estruturados</i>	(0,30)	2,67
<i>Imóveis</i>	2,59	100,05
<i>Empréstimos a Participantes</i>	12,88	15,44
META ATUARIAL	10,86	11,25

Rentabilidade Histórica X Meta Atuarial



LISTAGEM DE INVESTIMENTOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

PLANO BD - ELOS/ELETROSUL	PATRIMÔNIO	PARTICIPAÇÃO	NO ANO (%)
TOTAL RENDA FIXA	675.596	77,33%	(6,69)
<i>NTN-B (IPCA)</i>	435.782	64,50%	(10,09)
<i>LFT (SELIC)</i>	2.950	0,44%	8,28
<i>DPGE (IPCA)</i>	27.909	4,13%	3,85
<i>FIC GAROPABA</i>	205.512	30,42%	(0,96)
<i>FIDC VINCI CRED E DES I</i>	3.444	0,51%	13,80
<i>Contas a pagar / receber/tesouraria</i>	0	0,00%	
<i>FIDC CRED E DESENV I</i>	718	0,08%	
RENDA VARIÁVEL	136.379	15,61%	0,07
<i>ARX FIA</i>	19.514	14,31%	(0,99)
<i>FIC FIA BRAVA</i>	40.183	29,46%	1,43
<i>SULAMERICA GOVERNANÇA I</i>	5.926	4,35%	2,96
<i>MELLON INCOME FIA</i>	12.458	9,13%	(5,53)
<i>FDO FATOR SINERGIA IV</i>	5.216	3,82%	(11,14)
<i>VINCI GAS</i>	6.010	4,41%	(8,14)
<i>SULAMERICA EXPERTISE</i>	8.669	6,36%	6,79
<i>FATOR SINERGIA V</i>	5.230	3,83%	
<i>QUEST SMALL CAPS FIA</i>	6.785	4,98%	
<i>SPE UIRAPURU LINHA DE TRANSMISSÃO</i>	15.478	11,35%	17,09
<i>SPE LIVRAMENTO HOLDING S.A.</i>	10.910	8,00%	0,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	10.510	1,20%	(0,30)
<i>FIP RIO BRAVO ENERGIA I</i>	10.510	100,00%	(0,30)
IMÓVEIS	28.155	3,22%	2,89
<i>CENTRO REGIONAL SC</i>	25.322	89,94%	
<i>CENTRO SÉCULO XXI</i>	2.833	10,06%	
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	23.045	2,64%	12,88
TOTAL GERAL	873.686	100,00%	(4,74)

INFORMAÇÕES REFERENTES AO PLANO BD-ELOS/TRACTEBEL

Programa de Investimentos

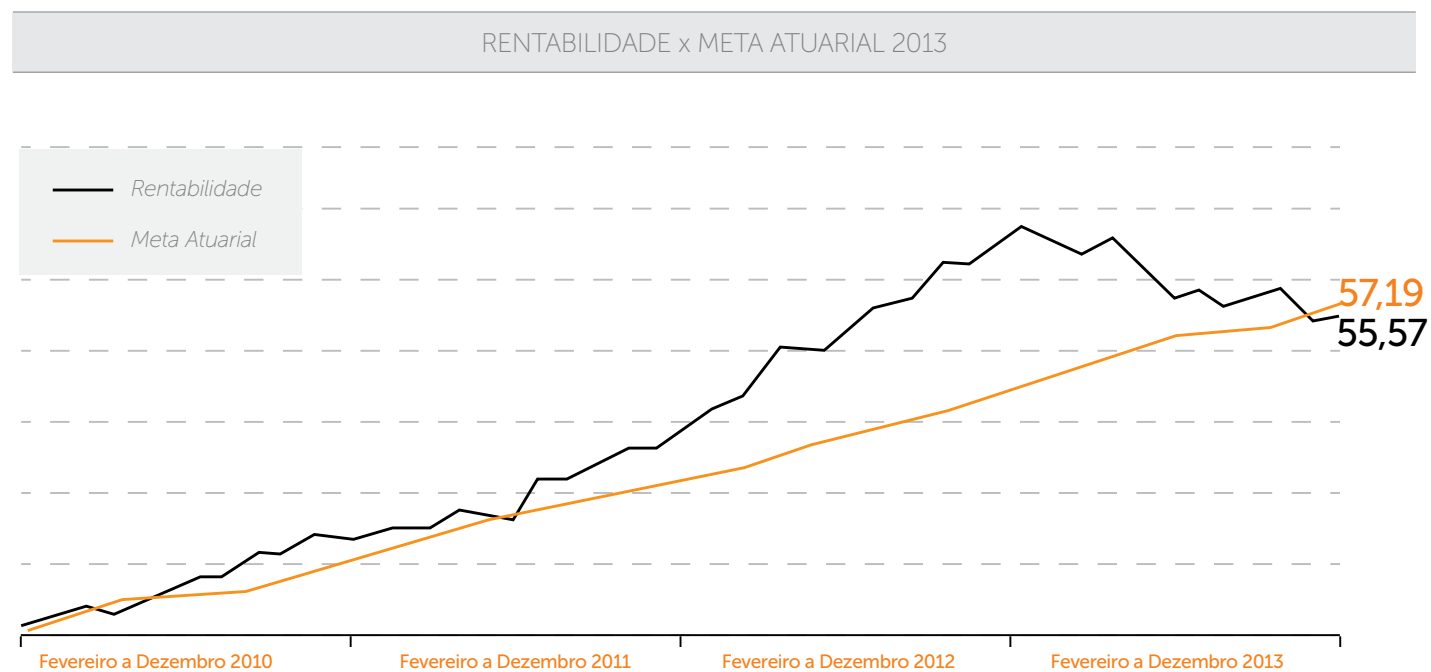
Em milhares de Reais

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	2013		2012	
	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%
<i>Renda Fixa</i>	740.118	84,10	897.446	87,04
<i>Carteira Própria</i>	728.474	82,78	850.826	82,52
<i>Fundos</i>	11.643	1,32	46.620	4,52
<i>Renda Variável</i>	79.752	9,06	79.482	7,71
<i>Investimentos Estruturados</i>	15.073	1,71	9.348	0,91
<i>Imóveis</i>	21.547	2,45	22.167	2,15
<i>Empréstimos a Participantes</i>	23.519	2,67	22.581	2,19
PLANO BD TRACTEBEL	880.007	100,0	1.031.023	100,0

Rentabilidade por Segmento de Aplicação

APLICACÕES	2013 (%)	2012 (%)
PLANO BD TRACTEBEL	(7,73)	27,21
<i>Renda Fixa</i>	(9,53)	28,14
<i>Renda Variável</i>	(0,03)	18,44
<i>Investimentos Estruturados</i>	(0,30)	2,71
<i>Imóveis</i>	2,31	49,45
<i>Empréstimos a Participantes</i>	13,07	14,77
META ATUARIAL	11,39	12,31

Rentabilidade Histórica x Meta Atuarial



Listagem de Investimentos em 31 de dezembro de 2013

PLANO BD - ELOS/TRACTEBEL	PATRIMÔNIO	PARTICIPAÇÃO	NO ANO (%)
TOTAL RENDA FIXA	740.118	84,10%	(9,35)
<i>NTN-B (IPCA)</i>	652.690	88,19%	(11,26)
<i>LFT (SELIC)</i>	53.476	7,23%	6,87
<i>DPGE (IPCA)</i>	22.309	3,01%	(7,01)
<i>FIC GAROPABA</i>	8.202	1,11%	8,10
<i>FIDC VINCI CRED E DES I</i>	3.441	0,46%	13,80
RENDA VARIÁVEL	79.752	9,06%	(0,03)
<i>NTN-B (IPCA)</i>	21.291	26,70%	(0,99)
<i>DPGE (IPCA)</i>	43.480	54,52%	1,71
<i>NTN-C</i>	14.980	18,78%	(5,53)
<i>SAMBAQUI</i>	15.073	1,71%	(0,30)
<i>FIDC VINCI CRED E DES I</i>	15.073	100,00%	(0,30)
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	10.510	1,20%	(0,30)
<i>FIP RIO BRAVO ENERGIA I</i>	15.073	100,00%	(0,30)
IMÓVEIS	21.547	2,45%	2,31
<i>EDIFÍCIO SEDE</i>	3.793	17,60%	
<i>CENTRO SÉCULO XXI</i>	17.754	82,40%	
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	23.519	2,67%	13,07
TOTAL GERAL	880.007	100,00%	(7,73)

INFORMAÇÕES REFERENTES AO PLANO CD-ELETROSUL | SUB-PLANO CD PURO

Programa de Investimentos

Em milhares de Reais

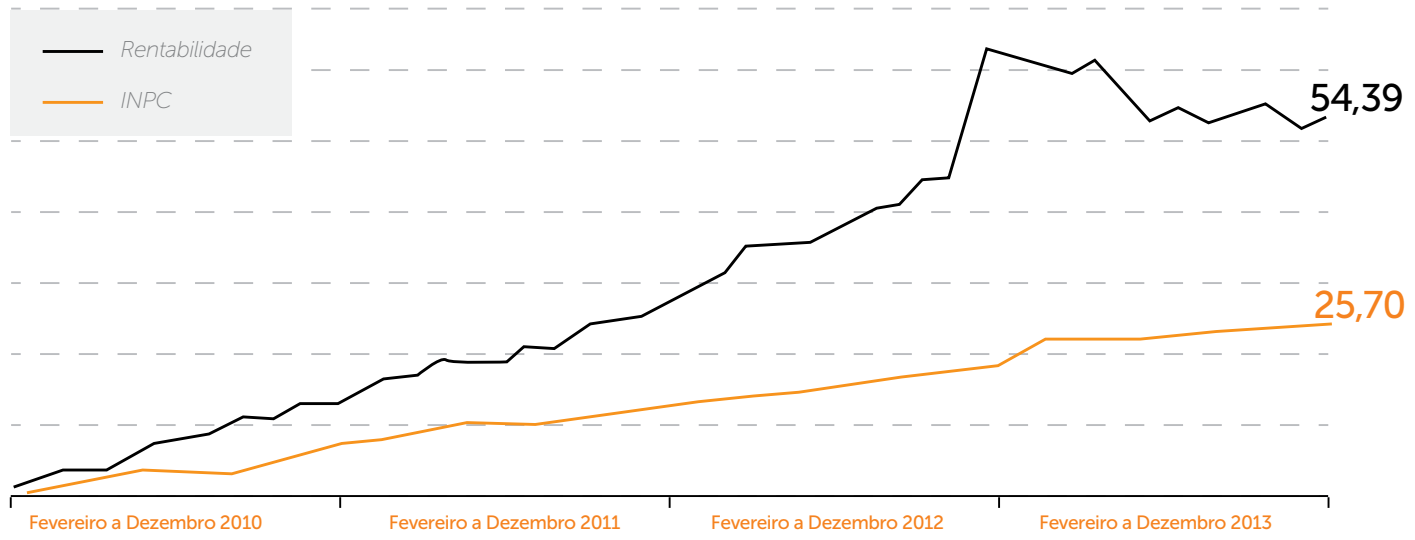
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	2013		2012	
	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%
<i>Renda Fixa</i>	315.526	78,26	311.108	82,29
<i>Carteira Própria</i>	229.538	56,93	214.911	53,41
<i>Fundos</i>	85.988	21,33	116.197	28,88
<i>Renda Variável</i>	61.223	15,18	41.237	10,25
<i>Investimentos Estruturados</i>	3.829	0,95	2.374	0,59
<i>Imóveis</i>	10.116	2,51	10.205	2,54
<i>Empréstimos a Participantes</i>	12.505	3,10	17.437	4,33
PLANO ELOS PREV	403.199	100,0	402.362	100,0

Rentabilidade por Segmento de Aplicação

APLICACÕES	2013 (%)	2012 (%)
PLANO ELOS PREV	(5,09)	28,91
<i>Renda Fixa</i>	(6,54)	29,65
<i>Renda Variável</i>	(1,36)	21,43
<i>Investimentos Estruturados</i>	(0,30)	2,67
<i>Imóveis</i>	2,59	100,05
<i>Empréstimos a Participantes</i>	13,32	15,44
META ATUARIAL	5,58	5,96

Rentabilidade Histórica x Índice de Referência

RENTABILIDADE HISTÓRICA X ÍNDICE DE REFERÊNCIA 2013



Listagem de Investimentos em 31 de dezembro de 2013

PLANO CD ELETROSUL - PURO	PATRIMÔNIO	PARTICIPAÇÃO	NO ANO (%)
TOTAL RENDA FIXA	315.526	78,26%	(6,54)
NTN-B (IPCA)	184.603	58,51%	(10,94)
LFT (SELIC)	34.249	10,85%	1,58
DPGE (IPCA)	10.686	3,39%	7,20
FIM MOÇAMBIQUE	41.791	13,24%	
FIM PORTO BELO	42.686	13,53%	
FIDC VINCI CRED E DES I	1.511	0,48%	13,80
RENDA VARIÁVEL	61.223	15,18%	(1,36)
ARX FIA	7.233	11,81%	(0,99)
FIC FIA BRAVA	16.272	26,58%	1,43
SULAMERICA GOVERNANÇA I	2.196	3,59%	2,96
MELLON INCOME FIA	4.617	7,54%	(5,53)
FDO FATOR SINERGIA IV	1.933	3,16%	(11,14)
VINCI GAS	2.228	3,64%	(8,14)
SULAMERICA EXPERTISE	4.594	7,50%	6,79
SULAMERICA EXPERTISE II	7.710	12,59%	
FATOR SINERGIA V	2.028	3,31%	
QUEST SMALL CAPS FIA	2.631	4,30%	
SPE UIRAPURU LINHA DE TRANSMISSÃO	5.737	9,37%	17,09
SPE LIVRAMENTO HOLDING S.A.	4.044	6,60%	-
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	3.829	0,95%	(0,30)
FIP RIO BRAVO ENERGIA I	3.829	100,00%	(0,30)
IMÓVEIS	10.116	2,51%	2,89
CENTRO REGIONAL SC	9.067	89,63%	
CENTRO SÉCULO XXI	1.049	10,37%	
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	12.505	3,10%	13,32
TOTAL GERAL	403.199	100,00%	(5,09)

INFORMAÇÕES REFERENTES AO PLANO CD-ELETROSUL | SUB-PLANO BPDS

Programa de Investimentos

Em milhares de Reais

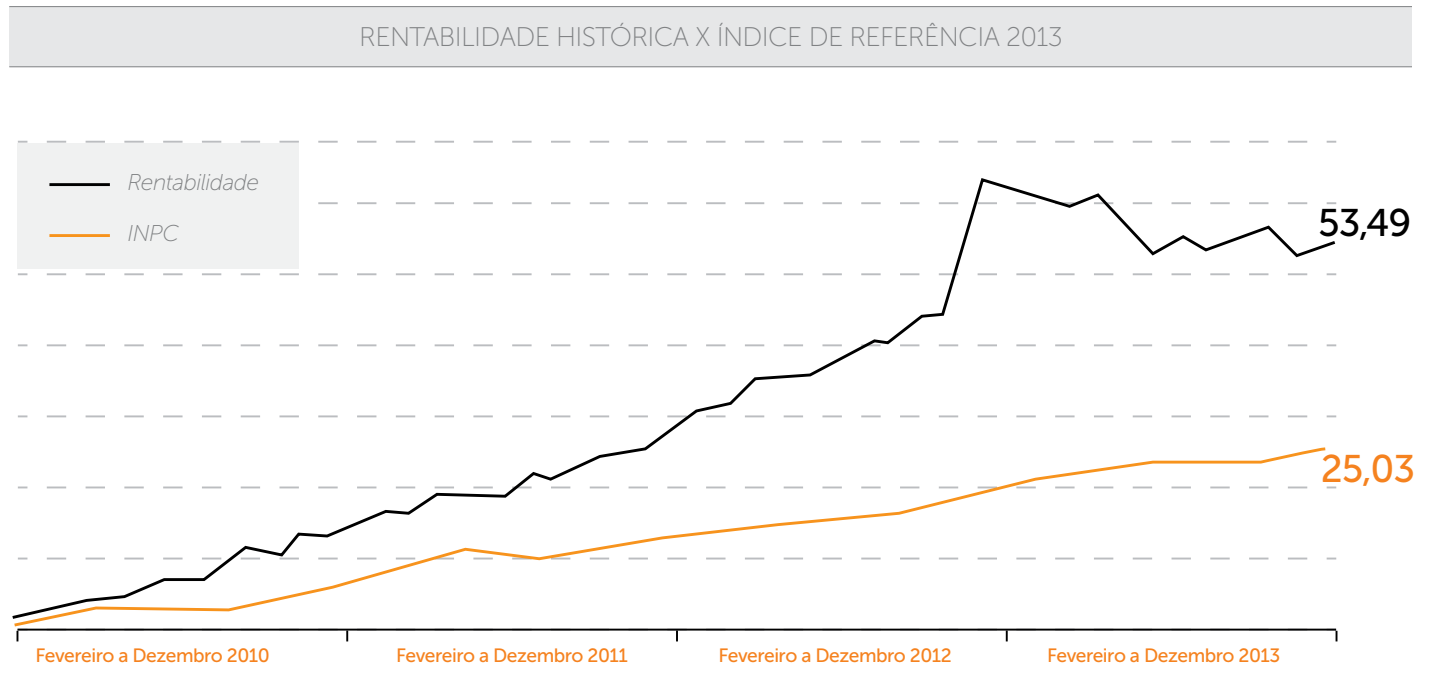
	2013		2012	
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%
<i>Renda Fixa</i>	43.245	76,57	49.869	80,94
<i>Carteira Própria</i>	31.460	55,70	32.368	52,53
<i>Fundos</i>	11.785	20,87	17.501	28,40
<i>Renda Variável</i>	9.721	17,21	8.171	13,26
<i>Investimentos Estruturados</i>	734	1,30	455	0,74
<i>Imóveis</i>	1.951	3,45	1.969	3,20
<i>Empréstimos a Participantes</i>	826	1,46	1.152	1,87
PLANO ELOS PREV BPDS	56.477	100,0	61.616	100,0

Rentabilidade por Segmento de Aplicação

Em milhares de Reais

	2013		2012	
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%
<i>Renda Fixa</i>	43.245	76,57	49.869	80,94
<i>Carteira Própria</i>	31.460	55,70	32.368	52,53
<i>Fundos</i>	11.785	20,87	17.501	28,40
<i>Renda Variável</i>	9.721	17,21	8.171	13,26
<i>Investimentos Estruturados</i>	734	1,30	455	0,74
<i>Imóveis</i>	1.951	3,45	1.969	3,20
<i>Empréstimos a Participantes</i>	826	1,46	1.152	1,87
PLANO ELOS PREV BPDS	56.477	100,0	61.616	100,0

Rentabilidade Histórica x Índice de Referência



Listagem de Investimentos em 31 de dezembro de 2013:

PLANO CD ELETROSUL - PURO	PATRIMÔNIO	PARTICIPAÇÃO	NO ANO (%)
TOTAL RENDA FIXA	43.245	76,57%	(6,54)
NTN-B (IPCA)	184.603	58,51%	(10,94)
LFT (SELIC)	4.694	10,85%	1,58
DPGE (IPCA)	1.454	3,39%	7,20
FIM MOÇAMBIQUE	5.728	13,24%	
FIM PORTO BELO	5.850	13,53%	
FIDC VINCI CRED E DES I	207	0,48%	13,80
RENDA VARIÁVEL	9.721	17,21%	(1,36)
ARX FIA	1.148	11,81%	(0,99)
FIC FIA BRAVA	2.584	26,58%	1,43
SULAMERICA GOVERNANÇA I	249	3,59%	2,96
MELLON INCOME FIA	733	7,54%	(5,53)
FDO FATOR SINERGIA IV	307	3,16%	(11,14)
VINCI GAS	354	3,64%	(8,14)
SULAMERICA EXPERTISE	729	7,50%	6,79
SULAMERICA EXPERTISE II	1.224	12,59%	
FATOR SINERGIA V	322	3,31%	
QUEST SMALL CAPS FIA	418	4,30%	
SPE UIRAPURU LINHA DE TRANSMISSÃO	911	9,37%	17,09
SPE LIVRAMENTO HOLDING S.A.	642	6,60%	-
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	734	1,30%	(0,30)
FIP RIO BRAVO ENERGIA I	734	100,00%	(0,30)
IMÓVEIS	1.951	3,45%	2,89
CENTRO REGIONAL SC	1.705	87,39%	
CENTRO SÉCULO XXI	246	12,617%	
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	826	1,46%	13,32
TOTAL GERAL	56.477	100,00%	(5,09)

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos é a descrição da filosofia e das práticas de investimentos da Instituição. Ela é desenvolvida para orientar e disciplinar a gestão dos recursos financeiros confiados à Fundação.

Todas as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), obrigatoriamente, possuem uma Política de Investimentos, sendo que esta deve estar de acordo com as determinações e a legislação do Conselho Monetário Nacional (CMN), órgão deliberativo máximo do Sistema Financeiro Nacional. Atualmente a legislação que disciplina os investimentos das EFPC é a Resolução do CMN 3.792.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO BD-ELOS/ELETROSUL

Presente política de investimentos estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos dos recursos confiados à entidade, com vistas a promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre ativos e passivos do plano.

Os limites e critérios aqui apresentados estão fundamentados na Resolução CMN nº 3792, de 28 de setembro de 2009, legislação que estabelece, quando da aprovação desta política de investimentos, as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores das EFPC.

Entende-se, dessa forma, que as diretrizes ora estabelecidas são complementares àquelas definidas pela Resolução

CMN nº 3792, não estando os administradores ou gestores, em nenhuma hipótese, dispensados de observar as regras, restrições e condições estabelecidas pela legislação aplicável, ainda que estas não estejam transcritas neste documento.

Caso haja mudanças na legislação, os investimentos devem ser adequados gradativamente à nova regulamentação. Se houver necessidade de negociação de ativos, a entidade estabelecerá um plano com critérios e prazos para a realização dessas operações, de forma a garantir a preservação dos recursos, sem prejuízos à rentabilidade dos investimentos.

A entidade poderá deixar de monitorar, da mesma forma, limites e restrições obrigatórios que eventualmente venham a ser revogados pela legislação aplicável.

As diretrizes aqui definidas, que entram em vigor em 1ª de janeiro de 2013, contemplam todos os itens previstos no Capítulo V, "Da Política de Investimento", da Resolução CMN nº 3792. O documento foi elaborado tendo em vista um horizonte de 60 meses, conforme estabelece a Resolução CGPC nº 7, de 4 de dezembro de 2003.

Esta política de investimentos está estruturada conforme mostra o fluxograma a seguir.



Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)

Toda entidade fechada de previdência complementar deve designar um Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado, que responde civil, criminal e administrativamente pela gestão, alocação, controle de risco e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos de benefícios, conforme estabelece o Art. 22, da Lei Complementar 108, de 29 de maio de 2001.

Dessa forma, a Fundação ELOS nomeou como Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado o **Sr. Geazi Correa, CPF nº 153.802.979-00, tel.: (48) 2107-7507.**

Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB)

Toda entidade fechada de previdência complementar deve designar um Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios, que responde pela adoção e aplicação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, conforme estabelece o item 3 do regulamento anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006. Dessa forma, o **Sr. Nelson Antonio Vieira de Andrade, CPF nº 288.844.429-15, tel.: (48) 2107-7507** foi nomeado como ARPB do Plano Eletrosul.

Asset Liability Management (ALM)

Tendo em vista a característica do Plano ELOS/Eletrosul, que é um Plano de Benefício Definido, sua gestão, em carteira própria, vem se pautando na compra de títulos públicos atrelados à Índice de Preços (principalmente NTN-B), com o objetivo precípua de proteção do seu passivo atuarial, mais precisamente, dos benefícios já concedidos.

Uma vez concluída a segregação real de seus ativos financeiros, a ELOS pretenderá elaborar o estudo de casamento do Ativo com o Passivo (ALM), visando à proteção das obrigações Futuras do Plano BD remanescente.

Diretrizes de aplicação

Os valores a serem aplicados nos diversos segmentos foram definidos por uma estratégia de longo prazo que leva em conta a estrutura do passivo do plano e visa proporcionar rentabilidade compatível com a meta atuarial, sem incorrer em risco excessivo. O resultado deste trabalho está apresentado no tópico a seguir.

Composição dos investimentos

A tabela a seguir mostra os limites e os índices de referência (benchmarks) dos mandatos que se enquadram nos segmentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 3792.

SEGMENTO / MANDATO	BENCHMARK	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO		
			OBJETIVO (*)	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR
Renda Fixa		100%	68%	20%	95%
<i>Carteira Própria = Tesouro Nacional</i>	INPC + 5% a.a.	100%	46%	20%	95%
<i>Carteira Própria – Intuições Financeiras DPGE</i>	INPC + 5% a.a.	80%	3%	0%	10%
<i>Fundos de Investimentos</i>	(**)	80%	16%	10%	55%
<i>FIDC/FIC DE FIDC</i>	(***)	20%	3%	0%	10%
Renda Variável	(****)	70%	24%	7%	30%
<i>Fundos de Ações</i>	IBOVESPA	35%	17%	7%	25%
<i>SPE</i>	IPCA + 8% a.a.	20%	7%	0%	15%
Investimentos Estruturados		20%	4%	0%	10%
<i>Fundos de Investimento em Participações</i>	IPCA + 8% a.a.	20%	3%	0%	10%
<i>Fundos Imobiliários</i>	IPCA + 10% a.a.	10%	1%	0%	5%
<i>Fundos Multimercados não Institucionais</i>	IFM	10%	0%	0%	0%
Investimentos no Exterior	IPCA + 8% a.a.	10%	0%	0%	1%
Imóveis	INPC + 5% a. a.	8%	2%	0%	5%
Operações com Participantes	INPC + 8% a.a.	15%	2%	0%	10%

(***) Para o subitem, FIDC ou FIC de FIDC, a Fundação ELOS estabeleceu como benchmark o CDI, sendo que a alocação em fundos, buscando a diversificação, atenderá às recomendações provenientes do Comitê de Investimentos, que serão submetidas, posteriormente, à deliberação da Diretoria Executiva.

(****) Para o Segmento de Renda Variável, a Fundação ELOS estabeleceu como benchmark o Ibovespa, sendo que a alocação em fundos, buscando a diversificação, atenderá às recomendações provenientes do Comitê de Investimentos, que serão submetidas, posteriormente, à deliberação da Diretoria Executiva.

Meta de retorno

As metas de retorno foram definidas para um horizonte de 60 meses. É possível, portanto, que, dentro de um mesmo ano-calendário, a rentabilidade dos investimentos fique abaixo da meta.

SEGMENTO	META DE RETORNO REAL SOBRE INPC
<i>Renda Fixa</i>	5% a.a.
<i>Renda Variável</i>	7% a.a.
<i>Investimentos estruturados</i>	8% a.a.
<i>Investimentos no exterior</i>	8% a.a.
<i>Imóveis</i>	5% a.a.
<i>Operações com participantes</i>	7% a.a.

Política de risco

Em linha com o que estabelece o Capítulo III, “Dos Controles Internos e de Avaliação de Risco”, da Resolução CMN nº 3792, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos.

Os procedimentos descritos a seguir buscam estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, controlar e monitorar os diversos riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de mercado, de crédito, de liquidez, legal, de derivativos, operacional e sistêmico.

Esse tópico disciplina, ainda, o controle de riscos referente ao monitoramento dos limites de alocação estabelecidos pela Resolução CMN nº 3792 e por esta política de investimentos.

Risco de mercado

• Objetivos

Segundo o Art. 13 da Resolução CMN nº 3792, as entidades devem acompanhar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos diretos e indiretos com o uso de modelo que limite a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos.

Em atendimento ao que estabelece a legislação, o acompanhamento do risco de mercado será feito através do Value-at-Risk (VaR), modelo que aponta, com um grau de confiança e para um horizonte de tempo pré-definido, qual a perda esperada em relação aos indicadores de mercado e o Benchmark Value-at-Risk (B-VaR) é um modelo adequado para avaliar a aderência da gestão a um determinado mandato. Ele pode ser entendido como uma medida da diferença entre o retorno esperado do fundo em relação ao retorno esperado para o benchmark definido.

Cabe apontar que os modelos de controle apresentados nos tópicos a seguir foram definidos com diligência, mas estão sujeitos a imprecisões típicas de modelos estatísticos frente a situações anormais de mercado.

• VaR

O controle de risco de mercado será feito por meio do acompanhamento do Value-at-Risk (VaR), que será calculado de acordo com os seguintes parâmetros:

- *Modelo: não paramétrico.*
- *Intervalo de Confiança: 95%.*

Para fins de verificação da aderência dos investimentos aos mandatos estabelecidos na estratégia de alocação, a entidade usará os seguintes limites:

MANDATO	LIMITE	HORIZONTE DE TEMPO
Carteira Própria	10%	21 dias
Renda Variável	17,5%	21 dias

Caso algum dos segmentos exceda o limite, cabe ao administrador do plano avaliar, de acordo com as condições de mercado, a medida mais adequada a ser tomada.

• Benchmark-VaR

O B-VaR é um modelo adequado para avaliar a aderência da gestão a um determinado mandato. Ele pode ser entendido como uma medida da diferença entre o retorno esperado do fundo em relação ao retorno esperado para o benchmark definido.

O cálculo do B-VaR considerará:

- *O modelo não paramétrico.*
- *Intervalo de confiança de 95%.*

O monitoramento dos investimentos será feito separadamente para os diferentes mandatos, com periodicidade semanal, de acordo com os seguintes limites:

MANDATO	LIMITE	HORIZONTE DE TEMPO
Fundos Exclusivos	2,5%	21 dias

Caso algum dos mandatos exceda o limite de B-VaR, cabe ao administrador do plano notificar seus gestores sobre o ocorrido e avaliar, de acordo com as condições de mercado, a medida mais adequada a ser tomada.

• Análise de Stress

- *Cenários de stress*

A avaliação dos investimentos em análises de stress passa necessariamente pela definição de cenários de stress, que podem considerar mudanças bruscas em variáveis importantes para o apreçamento dos ativos, como taxas de juros e preços de determinados ativos.

Embora as projeções considerem as variações históricas dos indicadores, os cenários de stress não precisam apresentar necessariamente relação com o passado, uma vez que buscam simular variações futuras adversas.

- *Controle*

Para o monitoramento do valor de stress da carteira, serão utilizados os seguintes parâmetros:

- *Cenário: BM&F*
- *Periodicidade: semanal*

O controle das análises de stress não obedecerá a nenhum limite, uma vez que a metodologia considerada pode apresentar variações que não implicam, necessariamente, em possibilidade de perda. O acompanhamento terá como finalidade avaliar o comportamento da carteira em cenários adversos para que os administradores possam, dessa forma, balancear melhor as exposições.

Risco de crédito

O risco de crédito dos investimentos do plano será avaliado com base nos ratings atribuídos por agência classificadora de risco internacionais atuantes no Brasil. Para fins de monitoramento da exposição, serão considerados os títulos de emissão privada presentes tanto em veículos exclusivos quanto em fundos condominiais. Os ativos serão enquadrados em duas categorias:

- *Grau de investimento;*
- *Abaixo do Grau de investimento.*

Para checagem do enquadramento, os títulos privados devem, a princípio, ser separados de acordo com suas características. Posteriormente, é preciso verificar se o papel possui rating por uma das agências elegíveis e se a nota é, de acordo com a escala da agência, igual ou superior à classificação mínima apresentada na tabela a seguir.

Os investimentos que possuírem rating igual ou superior às notas indicadas na tabela serão enquadrados na categoria grau de investimento, desde que observadas às seguintes condições:

- *No caso de emissões bancárias, para fins de enquadramento, a avaliação deve considerar o rating do emissor; nos demais casos, deve-se considerar o rating da emissão;*
- *O prazo utilizado corresponde ao período de tempo entre a data do enquadramento e o vencimento do papel;*
- *Os títulos com prazo inferior a um ano devem ser enquadrados com base no rating de curto prazo, exceto no caso de DPGEs;*
- *Os títulos que não possuem rating pelas agências elegíveis (ou que tenham classificação inferior às que constam na tabela) devem ser enquadrados na categoria abaixo de grau de investimento;*

AGÊNCIA	STANDARD & POORS		MOODYS		FICH RATING		
	PRAZO	LONGO	CURTO	LONGO	CURTO	LONGO	CURTO
<i>Ratings considerados de baixo risco de crédito</i>		brAAA		Aaa.br		AAA(bra)	
		brAA+	brA-1 +	Aa1.br	BR-1	AA+(bra)	F1 + (bra)
		brAA		Aa2.br		AA(bra)	
		brAA-		Aa3.br		AA-(bra)	
		brA+	brA-1	A1.br		A+(bra)	F1 (bra)
		brA		A2.br		A(bra)	
		brA-	brA-2	A3.br		A-(bra)	F2 (bra)
		brBBB+		Baa1		BR-2	
		brBBB	brA-3	Baa2	BR-3	BBB(bra)	F3 (bra)

- Caso duas agências elegíveis classifiquem o mesmo papel, será considerado, para fins de enquadramento, o pior rating;
- O enquadramento dos títulos será feita com base no rating vigente na data da verificação da aderência das aplicações à política de investimentos.

• DPGE

O valor projetado da operação no seu vencimento, não poderá ultrapassar o limite máximo garantido pelo FGC, para uma mesma Instituição Financeira ou para todas as Instituições de um mesmo conglomerado financeiro.

O somatório dos investimentos nestes ativos não pode ultrapassar 10% do total dos recursos garantidores do Plano de Benefícios.

Para aplicação em DPGE serão observados, no mínimo, os ratings da tabela abaixo:

STANDARD & POORS	MOODYS	FITCH RATINGS
brBBB-	Baa3.br	BBB-(bra)

• Eventos

O risco das aplicações em crédito privado está diretamente relacionado à saúde financeira das empresas investidas, que pode mudar em função do cenário macroeconômico, das condições de mercado ou de situações específicas.

Para refletir essas mudanças, é comum que as agências de classificação de risco revejam periodicamente os ratings atribuídos. Como nada impede que esses ratings sejam revistos para pior, é possível que um título presente na carteira do plano sofra um rebaixamento de rating e passe a ser classificado na categoria abaixo do Grau de Investimento.

Da mesma forma, existe a possibilidade de que a empresa emissora de um título integrante da carteira do plano tenha falência decretada ou anuncie que não terá condições de arcar com suas dívidas (default). Nesse caso, a recuperação de parte dos recursos depende de trâmites legais.

Como os eventos acima mencionados fogem do controle dos investidores, os tópicos a seguir estabelecem as medidas a serem adotadas pelos administradores do plano em eventuais casos de rebaixamento de rating ou default.

- **Exposição a Crédito Privado**

O controle da exposição a crédito privado é feito através do percentual de recursos alocados em títulos privados,

considerada a categoria de risco dos papéis. O controle do risco de crédito deve ser feito em relação aos recursos garantidores, de acordo com os seguintes limites:

CATEGORIA DE RISCO	LIMITE
Grau de investimento + Abaixo do Grau de Investimento	80%
Abaixo do Grau de Investimento	5%

Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ser dividido em duas classes:

- possibilidade de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações;
- possibilidade de redução da demanda de mercado.

Os itens a seguir detalham as características destes riscos e a forma como eles serão geridos.

É importante registrar que os instrumentos de controle apresentados são baseados em modelos estatísticos, que por definição estão sujeitos a desvios decorrentes de aproximações, ruídos de informações ou de condições anormais de mercado.

- *Indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações*

A gestão do risco de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações depende do planejamento estratégico dos investimentos do plano. A aquisição de títulos ou valores mobiliários com prazo ou fluxos incompatíveis com as necessidades do plano podem gerar um descasamento.

O controle desse risco poderá ser feito por meio da elaboração do estudo de ALM, conforme apontado no item Asset Liability Management (ALM), que projeta, com base características do passivo e em dados específicos, o fluxo de caixa do plano para os próximos anos e recomenda uma carteira de ativos adequada para atender a essas demandas futuras. Como encontra-se em fase de segregação real dos ativos financeiros, a ELOS pretenderá elaborar o estudo de casamento do Ativo com o Passivo (ALM), visando à proteção das obrigações Futuras do Plano BD remanescente.

- *Redução da demanda de mercado*

A segunda classe de risco de liquidez pode ser entendida como a possibilidade de redução ou inexistência de

demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira. A gestão deste risco será feita com base no percentual da carteira que pode ser negociada em condições adversas.

O controle do risco de liquidez de demanda de mercado será feito por meio do controle do percentual da carteira que, em condições adversas (20% do volume médio de negócios), pode ser negociada em um determinado horizonte de tempo. Esses valores deverão obedecer aos seguintes limites:

HORIZONTE	PERCENTUAL MÍNIMO DA CARTEIRA
1 (um) dia útil	10%
7 (sete) dias úteis	20%
21 (vinte e um) dias úteis	25%

Risco legal

O risco legal está relacionado a autuações, processos ou mesmo a eventuais perdas financeiras decorrentes de questionamentos jurídicos, da não execução de contratos e do não cumprimento das normas. O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades e investimentos que envolvam a elaboração de contratos específicos, será feito por meio:

- da realização periódica de relatórios de compliance que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à política de investimentos;
- da revisão periódica dos regulamentos dos veículos de investimentos, exclusivos ou não;
- da utilização de pareceres jurídicos para contratos, nos casos em que a Diretoria Executiva julgar necessário.
- Compliance legal

O monitoramento da aderência dos investimentos às diretrizes estabelecidas pela legislação aplicável e pela política de investimentos será feito por meio:

- da verificação diária do enquadramento dos investimentos em relação aos principais limites e restrições aplicáveis às EFPC (Compliance Ativo);
- da elaboração de relatórios trimestrais sobre a aderência da gestão dos recursos às normas vigentes à política de investimentos.
- da realização de reuniões periódicas com consultores e gestores.
- Risco da exposição em derivativos

O controle da exposição em derivativos será feito em conformidade com o que determina a legislação, por meio do monitoramento:

- dos níveis de margem depositada como garantia de operações com derivativos; e
- das despesas com a compra de opções.
- Limites

Os controles são aplicáveis aos fundos de investimentos e à carteira consolidada do plano. Os limites devem ser medidos em relação às alocações em:

- Títulos da dívida pública federal;
- Títulos de emissão de instituições financeiras (CDB, RDB, DPGE, etc); e
- Ações integrantes do Índice Bovespa.
- A soma dos investimentos nesses ativos deve ser considerada como denominador na conta da exposição, que devem respeitar os seguintes limites:
- Até 15% (quinze por cento) de depósito de margem para operações com derivativos;
- Até 5% (cinco por cento) de despesas com compra de opções.

Risco operacional

A gestão do risco operacional será feita de forma preventiva, por meio da adoção de normas e procedimentos de controles internos, em linha com o que estabelece a legislação aplicável. Entre os procedimentos de controle podem ser destacados:

- A definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores;
- O estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos; e
- A adoção de um manual para contratação de gestores e prestadores de serviço.

Risco sistêmico

O risco sistêmico se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa. É, portanto, um risco que, por concepção, não se controla.

Para tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos deve levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores.

Apreçamento

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e fundos de investimentos, exclusivos ou não, nos quais a entidade aplica recursos devem ser marcados a valor de mercado, de acordo com os critérios recomendados pela CVM e pela ANBIMA.

Isso não exclui a possibilidade, porém, de a entidade contabilizar os títulos que pretende carregar até o vencimento pela taxa do papel, método chamado de marcação na curva.

O método e as fontes de referência adotadas para apreçamento dos ativos adotados pela entidade são os mesmos estabelecidos por seus custodiantes e estão disponíveis no Manual de apreçamento do custodiante.

O controle da marcação dos papéis é feito por meio de relatórios gerados mensalmente por consultores contratados.

Observação dos Princípios Sócio-Ambientais

Os princípios sócio-ambientais podem ser entendidos como um conjunto de regras que visam a favorecer o investimento em companhias que adotam, em suas atividades ou através de projetos, políticas de responsabilidade sócio-ambiental.

A maneira mais comum de adoção desse conjunto de regras ocorre por meio da adesão a protocolos ou iniciativas lideradas por órgãos da sociedade civil e organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU).

A observância dos princípios sócio-ambientais na gestão dos recursos depende, portanto, da adequação do processo de tomada de decisões, de forma que os administradores da entidade tenham condições de cumprir as regras de investimento responsável.

Ao longo da vigência desta política de investimentos, os princípios sócio-ambientais serão preferencialmente observados, sem adesão a protocolos de regras.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO BD-ELOS/TRACTEBEL

Presente política de investimentos estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos dos recursos confiados à entidade, com vistas a promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre ativos e passivos do plano.

Os limites e critérios aqui apresentados estão fundamentados na Resolução CMN nº 3792, de 28 de setembro de 2009, legislação que estabelece, quando da aprovação desta política de investimentos, as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores das EFPC.

Entende-se, dessa forma, que as diretrizes ora estabelecidas são complementares àquelas definidas pela Resolução CMN nº 3792, não estando os administradores ou gestores, em nenhuma hipótese, dispensados de observar as regras, restrições e condições estabelecidas pela legislação aplicável, ainda que estas não estejam transcritas neste documento.

Caso haja mudanças na legislação, os investimentos devem ser adequados gradativamente à nova regulamentação. Se houver necessidade de negociação de ativos, a entidade estabelecerá um plano com critérios e prazos para a realização dessas operações, de forma a garantir a preservação dos recursos, sem prejuízos à rentabilidade dos investimentos.

A entidade poderá deixar de monitorar, da mesma forma, limites e restrições obrigatórios que eventualmente venham a ser revogados pela legislação aplicável.

As diretrizes aqui definidas, que entram em vigor em 1ª de janeiro de 2013, contemplam todos os itens previstos no Capítulo V, "Da Política de Investimento", da Resolução CMN nº 3792. O documento foi elaborado tendo em vista um horizonte de 60 meses, conforme estabelece a Resolução CGPC nº 7, de 4 de dezembro de 2003.

Esta política de investimentos está estruturada conforme mostra o fluxograma a seguir.



Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)

Toda entidade fechada de previdência complementar deve designar um Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado, que responde civil, criminal e administrativamente pela gestão, alocação, controle de risco e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos de benefícios, conforme estabelece o Art. 22, da Lei Complementar 108, de 29 de maio de 2001.

Dessa forma, a Fundação ELOS nomeou como Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado o Sr. Geazi Correa, CPF nº 153.802.979-00, tel.: (48) 2107-7507.

Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB)

Toda entidade fechada de previdência complementar deve designar um Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios, que responde pela adoção e aplicação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, conforme estabelece o item 3 do regulamento anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006. Dessa forma, o Sr. Nelson Antonio Vieira de Andrade, CPF nº 288.844.429-15, tel.: (48) 2107-7507 foi nomeado como ARPB do Plano Eletrosul.

Asset Liability Management (ALM)

Tendo em vista a característica do Plano ELOS/Tractebel, que é um Plano de Benefício Definido, sua gestão, em carteira própria, vem se pautando na compra de títulos públicos atrelados à Índice de Preços (principalmente NTNs-B), com o objetivo precípuo de proteção do seu passivo atuarial, mais precisamente, dos benefícios já concedidos.

A Fundação ELOS elaborou o estudo de casamento do Ativo com o Passivo (ALM), visando à proteção das obrigações Futuras do Plano BD – ELOS/Tractebel.

Diretrizes de aplicação

Os valores a serem aplicados nos diversos segmentos foram definidos por uma estratégia de longo prazo que leva em conta a estrutura do passivo do plano e visa proporcionar rentabilidade compatível com a meta atuarial, sem incorrer em risco excessivo. O resultado deste trabalho está apresentado no tópico a seguir.

Composição dos investimentos

A tabela a seguir mostra os limites e os índices de referência (benchmarks) dos mandatos que se enquadram nos segmentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 3792.

SEGMENTO / MANDATO	BENCHMARK	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO		
			OBJETIVO *	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR
Renda Fixa		100%	87%	60%	97%
<i>Carteira Própria - Tesouro Nacional</i>	INPC + 6% ao ano	100%	73%	60%	97%
<i>Carteira Própria - Instituições Financeiras -DPGE</i>	INPC + 6% ao ano	80%	5%	0%	10%
<i>Fundos de Investimentos</i>	SELIC	80%	7%	0%	15%
<i>FIDC/FIC de FIDC</i>	(**)	20%	2%	0%	10%
Renda Variável	(***)	70%	7%	0%	15%
<i>Fundos de Ações</i>	IBOVESPA	35%	7%	0%	15%
<i>SPE</i>	IPCA + 8% a.a.	20%	0%	0%	0%
Investimentos Estruturados		20%	2%	0%	10%
<i>Fundos de Investimento em Participações</i>	IPCA + 8% a.a	20%	0%	0%	10%
<i>Fundos Imobiliários</i>	IPCA + 10% a.a	10%	0%	0%	0%
<i>Fundos Multimercados não Institucionais</i>	IFM	10%	0%	0%	0%
Investimentos no Exterior	IPCA + 8% a.a	10%	0%	0%	1%
Imóveis	IPCA + 6% a.a	8%	2%	0%	5%
Operações com Participantes	IPCA + 7% a.a	15%	2%	0%	6%

(*) Valores indicativos de alocação na segmentação da carteira de investimento para o exercício de 2013. Eventuais desvios na alocação efetiva dos recursos em relação ao objetivo poderão ocorrer por Desenquadramento Passivo sem implicar, necessariamente na revisão do objetivo.

(**) Para o subitem, FIDC ou FIC de FIDC, a Fundação ELOS estabeleceu como benchmark o CDI, sendo que a alocação em fundos, buscando a diversificação, atenderá às recomendações provenientes do Comitê de Investimentos, que serão submetidas, posteriormente, à deliberação da Diretoria Executiva.

(***) Para o Segmento de Renda Variável, a Fundação ELOS estabeleceu como benchmark o Ibovespa, sendo que a alocação em fundos, buscando a diversificação, atenderá às recomendações provenientes do Comitê de Investimentos, que serão submetidas, posteriormente, à deliberação da Diretoria Executiva.

Meta de retorno

As metas de retorno foram definidas para um horizonte de 60 meses. É possível, portanto, que, dentro de um mesmo ano-calendário, a rentabilidade dos investimentos fique abaixo da meta.

SEGMENTO	META DE RETORNO REAL SOBRE INPC
<i>Renda Fixa</i>	6% a.a.
<i>Renda Variável</i>	7% a.a.
<i>Investimentos estruturados</i>	8% a.a.
<i>Investimentos no exterior</i>	8% a.a.
<i>Imóveis</i>	6% a.a.
<i>Operações com participantes</i>	7% a.a.

Política de risco

Em linha com o que estabelece o Capítulo III, "Dos Controles Internos e de Avaliação de Risco", da Resolução CMN nº 3792, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos.

Os procedimentos descritos a seguir buscam estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, controlar e monitorar os diversos riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de mercado, de crédito, de liquidez, legal, de derivativos, operacional e sistêmico.

Esse tópico disciplina, ainda, o controle de riscos referente ao monitoramento dos limites de alocação estabelecidos pela Resolução CMN nº 3792 e por esta política de investimentos.

Risco de mercado

- *Objetivos*

Segundo o Art. 13 da Resolução CMN nº 3792, as entidades devem acompanhar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos diretos e indiretos com o uso de modelo que limite a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos.

Em atendimento ao que estabelece a legislação, o

acompanhamento do risco de mercado será feito através do Value-at-Risk (VaR), modelo que aponta, com um grau de confiança e para um horizonte de tempo pré-definido, qual a perda esperada em relação aos indicadores de mercado

Cabe apontar que os modelos de controle apresentados nos tópicos a seguir foram definidos com diligência, mas estão sujeitos a imprecisões típicas de modelos estatísticos frente a situações anormais de mercado.

- *VaR*

O controle de risco de mercado será feito por meio do acompanhamento do Value-at-Risk (VaR), que será calculado de acordo com os seguintes parâmetros:

- *Modelo: não paramétrico.*
- *Intervalo de Confiança: 95%.*

Para fins de verificação da aderência dos investimentos aos mandatos estabelecidos na estratégia de alocação, a entidade usará os seguintes limites:

MANDATO	LIMITE	HORIZONTE DE TEMPO
<i>Carteira Própria</i>	10%	21 dias
<i>Fundos Exclusivos</i>	2,5%	21 dias
<i>Renda Variável</i>	17,5%	21 dias

Caso algum dos segmentos exceda o limite, cabe ao administrador do plano avaliar, de acordo com as condições de mercado, a medida mais adequada a ser tomada.

Risco de crédito

O risco de crédito dos investimentos do plano será avaliado com base nos ratings atribuídos por agência classificadora de risco internacionais atuantes no Brasil. Para fins de monitoramento da exposição, serão considerados os títulos de emissão privada presentes tanto em veículos exclusivos quanto em fundos condominiais. Os ativos serão enquadrados em duas categorias:

- *Grau de investimento;*
- *Abaixo do Grau de investimento.*

Para checagem do enquadramento, os títulos privados devem, a princípio, ser separados de acordo com suas características. Posteriormente, é preciso verificar se o papel possui rating por uma das agências elegíveis e se a nota é, de acordo com a escala da agência, igual ou superior à classificação mínima apresentada na tabela a seguir.

AGÊNCIA	STANDARD & POORS		MOODYS		FICH RATING		
	PRAZO	LONGO	CURTO	LONGO	CURTO	LONGO	CURTO
Ratings considerados de baixo risco de crédito		brAAA		Aaa.br		AAA(bra)	
		brAA+	brA-1+	Aa1.br	BR-1	AA+(bra)	F1 + (bra)
		brAA		Aa2.br		AA(bra)	
		brAA-		Aa3.br		AA-(bra)	
		brA+	brA-1	A1.br		A+(bra)	F1 (bra)
		brA		A2.br		A(bra)	
		brA-	brA-2	A3.br	BR-2	A-(bra)	F2 (bra)
		brBBB+		Baa1		BBB+(bra)	
		brBBB	brA-3	Baa2	BR-3	BBB (bra)	F3 (bra)

Os investimentos que possuem rating igual ou superior às notas indicadas na tabela serão enquadrados na categoria grau de investimento, desde que observadas às seguintes condições:

- No caso de emissões bancárias, para fins de enquadramento, a avaliação deve considerar o rating do emissor; nos demais casos, deve-se considerar o rating da emissão;
 - O prazo utilizado corresponde ao período de tempo entre a data do enquadramento e o vencimento do papel;
 - Os títulos com prazo inferior a um ano devem ser enquadrados com base no rating de curto prazo, exceto no caso de DPGEs;
 - Os títulos que não possuem rating pelas agências elegíveis (ou que tenham classificação inferior às que constam na tabela) devem ser enquadrados na categoria abaixo de grau de investimento;
 - Caso duas agências elegíveis classifiquem o mesmo papel, será considerado, para fins de enquadramento, o pior rating;
 - O enquadramento dos títulos será feita com base no rating vigente na data da verificação da aderência das aplicações à política de investimentos.
- DPGE

O valor projetado da operação no seu vencimento, não poderá ultrapassar o limite máximo garantido pelo FGC, para uma mesma Instituição Financeira ou para todas as Instituições de um mesmo conglomerado financeiro.

O somatório dos investimentos nestes ativos não pode ultrapassar 10% do total dos recursos garantidores do Plano de Benefícios.

Para aplicação em DPGE serão observados, no mínimo, os ratings da tabela abaixo:

STANDARD & POORS	MOODYS	FITCH RATINGS
brBBB-	Baa3.br	BBB-(bra)

- *Eventos*

O risco das aplicações em crédito privado está diretamente relacionado à saúde financeira das empresas investidas, que pode mudar em função do cenário macroeconômico, das condições de mercado ou de situações específicas.

Para refletir essas mudanças, é comum que as agências de classificação de risco revejam periodicamente os ratings atribuídos. Como nada impede que esses ratings sejam revistos para pior, é possível que um título presente na carteira do plano sofra um rebaixamento de rating e passe a ser classificado na categoria abaixo do Grau de Investimento.

Da mesma forma, existe a possibilidade de que a empresa emissora de um título integrante da carteira do plano tenha falência decretada ou anuncie que não terá condições de arcar com suas dívidas (default). Nesse caso, a recuperação de parte dos recursos depende de trâmites legais.

Como os eventos acima mencionados fogem do controle dos investidores, os tópicos a seguir estabelecem as

medidas a serem adotadas pelos administradores do plano em eventuais casos de rebaixamento de rating ou default.

- *Exposição a Crédito Privado*

O controle da exposição a crédito privado é feito através do percentual de recursos alocados em títulos privados, considerada a categoria de risco dos papéis. O controle do risco de crédito deve ser feito em relação aos recursos garantidores, de acordo com os seguintes limites:

CATEGORIA DE RISCO	LIMITE
<i>Grau de investimento + Abaixo do Grau de Investimento</i>	80%
<i>Abaixo do Grau de Investimento</i>	5%

Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ser dividido em duas classes:

- *possibilidade de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações;*
- *possibilidade de redução da demanda de mercado.*

Os itens a seguir detalham as características destes riscos e a forma como eles serão geridos.

É importante registrar que os instrumentos de controle apresentados são baseados em modelos estatísticos, que por definição estão sujeitos a desvios decorrentes de aproximações, ruídos de informações ou de condições anormais de mercado.

- *Indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações*

A gestão do risco de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações depende do planejamento estratégico dos investimentos do plano. A aquisição de títulos ou valores mobiliários com prazo ou fluxos incompatíveis com as necessidades do plano podem gerar um descasamento.

O controle desse risco poderá ser feito por meio da elaboração do estudo de ALM, conforme apontado no item Asset Liability Management (ALM), que projeta, com base características do passivo e em dados específicos, o fluxo de caixa do plano para os próximos anos e recomenda uma carteira de ativos adequada para atender a essas demandas futuras.

- *Redução da demanda de mercado*

A segunda classe de risco de liquidez pode ser entendida como a possibilidade de redução ou inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira. A gestão deste risco será feita com base no percentual da carteira que pode ser negociada em condições adversas.

O controle do risco de liquidez de demanda de mercado será feito por meio do controle do percentual da carteira que, em condições adversas (20% do volume médio de negócios), pode ser negociada em um determinado horizonte de tempo. Esses valores deverão obedecer aos seguintes limites:

HORIZONTE	PERCENTUAL MÍNIMO DA CARTEIRA
<i>1 (um) dia útil</i>	10%
<i>7 (sete) dias úteis</i>	20%
<i>21 (vinte e um) dias úteis</i>	25%

Risco legal

O risco legal está relacionado a autuações, processos ou mesmo a eventuais perdas financeiras decorrentes de questionamentos jurídicos, da não execução de contratos e do não cumprimento das normas. O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades e investimentos que envolvam a elaboração de contratos específicos, será feito por meio:

- *da realização periódica de relatórios de compliance que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à política de investimentos;*
- *da revisão periódica dos regulamentos dos veículos de investimentos, exclusivos ou não;*
- *da utilização de pareceres jurídicos para contratos, nos casos em que a Diretoria Executiva julgar necessário.*
- *Compliance legal*

O monitoramento da aderência dos investimentos às diretrizes estabelecidas pela legislação aplicável e pela política de investimentos será feito por meio:

- *da verificação diária do enquadramento dos investimentos em relação aos principais limites e restrições aplicáveis às EFPC (Compliance Ativo);*
- *da elaboração de relatórios trimestrais sobre a aderência da gestão dos recursos às normas vigentes à política de investimentos.*
- *da realização de reuniões periódicas com consultores e gestores.*

Risco da exposição em derivativos

O controle da exposição em derivativos será feito em conformidade com o que determina a legislação, por meio do monitoramento:

- *dos níveis de margem depositada como garantia de operações com derivativos; e*
- *das despesas com a compra de opções.*
- **Limites**

Os controles são aplicáveis aos fundos de investimentos e à carteira consolidada do plano. Os limites devem ser medidos em relação às alocações em:

- *Títulos da dívida pública federal;*
- *Títulos de emissão de instituições financeiras (CDB, RDB, DPGE, etc); e*
- *Ações integrantes do Índice Bovespa.*

A soma dos investimentos nesses ativos deve ser considerada como denominador na conta da exposição, que devem respeitar os seguintes limites:

- *Até 15% (quinze por cento) de depósito de margem para operações com derivativos;*
- *Até 5% (cinco por cento) de despesas com compra de opções.*

Risco operacional

A gestão do risco operacional será feita de forma preventiva, por meio da adoção de normas e procedimentos de controles internos, em linha com o que estabelece a legislação aplicável. Entre os procedimentos de controle podem ser destacados:

- *A definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores;*
- *O estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos; e*
- *A adoção de um manual para contratação de gestores e prestadores de serviço.*

Risco sistêmico

O risco sistêmico se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa. É, portanto, um risco que, por concepção, não se controla.

Para tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos deve levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores.

Apreçamento

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e fundos de investimentos, exclusivos ou não, nos quais a entidade aplica recursos devem ser marcados a valor de

mercado, de acordo com os critérios recomendados pela CVM e pela ANBIMA.

Isso não exclui a possibilidade, porém, de a entidade contabilizar os títulos que pretende carregar até o vencimento pela taxa do papel, método chamado de marcação na curva.

O método e as fontes de referência adotadas para apreçamento dos ativos adotados pela entidade são os mesmos estabelecidos por seus custodiantes e estão disponíveis no Manual de apreçamento do custodiante.

O controle da marcação dos papéis é feito por meio de relatórios gerados mensalmente por consultores contratados.

Observação dos Princípios Sócio-Ambientais

Os princípios sócio-ambientais podem ser entendidos como um conjunto de regras que visam a favorecer o investimento em companhias que adotam, em suas atividades ou através de projetos, políticas de responsabilidade sócio-ambiental.

A maneira mais comum de adoção desse conjunto de regras ocorre por meio da adesão a protocolos ou iniciativas lideradas por órgãos da sociedade civil e organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU).

A observância dos princípios sócio-ambientais na gestão dos recursos depende, portanto, da adequação do processo de tomada de decisões, de forma que os administradores da entidade tenham condições de cumprir as regras de investimento responsável.

Ao longo da vigência desta política de investimentos, os princípios sócio-ambientais serão preferencialmente observados, sem adesão a protocolos de regras.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO CD-ELETROSUL (ELOSPREV)

Presente política de investimentos estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos dos recursos confiados à entidade, com vistas a promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre ativos e passivos do plano.

Os limites e critérios aqui apresentados estão fundamentados na Resolução CMN nº 3792, de 28 de setembro de 2009, legislação que estabelece, quando da aprovação desta política de investimentos, as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores das EFPC.

Entende-se, dessa forma, que as diretrizes ora estabelecidas são complementares àquelas definidas pela Resolução

CMN nº 3792, não estando os administradores ou gestores, em nenhuma hipótese, dispensados de observar as regras, restrições e condições estabelecidas pela legislação aplicável, ainda que estas não estejam transcritas neste documento.

Caso haja mudanças na legislação, os investimentos devem ser adequados gradativamente à nova regulamentação. Se houver necessidade de negociação de ativos, a entidade estabelecerá um plano com critérios e prazos para a realização dessas operações, de forma a garantir a preservação dos recursos, sem prejuízos à rentabilidade dos investimentos.

A entidade poderá deixar de monitorar, da mesma forma, limites e restrições obrigatórios que eventualmente venham a ser revogados pela legislação aplicável.

As diretrizes aqui definidas, que entram em vigor em 1ª de janeiro de 2013, contemplam todos os itens previstos no Capítulo V, "Da Política de Investimento", da Resolução CMN nº 3792. O documento foi elaborado tendo em vista um horizonte de 60 meses, conforme estabelece a Resolução CGPC nº 7, de 4 de dezembro de 2003.

Esta política de investimentos está estruturada conforme mostra o fluxograma a seguir



Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)

Toda entidade fechada de previdência complementar deve designar um Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado, que responde civil, criminal e administrativamente pela gestão, alocação, controle de risco e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos de benefícios, conforme estabelece o Art. 22, da Lei Complementar 108, de 29 de maio de 2001.

Dessa forma, a Fundação ELOS nomeou como Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado o Sr. Geazi Correa, CPF nº 153.802.979-00, tel.: (48) 2107-7507.

Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB)

Toda entidade fechada de previdência complementar deve designar um Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios, que responde pela adoção e aplicação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, conforme estabelece o item 3 do regulamento

anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006. Dessa forma, o Sr. Nelson Antonio Vieira de Andrade, CPF nº 288.844.429-15, tel.: (48) 2107-7507 foi nomeado como ARPB do Plano Eletrosul.

Asset Liability Management (ALM)

Tendo em vista a característica do Plano de Contribuição Definida Eletrosul - BPDS, que é um Plano de Contribuição Definida Saldado, sua gestão, em carteira própria, vem se pautando na compra de títulos públicos atrelados à Índice de Preços (principalmente NTNs-B), com o objetivo precípua de proteção do seu passivo atuarial, mais precisamente, dos benefícios já concedidos.

Diretrizes de aplicação

Os valores a serem aplicados nos diversos segmentos foram definidos por uma estratégia de longo prazo que leva em conta a estrutura do passivo do plano e visa proporcionar rentabilidade compatível com a meta atuarial, sem incorrer em risco excessivo. O resultado deste trabalho está apresentado no tópico a seguir.

Composição dos investimentos

A tabela a seguir mostra os limites e os índices de referência (benchmarks) dos mandatos que se enquadram nos segmentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 3792.

SEGMENTO / MANDATO	BENCHMARK	LIMITE LEGAL	ALOCÇÃO ESTRATÉGICA DA POLÍCA DE INVESTIMENTO		
			OBJETIVO *	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR
Renda Fixa		100%	68%	20%	95%
<i>Carteira Própria - Tesouro Nacional</i>	INPC + 5% ao ano	100%	46%	20%	95%
<i>Carteira Própria - Instituições Financeiras -DPGE</i>	INPC + 5% ao ano	80%	3%	0%	10%
<i>Fundos de Investimentos</i>	SELIC	80%	16%	10%	55%
<i>FIDC/FIC de FIDC</i>	(**)	20%	3%	0%	10%
Renda Variável	(***)	70%	24%	7%	30%
<i>Fundos de Ações</i>	IBOVESPA	35%	17%	0%	25%
<i>SPE</i>	IPCA + 8% a.a.	20%	7%	0%	15%
Investimentos Estruturados		20%	4%	0%	10%
<i>Fundos de Investimento em Participações</i>	IPCA + 8% a.a	20%	3%	0%	10%
<i>Fundos Imobiliários</i>	IPCA + 10% a.a	10%	1%	0%	5%
<i>Fundos Multimercados não Institucionais</i>	IFM	10%	0%	0%	0%
Investimentos no Exterior	IPCA + 8% a.a	10%	0%	0%	1%
Imóveis	IPCA + 5% a.a	8%	2%	0%	5%
Operações com Participantes	IPCA + 7% a.a	15%	2%	0%	10%

(*) Valores indicativos de alocação na segmentação da carteira de investimento para o exercício de 2013. Eventuais desvios na alocação efetiva dos recursos em relação ao objetivo poderão ocorrer por Desenquadramento Passivo sem implicar, necessariamente na revisão do objetivo.

(**) Para o subitem, Fundos de Investimentos Exclusivos o benchmark adotado será composto de 50% IMA-S + 50% IMA B.

(***) Para o subitem, FIDC ou FIC de FIDC, a Fundação ELOS estabeleceu como benchmark o CDI, sendo que a alocação em fundos, buscando a diversificação, atenderá às recomendações provenientes do Comitê de Investimentos, que serão submetidas, posteriormente, à deliberação da Diretoria Executiva.

(****) Para o Segmento de Renda Variável, a Fundação ELOS estabeleceu como benchmark o Ibovespa, sendo que a alocação em fundos, buscando a diversificação, atenderá às recomendações provenientes do Comitê de Investimentos, que serão submetidas, posteriormente, à deliberação da Diretoria Executiva.

Meta de retorno

As metas de retorno foram definidas para um horizonte de 60 meses. É possível, portanto, que, dentro de um mesmo ano-calendário, a rentabilidade dos investimentos fique abaixo da meta.

SEGMENTO	META DE RETORNO REAL SOBRE INPC
<i>Renda Fixa</i>	5% a.a.
<i>Renda Variável</i>	7% a.a.
<i>Investimentos estruturados</i>	8% a.a.
<i>Investimentos no exterior</i>	8% a.a.
<i>Imóveis</i>	5% a.a.
<i>Operações com participantes</i>	7% a.a.

Política de risco

Em linha com o que estabelece o Capítulo III, “Dos Controles Internos e de Avaliação de Risco”, da Resolução CMN nº 3792, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos.

Os procedimentos descritos a seguir buscam estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, controlar e monitorar os diversos riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de mercado, de crédito, de liquidez, legal, de derivativos, operacional e sistêmico.

Esse tópico disciplina, ainda, o controle de riscos referente ao monitoramento dos limites de alocação estabelecidos pela Resolução CMN nº 3792 e por esta política de investimentos.

Risco de mercado

Objetivos

Segundo o Art. 13 da Resolução CMN nº 3792, as entidades devem acompanhar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos diretos e indiretos com o uso de modelo que limite a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos.

Em atendimento ao que estabelece a legislação, o acompanhamento do risco de mercado será feito através do Value-at-Risk (VaR), modelo que aponta, com um grau de confiança e para um horizonte de tempo pré-definido, qual a perda esperada em relação aos indicadores de mercado

Cabe apontar que os modelos de controle apresentados

nos tópicos a seguir foram definidos com diligência, mas estão sujeitos a imprecisões típicas de modelos estatísticos frente a situações anormais de mercado.

VaR

O controle de risco de mercado será feito por meio do acompanhamento do Value-at-Risk (VaR), que será calculado de acordo com os seguintes parâmetros:

- *Modelo: não paramétrico.*
- *Intervalo de Confiança: 95%.*

Para fins de verificação da aderência dos investimentos aos mandatos estabelecidos na estratégia de alocação, a entidade usará os seguintes limites:

MANDATO	LIMITE	HORIZONTE DE TEMPO
<i>Carteira Própria</i>	10%	21 dias
<i>Renda Variável</i>	17,5%	21 dias

Caso algum dos segmentos exceda o limite, cabe ao administrador do plano avaliar, de acordo com as condições de mercado, a medida mais adequada a ser tomada.

Benchmark-VaR

O B-VaR é um modelo adequado para avaliar a aderência da gestão a um determinado mandato. Ele pode ser entendido como uma medida da diferença entre o retorno esperado do fundo em relação ao retorno esperado para o benchmark definido.

O cálculo do B-VaR considerará:

- *O modelo não paramétrico.*
- *Intervalo de confiança de 95%.*

O monitoramento dos investimentos será feito separadamente para os diferentes mandatos, com periodicidade semanal, de acordo com os seguintes limites:

MANDATO	LIMITE	HORIZONTE DE TEMPO
<i>Fundos Exclusivos</i>	2,5%	21 dias

Caso algum dos mandatos exceda o limite de B-VaR, cabe ao administrador do plano notificar seus gestores sobre o ocorrido e avaliar, de acordo com as condições de mercado, a medida mais adequada a ser tomada.

- **Análise de Stress**

- *Cenários de stress*

A avaliação dos investimentos em análises de stress passa necessariamente pela definição de cenários de stress, que podem considerar mudanças bruscas em variáveis importantes para o apreçamento dos ativos, como taxas de juros e preços de determinados ativos.

Embora as projeções considerem as variações históricas dos indicadores, os cenários de stress não precisam apresentar necessariamente relação com o passado, uma vez que buscam simular variações futuras adversas.

- *Controle*

Para o monitoramento do valor de stress da carteira, serão utilizados os seguintes parâmetros:

- *Cenário: BM&F*
- *Periodicidade: semanal*

O controle das análises de stress não obedecerá a nenhum limite, uma vez que a metodologia considerada pode apresentar variações que não implicam, necessariamente, em possibilidade de perda. O acompanhamento terá como

finalidade avaliar o comportamento da carteira em cenários adversos para que os administradores possam, dessa forma, balancear melhor as exposições.

Risco de crédito

O risco de crédito dos investimentos do plano será avaliado com base nos ratings atribuídos por agência classificadora de risco internacionais atuantes no Brasil. Para fins de monitoramento da exposição, serão considerados os títulos de emissão privada presentes tanto em veículos exclusivos quanto em fundos condominiais. Os ativos serão enquadrados em duas categorias:

- *Grau de investimento;*
- *Abaixo do Grau de investimento.*

Para checagem do enquadramento, os títulos privados devem, a princípio, ser separados de acordo com suas características. Posteriormente, é preciso verificar se o papel possui rating por uma das agências elegíveis e se a nota é, de acordo com a escala da agência, igual ou superior à classificação mínima apresentada na tabela a seguir.

AGÊNCIA	STANDARD & POORS		MOODYS		FICH RATING		
	PRAZO	LONGO	CURTO	LONGO	CURTO	LONGO	CURTO
<i>Ratings considerados de baixo risco de crédito</i>		brAAA	brA-1+	Aaa.br	BR-1	AAA(bra)	F1 + (bra)
		brAA+		Aa1.br		AA+(bra)	
		brAA		Aa2.br		AA(bra)	
		brAA-	Aa3.br	AA-(bra)			
		brA+	brA-1	A1.br		A+(bra)	F1 (bra)
		brA		A2.br	A(bra)		
		brA-	brA-2	A3.br	BR-2	A-(bra)	F2 (bra)
		brBBB+		Baa1		BBB+(bra)	
		brBBB	brA-3	Baa2	BR-3	BBB (bra)	F3 (bra)

Os investimentos que possuírem rating igual ou superior às notas indicadas na tabela serão enquadrados na categoria grau de investimento, desde que observadas às seguintes condições:

- *No caso de emissões bancárias, para fins de enquadramento, a avaliação deve considerar o rating do emissor; nos demais casos, deve-se considerar o rating da emissão;*
- *O prazo utilizado corresponde ao período de tempo entre a data do enquadramento e o vencimento do papel;*
- *Os títulos com prazo inferior a um ano devem ser enquadrados com base no rating de curto prazo, exceto no caso de DPGEs;*
- *Os títulos que não possuem rating pelas agências elegíveis (ou que tenham classificação inferior às que constam na tabela) devem ser enquadrados na categoria abaixo de grau de investimento;*
- *Caso duas agências elegíveis classifiquem o mesmo papel, será considerado, para fins de enquadramento, o pior rating;*
- *O enquadramento dos títulos será feita com base no rating vigente na data da verificação da aderência das aplicações à política de investimentos.*

• DPGE

O valor projetado da operação no seu vencimento, não poderá ultrapassar o limite máximo garantido pelo FGC, para uma mesma Instituição Financeira ou para todas as Instituições de um mesmo conglomerado financeiro.

O somatório dos investimentos nestes ativos não pode ultrapassar 10% do total dos recursos garantidores do Plano de Benefícios.

Para aplicação em DPGE serão observados, no mínimo, os ratings da tabela abaixo:

STANDARD & POORS	MOODYS	FITCH RATINGS
brBBB-	Baa3.br	BBB-(bra)

• Eventos

O risco das aplicações em crédito privado está diretamente relacionado à saúde financeira das empresas investidas, que pode mudar em função do cenário macroeconômico, das condições de mercado ou de situações específicas.

Para refletir essas mudanças, é comum que as agências

de classificação de risco revejam periodicamente os ratings atribuídos. Como nada impede que esses ratings sejam revistos para pior, é possível que um título presente na carteira do plano sofra um rebaixamento de rating e passe a ser classificado na categoria abaixo do Grau de Investimento.

Da mesma forma, existe a possibilidade de que a empresa emissora de um título integrante da carteira do plano tenha falência decretada ou anuncie que não terá condições de arcar com suas dívidas (default). Nesse caso, a recuperação de parte dos recursos depende de trâmites legais.

Como os eventos acima mencionados fogem do controle dos investidores, os tópicos a seguir estabelecem as medidas a serem adotadas pelos administradores do plano em eventuais casos de rebaixamento de rating ou default.

- **Exposição a Crédito Privado**

O controle da exposição a crédito privado é feito através do percentual de recursos alocados em títulos privados, considerada a categoria de risco dos papéis. O controle do risco de crédito deve ser feito em relação aos recursos garantidores, de acordo com os seguintes limites:

CATEGORIA DE RISCO	LIMITE
<i>Grau de investimento + Abaixo do Grau de Investimento</i>	80%
<i>Abaixo do Grau de Investimento</i>	5%

Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ser dividido em duas classes:

- *possibilidade de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações;*
- *possibilidade de redução da demanda de mercado.*

Os itens a seguir detalham as características destes riscos e a forma como eles serão geridos.

É importante registrar que os instrumentos de controle apresentados são baseados em modelos estatísticos, que por definição estão sujeitos a desvios decorrentes de aproximações, ruídos de informações ou de condições anormais de mercado.

- *Indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações*

A gestão do risco de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações depende do planejamento estratégico dos investimentos do plano. A aquisição

de títulos ou valores mobiliários com prazo ou fluxos incompatíveis com as necessidades do plano podem gerar um descasamento.

O controle desse risco poderá ser feito por meio da elaboração do estudo de ALM, conforme apontado no item Asset Liability Management (ALM), que projeta, com base características do passivo e em dados específicos, o fluxo de caixa do plano para os próximos anos e recomenda uma carteira de ativos adequada para atender a essas demandas futuras. Como encontra-se em fase de segregação real dos ativos financeiros, a ELOS pretenderá elaborar o estudo de casamento do Ativo com o Passivo (ALM), visando à proteção das obrigações Futuras do Plano BD remanescente.

- *Redução da demanda de mercado*

A segunda classe de risco de liquidez pode ser entendida como a possibilidade de redução ou inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira. A gestão deste risco será feita com base no percentual da carteira que pode ser negociada em condições adversas.

O controle do risco de liquidez de demanda de mercado será feito por meio do controle do percentual da carteira que, em condições adversas (20% do volume médio de negócios), pode ser negociada em um determinado horizonte de tempo. Esses valores deverão obedecer aos seguintes limites:

HORIZONTE	PERCENTUAL MÍNIMO DA CARTEIRA
1 (um) dia útil	10%
7 (sete) dias úteis	20%
21 (vinte e um) dias úteis	25%

Risco legal

O risco legal está relacionado a autuações, processos ou mesmo a eventuais perdas financeiras decorrentes de questionamentos jurídicos, da não execução de contratos e do não cumprimento das normas. O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades e investimentos que envolvam a elaboração de contratos específicos, será feito por meio:

- *da realização periódica de relatórios de compliance que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à política de investimentos;*

- *da revisão periódica dos regulamentos dos veículos de investimentos, exclusivos ou não;*
- *da utilização de pareceres jurídicos para contratos, nos casos em que a Diretoria Executiva julgar necessário.*

- *Compliance legal*

O monitoramento da aderência dos investimentos às diretrizes estabelecidas pela legislação aplicável e pela política de investimentos será feito por meio:

- *da verificação diária do enquadramento dos investimentos em relação aos principais limites e restrições aplicáveis às EFPC (Compliance Ativo);*
- *da elaboração de relatórios trimestrais sobre a aderência da gestão dos recursos às normas vigentes à política de investimentos.*
- *da realização de reuniões periódicas com consultores e gestores.*

- *Risco da exposição em derivativos*

O controle da exposição em derivativos será feito em conformidade com o que determina a legislação, por meio do monitoramento:

- *dos níveis de margem depositada como garantia de operações com derivativos; e*
- *das despesas com a compra de opções.*

- *Limites*

Os controles são aplicáveis aos fundos de investimentos e à carteira consolidada do plano. Os limites devem ser medidos em relação às alocações em:

- *Títulos da dívida pública federal;*
- *Títulos de emissão de instituições financeiras (CDB, RDB, DPGE, etc); e*
- *Ações integrantes do Índice Bovespa.*
- *A soma dos investimentos nesses ativos deve ser considerada como denominador na conta da exposição, que devem respeitar os seguintes limites:*
 - *Até 15% (quinze por cento) de depósito de margem para operações com derivativos;*
 - *Até 5% (cinco por cento) de despesas com compra de opções.*

Risco operacional

A gestão do risco operacional será feita de forma preventiva, por meio da adoção de normas e procedimentos de controles internos, em linha com o que estabelece a legislação aplicável. Entre os procedimentos de controle podem ser destacados:

- *A definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores;*
- *O estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos; e*
- *A adoção de um manual para contratação de gestores e prestadores de serviço.*

Risco sistêmico

O risco sistêmico se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa. É, portanto, um risco que, por concepção, não se controla.

Para tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos deve levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores.

Apreçamento

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e fundos de investimentos, exclusivos ou não, nos quais a entidade aplica recursos devem ser marcados a valor de mercado, de acordo com os critérios recomendados pela CVM e pela ANBIMA.

Isso não exclui a possibilidade, porém, de a entidade contabilizar os títulos que pretende carregar até o vencimento pela taxa do papel, método chamado de marcação na curva.

O método e as fontes de referência adotadas para apreçamento dos ativos adotados pela entidade são os mesmos estabelecidos por seus custodiantes e estão disponíveis no Manual de apreçamento do custodiante.

O controle da marcação dos papéis é feito por meio de relatórios gerados mensalmente por consultores contratados.

A observância dos princípios sócio-ambientais na gestão dos recursos depende, portanto, da adequação do processo de tomada de decisões, de forma que os administradores da entidade tenham condições de cumprir as regras de investimento responsável.

Ao longo da vigência desta política de investimentos, os princípios sócio-ambientais serão preferencialmente observados, sem adesão a protocolos de regras.

Observação dos Princípios Sócio-Ambientais

Os princípios sócio-ambientais podem ser entendidos como um conjunto de regras que visam a favorecer o investimento em companhias que adotam, em suas atividades ou através de projetos, políticas de responsabilidade sócio-ambiental.

A maneira mais comum de adoção desse conjunto de regras ocorre por meio da adesão a protocolos ou iniciativas lideradas por órgãos da sociedade civil e organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU).





3

DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de Reais

ATIVO	NOTA	2013	2012
DISPONÍVEL		40	476
REALIZÁVEL		2.332.058	2.560.895
<i>Gestão Previdencial</i>	4	114.340	131.377
<i>Gestão Administrativa</i>	4	2.991	2.521
<i>Investimentos</i>		2.214.727	2.426.997
<i>Títulos Públicos</i>	5	1.362.572	1.505.484
<i>Créditos Privados e Depósitos</i>	5	93.535	88.247
<i>Ações</i>	5	37.722	28.440
<i>Fundos de Investimento</i>	5	597.873	682.480
<i>Investimentos Imobiliários</i>	5	61.762	62.774
<i>Empréstimos</i>	5	59.832	58.190
<i>Depósitos Judiciais / Recursais</i>	8	1.431	1.382
PERMANENTE	6	451	482
<i>Imobilizado</i>		374	451
		2.332.472	2.561.822

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

PASSIVO	NOTA	2013	2012
EXIGÍVEL OPERACIONAL	7	2.301	2.057
<i>Gestão Previdencial</i>		1.121	937
<i>Gestão Administrativa</i>		1.180	1.120
<i>Investimentos</i>			-
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	8	26.971	28.040
<i>Gestão Previdencial</i>		22.672	24.182
<i>Gestão Administrativa</i>		2.868	2.476
<i>Investimentos</i>		1.431	1.382
PATRIMÔNIO SOCIAL		2.303.200	2.531.725
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO		2.266.283	2.496.247
<i>Provisões Matemáticas</i>	9	2.569.777	2.469.630
<i>Benefícios Concedidos</i>		1.935.198	1.650.380
<i>Benefícios a Conceder</i>		664.214	819.250
<i>(-) Provisões Matemáticas a Constituir</i>		(29.635)	-
<i>Equilíbrio Técnico</i>	10	(303.495)	26.617
<i>Resultados Realizados</i>		(303.495)	26.617
<i>Superávit Técnico Acumulado</i>		-	26.617
<i>(-) Déficit Técnico Acumulado</i>		(303.495)	-
FUNDOS	10	36.917	35.478
<i>Fundos Previdenciais</i>		5.646	4.374
<i>Fundos Administrativos</i>		21.632	21.144
<i>Fundos dos Investimentos</i>		9.639	9.960
		2.332.472	2.561.822

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DAL DO PLANO BD-ELOS/ELETROSUL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 E 2012

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2013	2012	VARIAÇÃO (%)
1. ATIVOS	925.731	984.963	(6,01)
<i>Disponível</i>	16	274	(94,20)
<i>Recebível</i>	65.531	65.977	(0,68)
<i>Investimento</i>	860.184	918.712	(6,37)
<i>Títulos Públicos</i>	438.726	470.136	(6,68)
<i>Créditos Privados e Depósitos</i>	27.909	25.490	9,49
<i>Ações</i>	26.388	19.895	32,64
<i>Fundos de Investimento</i>	315.960	357.769	(11,69)
<i>Investimentos Imobiliários</i>	28.155	28.402	(0,87)
<i>Empréstimos</i>	23.045	17.020	35,39
2. OBRIGAÇÕES	8.922	9.370	(4,78)
<i>Operacional</i>	1.076	1.052	2,27
<i>Contingencial</i>	7.846	8.318	(5,67)
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	20.226	18.880	7,13
<i>Fundos Administrativos</i>	13.889	12.372	12,26
<i>Fundos dos Investimentos</i>	6.337	6.508	(2,63)
4. RESULTADOS A REALIZAR	-	-	
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)	896.583	956.713	(6,29)
<i>Provisões Matemáticas</i>	1.051.835	956.104	10,01
<i>Superávit/Déficit Técnico</i>	(155.252)	609	(25.588,65)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DAL DO PLANO CD-ELETROSUL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2013	2012	VARIAÇÃO (%)
1. ATIVOS	463.909	469.304	(1,15)
<i>Disponível</i>	<i>07</i>	<i>105</i>	<i>(93,61)</i>
<i>Recebível</i>	<i>10.694</i>	<i>12.399</i>	<i>(13,75)</i>
Investimento	453.209	456.800	(0,79)
<i>Títulos Públicos</i>	<i>248.848</i>	<i>234.561</i>	<i>6,09</i>
<i>Créditos Privados e Depósitos</i>	<i>12.150</i>	<i>12.718</i>	<i>(4,46)</i>
<i>Ações</i>	<i>11.333</i>	<i>8.545</i>	<i>32,64</i>
<i>Fundos de Investimento</i>	<i>155.479</i>	<i>170.213</i>	<i>(8,66)</i>
<i>Investimentos Imobiliários</i>	<i>12.067</i>	<i>12.174</i>	<i>(0,88)</i>
<i>Empréstimos</i>	<i>13.331</i>	<i>18.589</i>	<i>(28,28)</i>
2. OBRIGAÇÕES	182	864	(78,97)
<i>Operacional</i>	<i>182</i>	<i>532</i>	<i>(65,86)</i>
<i>Contingencial</i>	<i>-</i>	<i>332</i>	<i>(100,00)</i>
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	6.329	7.447	(15,02)
<i>Fundos Administrativos</i>	<i>6.329</i>	<i>7.447</i>	<i>(15,02)</i>
4. RESULTADOS A REALIZAR			
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)	457.399	460.993	(0,78)
<i>Provisões Matemáticas</i>	<i>450.783</i>	<i>446.881</i>	<i>0,87</i>
<i>Superávit/Déficit Técnico</i>	<i>970</i>	<i>9.738</i>	<i>(90,04)</i>
<i>Fundos Previdenciais</i>	<i>5.646</i>	<i>4.374</i>	<i>29,09</i>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DAL DO PLANO BD-ELOS/TRACTEBEL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2013	2012	VARIAÇÃO (%)
1. ATIVOS	940.112	1.105.720	(14,98)
Disponível	06	41	(85,55)
Recebível	59.766	74.198	(19,45)
Investimento	880.339	1.031.481	(14,65)
Títulos Públicos	674.998	800.787	(15,71)
Créditos Privados e Depósitos	53.476	50.039	6,87
Ações	105.369	134.494	(21,65)
Fundos de Investimento	21.547	22.198	(2,94)
Investimentos Imobiliários	23.519	22.581	4,15
Empréstimos	1.431	1.382	3,54
2. OBRIGAÇÕES	17.448	18.028	(3,22)
Operacional	1.192	1.114	6,92
Contingencial	16.257	16.914	(3,88)
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	4.717	4.777	(1,26)
Fundos Administrativos	1.414	1.325	6,77
Fundos dos Investimentos	3.302	3.452	(4,34)
4. RESULTADOS A REALIZAR			
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)	917.946	1.082.915	(15,23)
Provisões Matemáticas	1.067.159	1.066.645	0,05
Superávit/Déficit Técnico	(149.213)	16.270	(1.017,12)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL – DMPS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2013	2012	VARIAÇÃO (%)
A) PATRIMÔNIO SOCIAL – INÍCIO DO EXERCÍCIO	2.531.725	2.030.138	24,71
1. Adições	77.522	654.201	(88,15)
(+) Contribuições Previdenciais	68.600	101.810	(32,62)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial	-	537.174	(100,00)
(+) Reversão de Contingências – Gestão Previdencial	373	-	100,00
(+) Receitas Administrativas	8.549	10.724	(20,28)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Administrativa	-	2.083	(100,00)
(+) Constituição de Fundos de Investimento	-	2.410	(100,00)
2. Destinações	(306.047)	(152.614)	100,54
(-) Benefícios	(151.250)	(139.818)	8,18
(-) Resultado Negativo dos Investimentos – Gestão Previdencial	(146.415)	-	100,00
(-) Constituição de Contingências – Gestão Previdencial	-	(4.204)	(100,00)
(-) Despesas Administrativas	(7.964)	(8.592)	(7,32)
(-) Resultado Negativo dos Investimentos – Gestão Administrativa	(97)	-	100,00
(-) Reversão de Fundos de Investimento	(321)	-	100,00
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	(228.525)	501.587	(145,56)
(+/-) Provisões Matemáticas	100.147	394.901	(74,64)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(330.112)	97.525	(438,49)
(+/-) Fundos Previdenciais	1.272	2.536	(49,81)
(+/-) Fundos Administrativos	488	4.215	(88,43)
(+/-) Fundos dos Investimentos	(321)	2.410	(113,32)
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) PATRIMÔNIO SOCIAL – FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	2.303.200	2.531.725	(9,03)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DMAL DO PLANO BD-ELOS/ELETROSUL**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012***Em milhares de Reais*

DESCRIÇÃO	2013	2012	VARIAÇÃO (%)
A) PATRIMÔNIO SOCIAL – INÍCIO DO EXERCÍCIO	956.713	735.188	30,13
1. Adições	31.317	274.038	(88,57)
<i>(+) Contribuições</i>	<i>31.169</i>	<i>61.748</i>	<i>(49,52)</i>
<i>(+) Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial</i>	<i>-</i>	<i>212.290</i>	<i>(100,00)</i>
<i>(+) Reversão de Contingências – Gestão Previdencial</i>	<i>148</i>	<i>-</i>	<i>100,00</i>
2. Destinações	(91.447)	(52.513)	74,14
<i>(-) Benefícios</i>	<i>(43.921)</i>	<i>(46.815)</i>	<i>(6,18)</i>
<i>(-) Resultado Negativo dos Investimentos – Gestão Previdencial</i>	<i>(44.011)</i>	<i>-</i>	<i>100,00</i>
<i>(-) Constituição de Contingências – Gestão Previdencial</i>	<i>-</i>	<i>(2.187)</i>	<i>(100,00)</i>
<i>(-) Custeio Administrativo</i>	<i>(3.515)</i>	<i>(3.511)</i>	<i>0,12</i>
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	(60.130)	221.525	(127,14)
<i>(+/-) Provisões Matemáticas</i>	<i>95.731</i>	<i>137.378</i>	<i>(30,32)</i>
<i>(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício</i>	<i>(155.861)</i>	<i>84.147</i>	<i>(285,22)</i>
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) PATRIMÔNIO SOCIAL – FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	2.303.200	2.531.725	(9,03)
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	20.226	18.880	7,13
<i>(+/-) Fundos Administrativos</i>	<i>13.889</i>	<i>12.372</i>	<i>12,26</i>
<i>(+/-) Fundos dos Investimentos</i>	<i>6.337</i>	<i>6.508</i>	<i>(2,63)</i>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DMAL DO PLANO CD-ELETROSUL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2013	2012	VARIAÇÃO (%)
A) PATRIMÔNIO SOCIAL – INÍCIO DO EXERCÍCIO	460.993	333.761	38,12
1. Adições	28.774	133.791	(78,49)
(+) Contribuições	28.396	36.002	(21,13)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial	-	97.713	(100,00)
(+) Reversão de Contingências – Gestão Previdencial	378	76	395,06
2. Destinações	(32.368)	(6.559)	393,49
(-) Benefícios	(7.668)	(3.951)	94,05
(-) Resultado Negativo dos Investimentos – Gestão Previdencial	(24.261)	-	100,00
(-) Custeio Administrativo	(439)	(2.608)	(83,15)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	(3.594)	127.232	(102,82)
(+/-) Provisões Matemáticas	3.902	116.770	(96,66)
(+/-) Fundos Previdenciais	1.272	2.536	(49,81)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(8.768)	7.926	(210,62)
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) ATIVO LÍQUIDO – FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	457.399	460.993	(0,78)
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	6.329	7.447	(15,02)
(+/-) Fundos Administrativos	6.329	7.447	(15,02)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DMAL DO PLANO BD-ELOS/TRACTEBEL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2013	2012	VARIÇÃO (%)
A) PATRIMÔNIO SOCIAL – INÍCIO DO EXERCÍCIO	1.082.914	936.710	15,61
1. Adições	15.370	245.961	(93,75)
(+) <i> Contribuições</i>	15.370	18.790	(18,20)
(+) <i> Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial</i>	00	227.171	(100,00)
2. Destinações	(180.338)	(99.756)	80,78
(-) <i> Benefícios</i>	(99.661)	(95.227)	4,66
(-) <i> Resultado Negativo dos Investimentos – Gestão Previdencial</i>	(78.143)	-	100,00
(-) <i> Constituição de Contingências – Gestão Previdencial</i>	(153)	(2.093)	(92,70)
(-) <i> Custeio Administrativo</i>	(2.381)	(2.436)	(2,27)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	(164.968)	146.205	(212,83)
(+/-) <i> Provisões Matemáticas</i>	514	140.753	(99,63)
(+/-) <i> Superávit (Déficit) Técnico do Exercício</i>	(165.482)	5.452	(3.135,32)
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) ATIVO LÍQUIDO – FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	917.946	1.082.915	(15,23)
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	4.717	4.777	(1,26)
(+/-) <i> Fundos Administrativos</i>	1.414	1.325	6,77
(+/-) <i> Fundos dos Investimentos</i>	3.302	3.452	(4,34)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2013	2012	VARIAÇÃO (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	21.144	16.929	24,90
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	8.549	12.807	(33,25)
1.1. Receitas	8.549	12.807	(33,25)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	6.335	8.555	(25,95)
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.125	2.065	2,90
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	89	95	(6,76)
Resultado Positivo dos Investimentos	-	2.083	(100,00)
Outras Receitas	-	9	(96,03)
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(7.964)	(8.592)	(7,32)
2.1. Administração Previdencial	(5.308)	(6.075)	(12,63)
Pessoal e encargos	(2.786)	(3.310)	(15,84)
Treinamentos/congressos e seminários	(83)	(100)	(15,78)
Viagens e estadias	(38)	(53)	(28,94)
Serviços de terceiros	(1.179)	(1.137)	3,72
Despesas gerais	(1.103)	(1.355)	(18,59)
Depreciações e amortizações	(118)	(120)	(2,17)
Outras Despesas	(1)	-	131,68
2.2. Administração dos Investimentos	(2.656)	(2.517)	5,50
Pessoal e encargos	(1.991)	(1.775)	12,14
Treinamentos/congressos e seminários	(30)	(40)	(25,41)
Viagens e estadias	(41)	(38)	6,69
Serviços de terceiros	(410)	(442)	(7,09)
Despesas gerais	(184)	(222)	(17,20)
Outras Despesas	-	-	
3. RESULTADO NEGATIVO DOS INVESTIMENTOS	(97)	-	100,00
4. SOBRA/INSUFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1-2-3)	488	4.215	(88,43)
5. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO (4)	488	4.215	(88,43)
6. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+5+6)	21.632	21.144	2,31

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PLANO BD-ELOS/ELETROSUL**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012***Em milhares de Reais*

DESCRIÇÃO	2013	2012	VARIAÇÃO (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	12.372	9.979	23,98
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	4.419	5.675	(22,14)
1.1. Receitas	4.419	5.675	(22,14)
<i>Custeio Administrativo da Gestão Previdencial</i>	3.515	3.511	0,12
<i>Custeio Administrativo dos Investimentos</i>	872	874	(0,27)
<i>Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos</i>	32	35	(9,02)
<i>Resultado Positivo dos Investimentos</i>	-	1.254	(100,00)
<i>Outras Receitas</i>	-	1	(85,51)
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(2.785)	(3.053)	(8,75)
2.1. Administração Previdencial	(1.893)	(2.179)	(13,06)
2.1.1. DESPESAS COMUNS	(1.433)	(1.493)	(4,00)
2.1.2. DESPESAS ESPECÍFICAS	(460)	(686)	(32,78)
<i>Pessoal e encargos</i>	-	(148)	(100,00)
<i>Viagens e estadias</i>	-	(1)	(100,00)
<i>Serviços de terceiros</i>	(80)	(123)	(34,94)
<i>Despesas gerais</i>	(315)	(345)	(8,58)
<i>Depreciações e amortizações</i>	(64)	(69)	(6,18)
<i>Outras Despesas</i>	(1)	-	100,00
2.2. Administração dos Investimentos	(872)	(874)	(0,27)
2.2.1. DESPESAS COMUNS	(827)	(769)	7,44
2.2.2. DESPESAS ESPECÍFICAS	(45)	(105)	(56,89)
<i>Serviços de terceiros</i>	(45)	(105)	(56,89)
<i>Despesas gerais</i>	(20)	-	100,00
<i>Outras Despesas</i>	-	(68)	(100,00)
3. RESULTADO NEGATIVO DOS INVESTIMENTOS	(117)	-	100,00
4. SOBRA/INSUFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1-2-3)	1.517	2.622	(42,15)
5. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO (4)	1.517	2.622	(42,15)
6. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	(229)	(100,00)
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+5+6)	13.889	12.372	12,26

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PLANO CD-ELETROSUL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2013	2012	VARIAÇÃO (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	7.447	5.506	35,25
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	484	3.368	(85,62)
1.1. Receitas	484	3.368	(85,62)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	439	2.608	(83,15)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	25	29	(14,11)
Resultado Positivo dos Investimentos	-	731	(100,00)
Outras Receitas	20	-	4.481,42
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(1.532)	(1.656)	(7,48)
2.1. Administração Previdencial	(1.002)	(1.204)	(16,81)
2.1.1. DESPESAS COMUNS	(914)	(872)	4,88
2.1.2. DESPESAS ESPECÍFICAS	(88)	(332)	(73,65)
Pessoal e encargos	-	(87)	(100,00)
Serviços de terceiros	(8)	(7)	2,03
Despesas gerais	(80)	(238)	(66,34)
2.2. Administração dos Investimentos	(530)	(452)	17,38
2.2.1. DESPESAS COMUNS	(528)	(449)	17,42
2.2.2. DESPESAS ESPECÍFICAS	(3)	(3)	10,58
Despesas gerais	(3)	(3)	10,58
3. RESULTADO NEGATIVO DOS INVESTIMENTOS	(71)	-	100,00
4. SOBRA/INSUFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1-2-3)	(1.119)	1.712	(165,37)
5. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO (4)	(1.119)	1.712	(165,37)
6. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	229	(100,00)
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+5+6)	6.329	7.447	(15,02)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PLANO BD-ELOS/TRACTEBEL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2013	2012	VARIAÇÃO (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.325	1.444	(8,26)
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	3.756	3.764	(0,24)
1.1. Receitas	3.756	3.764	(0,24)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.381	2.436	(2,27)
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.253	1.191	5,23
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	32	31	2,79
Resultado Positivo dos Investimentos	90	98	(8,82)
Outras Receitas	-	8	(98,12)
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(3.666)	(3.883)	(5,61)
2.1. Administração Previdencial	(2.413)	(2.692)	(10,41)
2.1.1. DESPESAS COMUNS	(2.061)	(2.189)	(5,82)
2.1.2. DESPESAS ESPECÍFICAS	(351)	(503)	(30,31)
Pessoal e encargos	-	(218)	(100,00)
Serviços de terceiros	(43)	(2)	1.575,05
Despesas gerais	(255)	(232)	10,00
Depreciações e amortizações	(53)	(51)	3,18
2.2. Administração dos Investimentos	(1.253)	(1.191)	5,23
2.2.1. DESPESAS COMUNS	(1.189)	(1.130)	5,28
2.2.2. DESPESAS ESPECÍFICAS	(64)	(61)	4,39
Despesas Gerais	(64)	(61)	4,39
3. RESULTADO NEGATIVO DOS INVESTIMENTOS	-	-	
4. SOBRA/INSUFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1-2-3)	90	(119)	(175,13)
5. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO (4)	90	(119)	(175,13)
6. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+5+6)	1.414	1.325	6,77

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO BD-ELOS/ELETROSUL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2013	2012	VARIAÇÃO (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	911.842	972.591	(6,25)
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.051.835	956.104	10,01
1.1. Benefícios Concedidos	690.885	511.318	35,12
<i>Benefício Definido</i>	690.885	511.318	35,12
1.2. Benefícios a Conceder	360.950	444.786	(18,85)
<i>Benefício Definido</i>	360.950	444.786	(18,85)
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	(155.252)	609	(25.588,65)
2.1. Resultados Realizados	(155.252)	609	(25.588,65)
<i>Superávit técnico acumulado</i>	-	609	(100,00)
<i>Reserva de contingência</i>	-	609	(100,00)
<i>(-) Déficit técnico acumulado</i>	(155.252)	-	100,00
3. FUNDOS	6.337	6.508	(2,63)
3.2. <i>Fundos dos Investimentos – Gestão Previdencial</i>	6.337	6.508	(2,63)
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	1.076	1.052	2,27
4.1. <i>Gestão Previdencial</i>	1.013	1.052	(3,73)
4.2. <i>Investimentos – Gestão Previdencial</i>	63	-	100,00
5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	7.846	8.318	(5,67)
5.1. <i>Gestão Previdencial</i>	7.846	8.318	(5,67)

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO CD-ELETROSUL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2013	2012	VARIAÇÃO (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	457.581	461.856	(0,93)
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	450.783	446.881	0,87
1.1. Benefícios Concedidos	148.566	73.432	102,32
<i>Contribuição Definida</i>	104.873	37.576	179,10
<i>Benefício Definido</i>	43.693	35.856	21,86
1.2. Benefícios a Conceder	302.217	373.449	(19,07)
<i>Contribuição Definida</i>	290.723	357.803	(18,75)
<i>Saldo de contas – parcela patrocinador(es)/ instituidor(es)</i>	214.869	280.045	(23,27)
<i>Saldo de contas – parcela participantes</i>	75.854	77.758	(2,45)
<i>Benefício Definido</i>	11.494	15.646	(26,54)
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	970	9.738	(90,04)
2.1. Resultados Realizados	970	9.738	(90,04)
<i>Superávit técnico acumulado</i>	970	9.738	(90,04)
<i>Reserva de contingência</i>	970	9.738	(90,04)
3. FUNDOS	5.646	4.373	29,09
3.2. <i>Fundos dos Investimentos – Gestão Previdencial</i>	5.646	4.373	29,09
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	182	532	(65,86)
4.1. <i>Gestão Previdencial</i>	182	532	(65,86)
5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	-	332	(100,00)
5.1. <i>Gestão Previdencial</i>	-	332	(100,00)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO BD-ELOS/TRACTEBEL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2013	2012	VARIAÇÃO (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	938.697	1.104.394	(15,00)
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.067.159	1.066.645	0,05
1.1. Benefícios Concedidos	1.095.747	1.065.630	2,83
<i>Benefício Definido</i>	1.095.747	1.065.630	2,83
1.2. Benefícios a Conceder	1.047	1.015	3,16
<i>Benefício Definido</i>	1.047	1.015	3,16
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(29.635)	-	100,00
<i>(-) Déficit equacionado</i>	(29.635)	-	100,00
<i>(-) Patrocinador(es)</i>	(29.635)	-	100,00
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	(149.213)	16.270	(1.017,12)
2.1. Resultados Realizados	(149.213)	16.270	(1.017,12)
<i>Superávit técnico acumulado</i>	-	16.270	(100,00)
<i>Reserva de contingência</i>	-	16.270	(100,00)
<i>(-) Déficit técnico acumulado</i>	(149.213)	-	100,00
3. FUNDOS	3.302	3.452	(4,34)
<i>3.2. Fundos dos Investimentos – Gestão Previdencial</i>	3.302	3.452	(4,34)
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	1.192	1.114	6,92
<i>4.1. Gestão Previdencial</i>	1.192	1.114	6,92
5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	16.257	16.914	(3,88)
<i>5.1. Gestão Previdencial</i>	14.826	15.532	(4,54)
<i>5.2. Investimentos - Gestão Previdencial</i>	1.431	1.382	3,54

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais)

1. Constitucional e Contexto Operacional

A Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social – ELOS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, autorizada pela Portaria n.º 1.757, de 20 de agosto de 1979, do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, publicada no Diário Oficial da União de 22 de agosto de 1979, em conformidade com as Leis n.º 108 e 109, de 29 de maio de 2001, regulada pelo Decreto n.º 4.942, de 30 de dezembro de 2003. A Entidade foi instituída pela empresa Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. – ELETROSUL, hoje denominada ELETROBRAS ELETROSUL Centrais Elétricas S.A. (ELETROSUL).

A ELOS foi constituída com o objetivo principal de administrar planos de natureza previdencial e administra dois planos na modalidade de Benefício Definido (BD),

um patrocinado pela ELETROSUL e outro pela Tractebel Energia S.A. (TRACTEBEL). Atualmente os dois planos BD's são fechados para novas adesões. A Entidade constituiu no exercício social de 2010 o plano de Contribuição Definida (CD) patrocinado pela ELETROSUL e ELOS e ofereceu o referido plano aos participantes do BD-ELOS/ELETROSUL no período do processo de migração, encerrado em 31 de dezembro de 2011. Os planos de benefícios são registrados na PREVIC sob os seguintes números de Cadastro Nacional de Plano de Benefício (CNPB):

CNPB	SIGLA DO PLANO
1974.0002-65	BD-ELOS/ELETROSUL
1974.0003-38	BD-ELOS/TRACTEBEL
2009.0037-56	CD - ELETROSUL

A ELOS possuía em 31 de dezembro de 2013 e 2012 as seguintes quantidades de participantes:

	QUANTIDADE						IDADE MÉDIA					
	BD-ELOS/ESUL		CD-ELOS/ESUL		BD-ELOS/TBEL		BD-ELOS/ESUL		CD-ELOS/ESUL		BD-ELOS/TBEL	
Tipo	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Ativos	549	666	996	981	-	-	47	48	43	42	-	-
Assistidos	707	591	105	35	2.161	2.181	60	60	57	57	68	68
Benefício Proporcional diferido - BPD	7	7	18	23	4	53	53	52	57	57	64	63
TOTAL	1.264	1.264	1.115	1.039	2.165							

A ELOS não distribui lucro ou participações em seus investimentos. A escrituração contábil é centralizada em sua sede e observa as disposições previstas na legislação aplicável, utilizando-se dos livros obrigatórios Diário e Razão, além de livros auxiliares.

2. Apresentação das Demonstrações

2.1 Legislação

As demonstrações contábeis de 2013 e 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, além das diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social (MPS) e das normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, através da Resolução CNPC n.º 8, de 31 de outubro de 2011, pela PREVIC por meio da Instrução SPC n.º 34, de 24 de setembro de 2009 alterada pela Instrução MPS/PREVIC

n.º 5, de 8 de setembro de 2011, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade n.º 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001, e as práticas contábeis brasileiras. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos, sejam circulantes e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa.

Os demonstrativos contábeis vigentes a partir de 2013 são:

- *Balanço Patrimonial Consolidado;*
- *Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS Consolidada;*

- *Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial);*
- *Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA Consolidada;*
- *Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (por plano de benefício previdencial);*
- *Demonstração do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefício previdencial);*
- *Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT (em substitui o da Demonstração das Obriga es Atuariais do Plano – DOAP por plano de benefício previdencial).*

2.2 Consolida o das Demonstra es

As demonstra es contábeis foram preparadas em conformidade com os princípios de consolida o, emanados da legisla o societária brasileira e em atendimento a Resolu o MPS/CNPC n.  8, de 31 de outubro de 2011 e a ITG 2001 – Entidades Fechada de Previdência Complementar.

No processo de consolida o das demonstra es contábeis da ELOS foram realizados os seguintes ajustes e elimina es no exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

Em milhares de Reais

	BD-ELOS/ ELETROSUL	CD- ELETROSUL	BD-ELOS/ TRACTEBEL	PGA	PLANO CONSOLIDADOR
<i>Gestão administrativa - contas a receber</i>				1.285	(1.285)
<i>Gestão administrativa - participa�o no PGA</i>	13.889	6.329	1.414		(21.632)
<i>Investimentos - repasses</i>		63			(63)
TOTAL DO ATIVO	12.889	6.392	1.414	1.285	(22.980)
<i>Gestão previdencial - outras exigibilidades</i>	(588)	(15)	(682)		1.285
<i>Fundos - participa�o no fundo administrativo</i>	(13.889)	(6.329)	(1.414)		21.632
<i>Investimentos - repasses</i>	(62)		(1)		63
TOTAL DO PASSIVO	(14.539)	(6.344)	(2.097)		22.980

3. Principais Práticas e Estimativas Contábeis

Na elabora o das demonstra es contábeis foram utilizadas estimativas e premissas para registrar certos ativos, passivos e outras transa es, como, por exemplo, a determina o das taxas de deprecia o do ativo imobilizado, a amortiza o do intangível e as provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras as quais, apesar de refletirem a melhor estimativa e julgamento possível por parte da Administra o da ELOS, podem apresentar varia es em rela o aos dados efetivos, quando realizados. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, e as contingências cuja as probabilidades de êxito foram informadas pela assessoria jurídica da ELOS. Anualmente a ELOS revisa as estimativas e as premissas.

As principais práticas contábeis adotadas pela ELOS são as

seguintes:

- Apura o do Resultado:**   apurado pelo regime de competência considerando adi es provenientes dos recursos coletados e dedu es dos recursos utilizados da Gestão Previdencial, as receitas e as despesas da Gestão Administrativa e as varia es líquidas dos Fluxos de Investimentos.
O Superávit/Déficit Técnico Acumulado   apurado em consonância com o cáculo das provisões matemáticas para o exercício.
- Disponível:** registra os recursos financeiros existentes em caixa e bancos conta movimento na data do balanço.
- Gestão Previdencial:** registra as adi es provenientes das Contribui es da Patrocinadora, Participantes, Autopatrocinaados e Assistidos, pelos valores de realiza o, incluindo, quando for o caso, os rendimentos e as varia es monetárias auferidos(as).

d. **Gestão Administrativa:** em conformidade com a Resolução CNPC n.º 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC n.º 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais, e regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

Para cobertura do custeio administrativo da Gestão Previdencial (despesas de funcionamento), a ELOS se utiliza da sobrecarga administrativa prevista pelo atuário no plano de custeio anual, cujo valor está limitado a 15% das receitas de contribuições previdenciais para os Planos BD-ELOS/ELETROSUL e CD-ELETROSUL. A partir de março de 2013, com a publicação da portaria PREVIC n.º 89 que aprovou as alterações propostas para o regulamento do plano de benefícios CD-ELETROSUL, a ELOS passou a utilizar como base de cálculo o Saldo da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder do Participante para apuração da fonte de custeio do PGA do referido plano, com a utilização do percentual de 0,018% aprovado pelo Conselho Deliberativo por meio da ATA n.º 305, de 14 de março de 2013. A referida ATA também define a utilização do Fundo Administrativo para cobrir as despesas administrativas vinculadas ao plano CD-ELETROSUL, bem como determina um saldo mínimo para a manutenção desse fundo. Para o Plano BD-ELOS/TRACTEBEL as despesas administrativas previdenciais são reembolsadas integralmente pela patrocinadora TRACTEBEL. Plano BD-ELOS/TRACTEBEL as despesas administrativas previdenciais são reembolsadas integralmente pela patrocinadora TRACTEBEL.

e. **Investimentos:**

Para a avaliação contábil de títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras próprias e das carteiras de fundos de investimentos exclusivos da Fundação ELOS foram observadas a legislação estabelecida pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e para fins de registro foram observados os critérios da Resolução CGPC n.º 4, de 30 de janeiro de 2002, que estabeleceu que os respectivos títulos devessem ser registrados pelo valor efetivamente pago e, dependendo de sua categoria, classificados em Títulos para Negociação que devem ser ajustados pelo valor de mercado e em Títulos Mantidos até o Vencimento que devem ser avaliados pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos.

As rendas oriundas de dividendos, de juros sobre capital próprio e de bonificações, decorrentes de investimentos

em ações, foram reconhecidas contabilmente a partir da publicação da decisão da assembléia geral dos acionistas.

- **Ativos de Renda Fixa:** Os registros e a avaliação contábil dos Títulos e Valores Mobiliários integrantes das Carteiras Próprias e de fundos de investimentos exclusivos da ELOS obedecem aos critérios da legislação vigente, que estabelecem que os respectivos títulos devem ser registrados pelo valor efetivamente pago, dependendo de sua categoria, classificados em: i) Títulos para Negociação, que devem ser ajustados pelo valor de mercado e; ii) Títulos Mantidos até o Vencimento, estes avaliados pelos respectivos custos de aquisição acrescido dos rendimentos pactuados.
- **Ações:** corresponde a participação acionária da ELOS em Sociedade de Propósito Específico – SPE.
- **Fundos de Investimentos:** representados por aplicações efetuadas em fundos de investimentos em ações, participações, multimercados e fundos de investimentos em direitos creditórios administrados por instituições financeiras, registrados com base no valor das cotas na data do balanço.
- **Investimentos Imobiliários:** são contabilizados pelo custo de aquisição, conforme previsto na legislação, e ajustados pelo valor de mercado com base em reavaliação executada por empresas especializadas, mediante emissão de laudo técnico conforme anexo A, item 19 da Instrução n.º 34, de 24 de setembro de 2009. São depreciadas – exceto terrenos – pelo método linear de acordo com o prazo de vida útil remanescente dos bens, indicadas no laudo de avaliação.
- **Empréstimos:** representados por empréstimos concedidos a participantes, acrescidos de atualização monetária e juros pactuados, líquidos de provisão para fazer frente a prováveis perdas na realização dos créditos.
- f. **Depósitos Judiciais / Recursais:** representa o total depositado em juízo relativo às contingências das Gestões Previdencial, Administrativa e dos Investimentos.
- g. **Ativo Permanente / Imobilizado:** representado substancialmente por móveis, utensílios, computadores e softwares, contabilizados ao custo de aquisição e deduzidos os valores de depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas estabelecidas.

DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA ANUAL
Móveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10%
Equipamentos de Informática	20%
Software	20%

h. Provisão para Créditos de liquidação Duvidosa – PCLD: A provisão referente aos direitos de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos valores dos créditos vencidos e vincendos, conforme o número de dias de atrasos. Para apuração do saldo da provisão é adotado o percentual estabelecido no anexo A da Instrução SPC n.º 34, de 24 de setembro de 2009 utilizando como base para constituição a parcela em atraso mais antiga.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa foram adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

PERÍODO DE ATRASO NO RECEBIMENTO DO CRÉDITO	% PARA A PROVISÃO SOBRE OS CRÉDITOS
Entre 61 dias e 120 dias	25%
Entre 121 dias e 240 dias	50%
Entre 241 dias e 360 dias	75%
Acima de 360 dias	100%

- i. Exigível Operacional:** representa as obrigações incorridas e contratadas ainda não pagas.
- j. Exigível Contingencial:** representa as provisões com reclamationárias de participantes, calculadas com base nas expectativas da Assessoria Jurídica da ELOS, quanto ao desfecho de processos em discussão judicial.
- k. Patrimônio de Cobertura do Plano:** representa os Benefícios Concedidos, a Conceder, Resultados Realizados e Provisões Matemáticas a Constituir, com base no Demonstrativo Atuarial dos Planos de Benefícios da ELOS.
- l. Benefícios Concedidos:** representa o valor presente dos benefícios concedidos.
 - **Contribuição Definida:** registra a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos assistidos em gozo de benefício de prestação continuada.
 - **Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização / Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos:** registra, de acordo com a nota técnica atuarial, o valor atual dos benefícios futuros programados dos assistidos em gozo de benefício de prestação continuada, líquido de suas contribuições.
 - **Benefício Definido Estruturado em Regime de**

Capitalização / Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos: registra, de acordo com nota técnica, o valor atual dos benefícios futuros não programados dos assistidos em gozo de benefício de prestação continuada, líquido de suas contribuições.

- m. Benefícios a Conceder:** representa o valor presente dos benefícios à conceder.
 - **Contribuição Definida: Saldo de Contas Patrocinadoras - Saldo de Contas Participante:** Registra a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, que não estejam em gozo de benefício de prestação continuada, referentes às parcelas de contribuição dos patrocinadores e participantes, acrescida da correspondente rentabilidade.
 - **Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado / Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados:** registra de acordo com nota técnica atuarial, o valor atual dos benefícios futuros programados a serem pagos pelo plano aos participantes que não estejam em gozo de benefício de prestação continuada.
 - **Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado / Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados:** registra de acordo com nota técnica atuarial, o valor dos benefícios futuros não programados a serem pagos pelo plano aos participantes que não estejam em gozo de benefício de prestação continuada.
 - **Reserva Matemática a Constituir:** registra de acordo com nota técnica atuarial, o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referente a déficit equacionado dos patrocinadores/participantes.
- n. Fundos:** registra os fundos previdenciais, administrativo e de investimentos, com base nos regulamentos e nota técnica atuarial.
- o. Imposto de Renda na Fonte:** a lei de n.º 11.053, de 29 de dezembro de 2004, dispensou as Entidades Fechadas de Previdência Complementar da retenção na fonte e do pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações financeiras.
- p. Pis/Cofins:** as contribuições de PIS e COFINS são apuradas conforme Instrução Normativa SRF n.º 247, de 21 de novembro de 2002 alterada pela Instrução Normativa RFB n.º 1.285, de 13 de agosto de 2012 que define a base de cálculo e alíquota para as entidades de previdência complementar e depositadas em juízo.

4. Realizável

4.1 Gestão Previdencial

No Balanço Patrimonial, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo da Gestão Previdencial é composto da seguinte forma:

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2013				2012			
	BD-ELOS/ ELETROSUL	CD-ELETROSUL	BD-ELOS/ TRACTEBEL	TOTAL	BD-ELOS/ ELETROSUL	CD- ELETROSUL	BD-ELOS/ TRACTEBEL	TOTAL
<i>Contribuições do Mês e s/ 13º Salário</i>	2.434	4.357	577	7.368	2.912	4.573	384	7.869
<i>Contribuições Contratadas (i) e (ii)</i>	46.712	-	55.884	102.596	48.799	-	69.904	118.703
<i>Outros Créditos a Receber (ii)</i>	4	1	2	7	40	1	1	42
<i>Depósitos judiciais</i>	2.485	-	1.884	4.369	1.847	332	2.584	4.763
TOTAL	51.635	4.358	58.347	114.340	53.598	4.906	72.873	131.377

(i) Composição das Contribuições das Contratadas:

COMPOSIÇÃO	ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO E TAXA DE JUROS ANUAIS	VALOR DA PARCELA 12/2013	2013	2012
PLANO BD-ELOS/ELETROSUL				
<i>Instrumento Particular de Confissão e Parcelamento de Dívida, Recadastramento (a)</i>	<i>INPC + 6%</i>	288	3.350	6.162
<i>Reserva Matemática - Serviço Passado (b)</i>	<i>INPC + 6%</i>	94	9.042	9.170
<i>Recomposição de Reserva Matemática (c)</i>	<i>INPC + 6%</i>	36	4.873	4.749
<i>Contribuições da Patrocinadora sobre Benefícios de Geração Atual (d)</i>	<i>INPC + 6%</i>	221	29.447	28.718
<i>Subtotal</i>		639	46.712	48.799
PLANO BD-ELOS/TRACTEBEL				
<i>Reserva Matemática - Serviço Passado (e)</i>	<i>INPC + 6%</i>	253	23.023	23.366
<i>Instrumento Particular de Confissão e Parcelamento de Dívida referente a Recadastramento (f)</i>	<i>INPC + 6%</i>	1.441	16.748	30.804
<i>Piso Mínimo (g)</i>	<i>INPC + 6%</i>	395	4.232	4.155
<i>Recomposição de Reserva Matemática (h)</i>	<i>INPC + 6%</i>	87	11.881	11.579
<i>Subtotal</i>		2.176	55.884	69.904
TOTAL		2.815	102.596	118.703

Todos os contratos são calculados pela Tabela Price. INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

As contribuições contratadas para a **ELETROSUL** são sumariadas da seguinte forma:

- a. **Instrumento Particular de Confissão e Parcelamento de Dívida – Recadastramento:** firmado em 20 de dezembro de 1993, com alterações posteriores, para cobertura do recadastramento por tempo de serviço, com liquidação em 240 parcelas mensais até dezembro de 2014.
- b. **Reserva Matemática Contratada – Serviço Passado:** contratado em 1 de abril de 2008, para ser liquidado em 192 parcelas mensais até dezembro 2023.
- c. **Recomposição de Reserva Matemática:** Contrato assinado em 19 de agosto de 2011 para ser liquidado em 252 parcelas mensais com vencimento todo dia 25 de cada mês.
- d. **Contribuições da Patrocinadora sobre Benefícios de Geração Atual:** contratado no exercício por meio do aditivo n.º 1 em 26 de abril de 2012 para ser liquidado em 240 parcelas mensais até abril de 2032, vencimento sempre no 5º dia útil de cada mês.

As contribuições contratadas para a **TRACTEBEL** são sumariadas da seguinte forma:

- e. **Reserva Matemática Contratada – Serviço Passado:** contratado em 27 de março de 2006 para ser liquidado em 212 parcelas mensais até novembro de 2023, com vencimento todo 5º dia útil de cada mês subsequente ao de competência.
- f. **Instrumento Particular de Confissão e Parcelamento de Dívida referente a Recadastramento:** contratado através do aditivo n.º 5 assinado em 21 de agosto de 1998, para cobertura do recadastramento por tempo de serviço com liquidação em 205 prestações mensais com vencimento no último dia de cada mês.
- g. **Piso Mínimo:** Contrato assinado em 12 de janeiro de 2009 para serem liquidadas em 21 parcelas anuais, com vencimento sempre no 5º dia útil de janeiro de cada ano subsequente ao de competência.
- h. **Recomposição de Reserva Matemática:** Contrato assinado em 18 de julho de 2011 para ser liquidado em 252 parcelas mensais com vencimento todo dia 25 de cada mês.

Garantia dos recursos a receber de contribuições contratadas

Em garantia do cumprimento das obrigações contratuais, as patrocinadoras assinaram contrato de constituição de garantia ou outorgaram procuração por instrumento público em favor da ELOS autorizando transferir os valores existentes em contas bancárias da(s) patrocinadora(s) para o recebimento direto dos valores vencidos e não pagos mediante aviso formal com antecedência de 30 dias.

(ii) Outros Créditos a receber:

Em atendimento à letra “k”, do item 30, do Anexo “A”, da Instrução SPC n.º 34, de 24 de setembro de 2009, o detalhamento dos saldos das rubricas contábeis denominadas “OUTROS” é o seguinte:

Conta 1.2.1.1.04.99 – Outros Recursos a Receber

Em milhares de Reais

COMPOSIÇÃO	2013			2012		
	BD-ELOS/ ESUL	BD-ELOS/ TBEL	TOTAL	BD-ELOS/ ESUL	BD-ELOS/ TBEL	TOTAL
Recadastramento Tempo de Serviço	3.350	16.748	20.098	6.162	30.804	36.966
Recomposição de Reserva Matemática	4.873	11.881	16.754	4.749	11.579	16.328
Contrib. da Patroc. s/ Benef. de Ger. Atual	29.447	-	29.447	28.718	-	28.718
Piso Mínimo	-	4.232	4.232	-	4.155	4.155
TOTAL	37.670	32.861	70.531	39.629	46.538	86.167

Conta 1.2.1.1.04.99 – Outros Recursos a Receber

DESCRIÇÃO	2013				2012			
	BD-ELOS/ ESUL	CD-ESUL	BD-ELOS/ TBEL	TOTAL	BD-ELOS/ ESUL	CD- ESUL	BD- ELOS/ TBEL	TOTAL
<i>Créditos com Patrocinadora</i>	-	1		1	40	-	-	40
<i>Créditos com Participantes</i>	4	-	2	6	-	1	1	2
TOTAL	4	1	2	7	40	1	1	42

4.2 Gestão Administrativa

No Balanço Patrimonial, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo da Gestão Administrativa é composto da seguinte forma:

Em milhares de Reais

	2013	2012
<i>Responsabilidade dos Empregados</i>	34	1
<i>Despesas Antecipadas</i>	20	19
<i>Depósito judicial / recursal – Administrativo</i>	2.882	2.490
<i>Credores Serviços de terceiros, Patrocinadora e seguros a receber</i>	55	11
TOTAL	2.991	2.521

5. Investimentos

Os limites de investimentos da ELOS são estabelecidos pela Resolução BACEN n.º 3.792, de 24 de setembro de 2009 alterada pela Resolução BACEN n.º 3.846, de 25 de março de 2010, do Conselho Monetário Nacional, que determina como devem ser aplicados os recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, e também estão de acordo com a Política de Investimento aprovada na ATA n.º 292 de 09 de dezembro de 2011, pelo Conselho Deliberativo da ELOS.

A ELOS está enquadrada nos limites estabelecidos no regulamento anexo à referida resolução.

5.1 Composição Consolidada da Carteira de Investimentos

Em milhares de Reais

TIPO / NATUREZA	2013	2012
RENDA FIXA		
<i>Títulos de Responsabilidade do Governo Federal</i>		
<i>Notas do Tesouro Nacional – NTN (Carteira Própria)</i>	1.320.679	1.502.759
<i>Letras Financeiras do Tesouro – LFT (Carteira Própria)</i>	41.893	2.725
Subtotal	1.362.572	1.505.484

Títulos de Responsabilidade de Governo Estadual		
Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina	3.024	3.024
Provisão para Perdas - LFT	(3.024)	(3.024)
Subtotal	-	-
Aplicações em Instituições Financeiras		
Certificados de Depósito Bancário	4.929	4.929
Provisão para Perdas com Certificados de Depósito Bancário	(4.929)	(4.929)
Depósito a prazo com Garantia Especial do FGC - DPGE	93.535	88.247
Fundos de Investimentos – FI	104.257	45.903
Fundos Investimentos Direitos Creditórios	8.606	1.793
Fundos de Investimento em Cotas – FIC (Cotas de Fundos Exclusivos)	205.512	400.596
Debêntures não Conversíveis	1.899	1.899
Provisão para Perdas - Debêntures	(1.899)	(1.899)
Subtotal	411.910	536.539
Títulos de Empresas		
Debêntures Conversíveis – Fenícia Par	2.363	2.363
Provisão para Perdas - Debêntures	(2.363)	(2.363)
Subtotal	-	-
Subtotal	1.774.482	2.042.023
RENDA VARIÁVEL		
Mercado de Ações		
Fundos de Investimentos em ações (i)	249.352	215.492
Subtotal	249.352	215.492
Sociedade de Propósito Específico		
Sociedades de Propósito Específico - SPE	37.722	28.440
Subtotal	37.722	28.440
Subtotal	287.074	243.932
ESTRUTURADO		
Fundos de Participações		
Fundos de Participações	30.146	18.696
Subtotal	30.146	18.696
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		
Edificações para Uso Próprio	3.786	3.916
Edificações Locadas a Patrocinadora	36.094	36.329
Edificações Locadas a Terceiros	21.882	22.277
Direitos de Alienação de Imóveis	-	252
Subtotal	61.762	62.774
EMPRÉSTIMOS		

<i>Empréstimos</i>	60.186	58.498
<i>Provisão para Perdas</i>	(354)	(308)
<i>Subtotal</i>	59.832	58.190
DEPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS – INVESTIMENTO		
<i>Depósitos Judiciais / Recursais – (Conforme nota n.º 8)</i>	1.431	1.382
<i>Subtotal</i>	1.431	1.382
TOTAL	2.214.727	2.426.997

(i) Fundos de investimentos em Ações: A composição dos investimentos em renda variável em 2012 inclui também papéis com características de renda fixa, no montante R\$ 19 mil.

5.2 Composição da Carteira de Investimentos Segundo os Prazos

No quadro abaixo demonstramos a composição da carteira de investimentos, segundo os prazos de vencimento, conforme Resolução CGPC n.º 4, de 30 de janeiro de 2002.

Em milhares de Reais

TIPO / NATUREZA	2013	2012
RENDA FIXA		
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E TÍTULOS PÚBLICOS		
Sem Prazo		
<i>Operações Compromissadas – ADELIC</i>	33.140	44.862
Subtotal	33.140	44.862
Até 1 ano		
<i>Letras Financeiras do Tesouro Nacional – LFT</i>	17.746	67.622
<i>Letras Tesouro Nacional – LTN</i>	6.099	-
<i>Nota Tesouro Nacional Série B – NTN-B</i>	61.604	2.923
Subtotal	85.449	70.545
De 1 a 2 anos		
<i>Letras Financeiras do Tesouro Nacional – LFT</i>	14.977	46.070
<i>Letras do Tesouro Nacional – LTN</i>	5.354	13.954
<i>Nota Tesouro Nacional Série B – NTN-B</i>	192.672	290.768
Subtotal	213.003	350.792
Acima de 2 anos		
<i>Letras Financeiras do Tesouro Nacional – LFT</i>	57.212	4.425
<i>Letras do Tesouro Nacional – LTN</i>	3.212	41.214
<i>Nota Tesouro Nacional Série B – NTN-B</i>	1.172.913	1.249.022
<i>Nota Tesouro Nacional Série C – NTN-C</i>	22.347	25.233
Subtotal	1.255.684	1.319.894
Contas a Pagar / Receber / Tesouraria	39	874

Subtotal	39	874
Títulos de Empresas		
<i>Certificado de Depósito Bancário</i>	4.243	27.466
<i>Depósito à Prazo com Garantia Especial</i>	115.830	129.929
<i>Debêntures</i>	23.854	32.824
<i>Fundo de Investimento em Direito Creditório</i>	8.606	1.793
<i>Letra Financeira</i>	34.634	63.044
Subtotal	187.167	255.056
TOTAL	1.774.482	2.042.023
RENDA VARIÁVEL		
<i>Fundos de Investimentos em ações</i>	249.352	215.492
<i>Sociedade de Propósito Específico</i>	37.722	28.440
<i>Subtotal</i>	287.074	243.932
TOTAL	2.061.556	2.285.955

5.3 Gestores

Os gestores e administradores dos fundos de investimento, que compõem a carteira de renda fixa e renda variável, são apresentados a seguir:

Em milhares de Reais

GESTORES	2013	2012
<i>HSBC Bank Brasil S/A</i>	170.187	200.335
<i>BNP Paribas Asset Management Brasil S/A</i>	70.335	56.418
<i>Sulamerica Invest. De Títulos e Valores Mobiliários S.A</i>	120.669	205.220
<i>BNY Mellon ARX Investimentos Ltda.</i>	155.997	149.671
<i>Fator Administração de Recursos S.A</i>	15.036	8.391
<i>Vinci Partners</i>	17.198	11.146
<i>BTG Pactual Asset Management S.A.</i>	-	24.375
<i>Tarpon Investimentos S/A</i>	8.471	8.228
<i>Rio Bravo Investimentos</i>	30.146	18.696
<i>Quest Investimentos</i>	9.834	-
TOTAL	597.873	682.480

5.4 Custódia dos Títulos e Valores Mobiliários

Em milhares de Reais

CUSTÓDIA	2013	2012
FUNDOS DE INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL		
<i>HSBC CTVM S.A.</i>	-	1.793
<i>Banco Bradesco S.A.</i>	112.120	93.738

	Caixa Econômica Federal	17.198	-
	Banco BTG Pactual S.A.	9.834	24.376
	Itaú Unibanco S.A.	458.721	562.573
	Subtotal	597.873	682.480
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS / CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS – CARTEIRA PRÓPRIA			
	Itaú Unibanco S.A.	1.456.107	1.593.731
	Subtotal	1.456.107	1.593.731
	TOTAL	2.053.980	2.276.211

5.5 Títulos Públicos Federais / Créditos Privados e Depósitos

Atendendo as disposições estabelecidas no art. 8 da Resolução CGPC n.º 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC n.º 22, de 25 de setembro de 2006, apresentamos a seguir os Títulos e Valores Mobiliários mantidos pela ELOS de acordo com as seguintes categorias de classificação, valores definidos pela Marcação na Curva e a Mercado, considerando a data base 31 de Dezembro de 2013 e 2012.

Plano BD-ELOS/ELETROSUL

Em milhares de Reais

		2013			2012		
TIPO / NATUREZA	VENCIMENTO	VALOR CURVA	VALOR MERCADO	TOTAL	VALOR CURVA	VALOR MERCADO	TOTAL
NTN-B	15/08/2014	-	39.783	39.783	-	51.917	51.917
NTN-B	15/05/2015	-	34.941	34.941	-	35.275	35.275
DPGE	06/07/2016	-	11.323	11.323	-	11.127	11.127
DPGE	07/07/2016	-	11.496	11.496	-	7.535	7.535
DPGE	21/11/2016	-	5.089	5.089	-	6.827	6.827
NTN-B	15/05/2017	-	67.360	67.360	-	71.946	71.946
LFT	01/03/2018	-	2.950	2.950	-	1.818	1.818
NTN-B	15/08/2020	-	31.729	31.729	-	36.009	36.009
NTN-B	15/08/2022	24.933	-	24.933	-	-	-
NTN-B	15/08/2024	-	82.233	82.233	-	97.916	97.916
NTN-B	15/05/2035	12.372	51.187	63.559	-	66.338	66.338
NTN-B	15/05/2045	-	48.654	48.654	-	66.956	66.956
NTN-B	15/08/2050	12.638	29.947	42.585	-	41.962	41.962
	TOTAL	49.943	416.692	466.635	-	495.626	495.626

Plano CD-ELETROSUL

Em milhares de Reais

		2013			2012		
TIPO / NATUREZA	VENCIMENTO	VALOR CURVA	VALOR MERCADO	TOTAL	VALOR CURVA	VALOR MERCADO	TOTAL
NTN-B	15/08/2014	-	13.743	13.743	-	25.908	25.908
NTN-B	15/05/2015	-	17.428	17.428	-	17.603	17.603
DPGE	06/07/2016	-	5.785	5.785	-	5.552	5.552
DPGE	07/07/2016	-	-	-	-	3.760	3.760
LFT	07/09/2016	-	15.335	15.335	-	-	-
DPGE	21/11/2016	-	6.365	6.365	-	3.407	3.407
NTN-B	15/05/2017	-	33.600	33.600	-	35.903	35.903
LFT	01/03/2018	-	-	-	-	907	907
LFT	01/03/2019	-	23.608	23.608	-	-	-
NTN-B	15/08/2020	-	15.826	15.826	-	17.969	17.969
NTN-B	15/08/2022	-	23.560	23.560	-	-	-
NTN-B	15/08/2024	-	41.006	41.006	-	48.813	48.813
NTN-B	15/05/2035	-	25.535	25.535	-	33.104	33.104
NTN-B	15/05/2045	-	24.269	24.269	-	33.413	33.413
NTN-B	15/08/2050	-	14.938	14.938	-	20.940	20.940
TOTAL		-	260.998	260.998	-	247.279	247.279

Plano BD-ELOS/TRACTEBEL

Em milhares de Reais

		2013			2012		
TIPO / NATUREZA	VENCIMENTO	VALOR CURVA	VALOR MERCADO	TOTAL	VALOR CURVA	VALOR MERCADO	TOTAL
NTN-B	15/05/2015	-	132.932	132.932	-	134.224	134.224
DPGE	28/09/2016	-	13.124	13.124	-	12.974	12.974
DPGE	30/09/2016	-	2.647	2.647	-	2.602	2.602
DPGE	03/10/2016	-	10.566	10.566	-	10.390	10.390
DPGE	03/11/2016	20.741	-	20.741	18.385	-	18.385
DPGE	21/11/2016	6.398	-	6.398	5.688	-	5.688
NTN-B	15/08/2020	-	95.553	95.553	-	108.458	108.458
NTN-C	01/04/2021	-	22.309	22.309	-	25.223	25.223
NTN-B	15/08/2024	-	145.136	145.136	-	172.804	172.804
NTN-B	15/08/2030	-	105.116	105.116	-	132.025	132.025
NTN-B	15/05/2035	-	128.298	128.298	-	166.293	166.293

NTN-B	15/08/2040	-	28.805	28.805	-	38.570	38.570
NTN-B	15/05/2045	-	16.849	16.849	-	23.190	23.190
TOTAL		27.139	701.335	728.474	24.073	826.753	850.826

Consolidado ELOS – Carteira Própria*Em milhares de Reais*

TIPO / NATUREZA	VENCIMENTO	2013			2012		
		VALOR CURVA	VALOR MERCADO	TOTAL	VALOR CURVA	VALOR MERCADO	TOTAL
NTN-B	15/08/2014	-	53.526	53.526	-	77.825	77.825
NTN-B	15/05/2015	-	185.301	185.301	-	187.102	187.102
DPGE	06/07/2016	-	17.108	17.108	-	16.679	16.679
DPGE	07/07/2016	-	11.496	11.496	-	11.295	11.295
LFT	07/09/2016	-	15.335	15.335	-	-	-
DPGE	28/09/2016	-	13.124	13.124	-	12.974	12.974
DPGE	30/09/2016	-	2.647	2.647	-	2.602	2.602
DPGE	03/10/2016	-	10.566	10.566	-	10.390	10.390
DPGE	03/11/2016	20.741	-	20.741	18.385	-	18.385
DPGE	21/11/2016	6.398	11.454	17.852	5.688	10.234	15.922
NTN-B	15/05/2017	-	100.960	100.960	-	107.849	107.849
LFT	01/03/2018	-	2.950	2.950	-	2.725	2.725
LFT	01/03/2019	-	23.608	23.608	-	-	-
NTN-B	15/08/2020	-	143.108	143.108	-	162.436	162.436
NTN-C	01/04/2021	-	22.309	22.309	-	25.223	25.223
NTN-B	15/08/2022	24.933	23.560	48.493	-	-	-
NTN-B	15/08/2024	-	268.375	268.375	-	319.533	319.533
NTN-B	15/08/2030	-	105.116	105.116	-	132.025	132.025
NTN-B	15/05/2035	12.372 12.372,00	205.020	217.392	-	265.735	265.735
NTN-B	15/08/2040	-	28.805	28.805	-	38.570	38.570
NTN-B	15/05/2045	-	89.772	89.772	-	123.559	123.559
NTN-B	15/08/2050	12.638	44.885	57.523	-	62.902	62.902
TOTAL		77.082	1.379.025	1.456.107	24.073	1.569.658	1.593.731

O valor da curva dos Títulos foi obtido segundo informações da custódia (Itaú-Unibanco), enquanto o valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento foi apurado com base em dados divulgados pela ANDIMA.

A manutenção de títulos até o vencimento está consubstanciada na capacidade financeira da ELOS de cumprir seus compromissos financeiros sem dispor dos referidos valores até a data de vencimento dos papéis. A ELOS, em conformidade com o art. 9º da resolução CGPC n.º 4 de 30 de janeiro de 2002, alterada pela resolução CGPC n.º 22 de 25 de setembro de 2006, afirma possuir a capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

5.6 Emissores dos Créditos privados e Depósitos

Os emissores dos créditos privados/depósitos, que compõem a carteira de renda fixa, são apresentados a seguir:

EMISSORES		2013			2012			
DPGE	BD-ELOS/ ESUL	CD-ESUL	BD-ELOS/ TBEL	TOTAL	BD-ELOS/ ESUL	CD- ESUL	BD- ELOS/ TBEL	TOTAL
Banco Mercantil do Brasil	5.561	-	7.853	13.414	3.593	1.792	7.729	13.114
Banco BMG	5.763	-	7.789	13.552	3.768	1.880	6.900	12.548
Banco Fibra	5.781	5.785	2.591	14.157	7.533	3.758	2.297	13.588
BIC Banco	5.715	-	7.825	13.540	3.770	1.881	7.513	13.164
Banco Bonsucesso	5.089	-	7.770	12.859	3.032	1.513	6.891	11.436
Banco Pine	-	6.365	6.398	12.763	3.795	1.893	5.688	11.376
Banco Sofisa	-	-	13.250	13.250	-	-	13.021	13.021
TOTAL	27.909	12.150	53.476	93.535	25.490	12.718	50.039	88.247

5.7 Participação acionária em Sociedades de Propósito Específico - SPE

Corresponde a investimentos realizados pelos planos de benefícios em participação acionária em Sociedades de Propósito Específico – SPE.

a) SPE Uirapuru Transmissora de Energia Elétrica S.A: Refere-se a participação acionária da ELOS de 25% no capital social da Sociedade de Propósito Específico (SPE) Uirapuru Transmissora de Energia S.A. No exercício foram recebidos R\$ 2.462 mil provenientes de dividendos e o saldo final em 31 de dezembro de 2013 do referido investimento corresponde a R\$ 15.478 mil para o plano BD-ELOS/ELETROSUL e R\$ 6.647 mil para o CD-ELETROSUL.

b) SPE Livramento Holding S.A: A ELOS no exercício de 2013 realizou aportes na Sociedade de Propósito Específico (SPE) Livramento Holding S.A., no valor total de R\$ 8.238 mil para os planos de benefícios BD-ELOS/ELETROSUL e CD-ELETROSUL. Em novembro de 2013, houve chamada de capital no valor de R\$ 6.000 mil em função da necessidade de recursos adicionais para finalização do projeto de implantação do parque eólico, na qual a ELOS optou por não participar, tendo sido negociado com a ELETROSUL a manutenção da rentabilidade atuarial dos aportes feitos, bem como a manutenção dos direitos estipulados no Acordo de Acionistas. A participação acionária da ELOS que inicialmente estava limitada a 10% no empreendimento do Complexo Eólico de Santana do Livramento, passou a ser 7,31% devido a diluição pela não efetuação do aporte. A redução da participação se deu apenas nas ações preferenciais resgatáveis, sem qualquer alteração na composição das ações ordinárias com poder de voto. O saldo do referido investimento no final do exercício corresponde a R\$ 10.910 mil e R\$ 4.686 mil para os planos BD-ELOS/ELETROSUL e CD-ELETROSUL, respectivamente.

c) Representantes nos Conselhos das SPE's: A ELOS possui representantes nos Conselhos de Administração e Fiscal nas SPE's em que mantém participação acionária.

TIPO / NATUREZA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		CONSELHO FISCAL	
	TITULAR	SUPLENTE	TITULAR	SUPLENTE
SPE Uirapuru Transmissora de Energia Elétrica S.A	1	1	1	1
SPE Livramento Holding S.A	1	1	1	1
TOTAL	2	2	2	2

5.8 Investimentos Imobiliários

Representa a parcela dos recursos dos planos de benefícios aplicados no segmento de imóveis.

Em milhares de Reais

TIPO / NATUREZA	2013	2012
EDIFÍCIO PARA USO PRÓPRIO (SEDE ELOS)	3.786	3.916
EDIFICAÇÕES PARA RENDA	57.976	58.858
Imóvel Locado à Patrocinadora ELETROSUL (CRSC)	36.094	36.329
Imóvel Locado a Terceiros - Condomínio Centro Século XXI	21.882	22.277
Direitos de Alienação de Imóveis – Beiramar Shopping	-	252
TOTAL	61.762	62.774

Reavaliação de Imóveis

Todos os imóveis que compõem a carteira imobiliária foram reavaliados no exercício de 2012 a preços de mercado, o resultado das reavaliações foi de R\$ 25.467 mil no exercício, conforme segue:

a. Edificações para uso próprio

Corresponde ao imóvel situado no município de Florianópolis/SC, usado como sede da Fundação ELOS alocado ao plano BD-ELOS/TRACTEBEL. Em 29 de novembro de 2012 o empreendimento foi reavaliado pela Consult Soluções Patrimoniais que emitiu laudo com valor de mercado de R\$ 3.918 mil que representou uma valorização no exercício de R\$ 1.306 mil que foi apropriado na rubrica 5.1.6.4.01.00.00. O prazo de vida útil remanescente do empreendimento foi estimado em 25 anos.

b. Edificações locadas à patrocinadora

Refere-se ao imóvel situado no município de São José/SC, o qual se encontra locado a Patrocinadora ELETROSUL alocado nos planos de benefícios BD-ELOS/ELETROSUL e CD-ELETROSUL. O imóvel foi reavaliado em 20 de agosto de 2012 pela Avalisc Engenharia de Avaliações SS Ltda que emitiu laudo com valor de mercado de R\$ 36.250 mil que motivou um resultado de R\$ 17.517 mil no exercício apropriado nas rubricas 5.1.6.4.02.00.00 e 5.2.6.4.02.00.00. O prazo de vida útil econômica remanescente do imóvel foi estimado em 33 anos.

c. Edificações locadas a terceiros

Trata-se de um investimento imobiliário Centro Século XXI, edifício comercial localizado na cidade de Curitiba/PR alocado nos planos de benefícios BD-ELOS/TRACTEBEL, BD-ELOS/ELETROSUL e CD-ELETROSUL. O imóvel foi reavaliado em 29 de novembro de 2012 pela CONSULT Soluções Patrimoniais que emitiu laudo com valor de mercado de R\$ 22.219 mil que representou uma valorização no exercício de R\$ 6.644 mil apropriado na rubrica 5.1.6.4.03.00.00. O prazo de vida útil remanescente do empreendimento foi estimado em 51 anos.

5.9 Empréstimos

Representa as operações de empréstimos concedidos aos participantes de acordo com o regulamento registrados pelo valor original acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis líquidos de provisão para cobrir possíveis perdas de créditos de liquidação duvidosa - PCLD:

Em milhares de Reais

	2013				2012			
TIPO / NATUREZA	BD-ELOS/ESUL	CD-ESUL	BD-ELOS/TBEL	TOTAL	BD-ELOS/ESUL	CD-ESUL	BD-ELOS/TBEL	TOTAL
Empréstimos	23.130	13.272	23.784	60.186	17.059	18.621	22.818	58.498
(-) PCLD	(85)	(3)	(266)	(354)	(39)	(32)	(237)	(308)
TOTAL	23.045	13.269	23.518	59.832	17.020	18.589	22.581	58.190

5.10 Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa – PCLD: A ELOS mantém constituída provisão para fazer frente a perdas na realização dos seguintes investimentos:

a. **Títulos e valores mobiliários:** correspondente à totalidade das aplicações relacionadas:

Em milhares de Reais

	2013			2012		
TIPO / NATUREZA	BD-ELOS/ESUL	BD-ELOS/TBEL	TOTAL	BD-ELOS/ESUL	BD-ELOS/TBEL	TOTAL
Letras Financeiras do Estado de Santa Catarina	(581)	(2.443)	(3.024)	(581)	(2.443)	(3.024)
Certificado de Depósito Bancário - Crefisul	(947)	(3.982)	(4.929)	(947)	(3.982)	(4.929)
Debêntures Conversíveis - Feniciapar	(454)	(1.909)	(2.363)	(454)	(1.909)	(2.363)
Debêntures não Conversíveis - Crefisul	(365)	(1.534)	(1.899)	(365)	(1.534)	(1.899)
TOTAL	(2.347)	(9.868)	(12.215)	(2.347)	(9.868)	(12.215)

b. **Empréstimos:** no exercício foi constituída provisão líquida para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 47 mil referente a parcelas de empréstimos inadimplentes, conforme Instrução Normativa nº. 34 de 24 de setembro de 2009.

Em milhares de Reais

PERÍODO DE ATRASO	VALORES VENCIDOS 2012	% DE PROVISÃO	2013	2012
De 61 a 120 dias	13	25	3	1
De 121 a 240 dias	20	50	10	5
De 241 a 360 dias	9	75	7	8
Acima de 360 dias	334	100	334	294
TOTAL			354	308

6. PERMANENTE

Contempla os registros do Imobilizado os quais estão contabilizados pelo custo de aquisição corrigido monetariamente pela variação da UFIR até 31 de dezembro de 1995, conforme previsto na legislação. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os saldos do referido grupo estão demonstrados a seguir:

Em milhares de Reais

TIPO / NATUREZA	TAXA DE DEPRECIAÇÃO ANUAL (%)	SALDO 2012	ADIÇÃO (+)	DEPRECIAÇÃO AMORTIZAÇÃO (-)	BAIXA (-)	SALDO 2013
<i>Ativo Permanente</i>		451	42	118	1	374
<i>Imobilizado</i>		451	42	118	1	374
<i>Móveis e Utensílios</i>	10	130	17	23	-	124
<i>Máquinas e Equipamentos</i>	10	160	5	29	1	135
<i>Equip. de Informática</i>	20	81	20	34	-	67
<i>Software</i>	20	80	-	32	-	48

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

No Balanço Patrimonial, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo das Gestões Previdencial e Administrativa são compostos da seguinte forma:

7.1 Gestão Previdencial

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2013				2012			
	BD-ELOS/ESUL	CD-ESUL	BD-ELOS/TBEL	TOTAL	BD-ELOS/ESUL	CD-ESUL	BD-ELOS/TBEL	TOTAL
<i>Benefícios a pagar</i>	-	-	-	-	-	-	3	3
<i>Retenções a recolher</i>	435	172	514	1.121	391	65	478	934
TOTAL	435	172	514	1.121	391	65	481	937

7.2 Gestão Administrativa

Em milhares de Reais

	2013	2012
	<i>Obrigações Trabalhistas</i>	139
<i>Provisões de Férias e encargos</i>	324	289
<i>Retenções a Recolher</i>	159	166
<i>Prestadores de Serviços (i)</i>	558	569
TOTAL	1.180	1.120

(i) Em atendimento à letra "k", do item 30, do Anexo "A", da Instrução SPC n.º 34, de 24 de setembro de 2009, o detalhamento dos saldos das rubricas contábeis denominadas "OUTROS" é o seguinte:

Conta 2.1.2.9.00.00.00 – Outras Exigibilidades

Em milhares de Reais

	2013	2012
Seguros a Pagar	408	366
Outros valores a pagar	12	9
TOTAL	420	375

8. CONTINGÊNCIAS

a. Gestão Previdencial

As Provisões para Contingências Passivas referem-se aos processos de natureza cível e trabalhistas relacionados aos planos de benefícios nos quais a ELOS é parte no pólo passivo, e foram classificadas pela Assessoria Jurídica segundo a probabilidade de perda conforme abaixo:

Em milhares de Reais

	2013	2012
Perda provável	22.672	23.849
Perda possível (i)	-	332
(-) Depósitos Judiciais / Recursais (ii)	(4.369)	(4.763)
PERDA PROVÁVEL E POSSÍVEL CONTABILIZADAS	18.303	19.418
Perda possível (iii)	16.531	10.393

(i) Até março de 2013 a ELOS vinha constituindo, por prudência, provisão para contingência referente os valores dos processos judiciais do plano CD/ELETROSUL, independentemente da classificação atribuída, em valor igual aos depósitos recursais necessários para as interposições de recursos às instâncias superiores. Esses valores correspondem a processos movidos por participantes que migraram do plano BD-ELOS/ELETROSUL para o CD/ELETROSUL e tem seu fato gerador da demanda judicial vinculado ao plano de origem o BD-ELOS/ELETROSUL. O Conselho Deliberativo por meio da Ata n.º 310 de 27 de agosto de 2013 definiu que para os processos decorrentes de fatos/situações gerados quando o participante pertencia ao Plano BD-ELOS/ELETROSUL, seja assumido por este plano, independentemente ao plano que o participante esteja atualmente vinculado. Dessa forma, foi realizada a reversão no valor de R\$ 378 mil (R\$ 332 mil em 2012) e o respectivo ressarcimento do plano BD-ELOS/ELETROSUL para o CD-ELETROSUL dos desembolsos já realizados.

(ii) Os saldos de depósitos judiciais / recursais são registrados em rubricas contábeis específicas do grupo gestão previdencial do Ativo conforme estabelecido na Instrução PREVIC n.º 5, de 8 de setembro de 2011.

(iii) Referem-se aos valores totais de provisões classificadas como perda possível segundo avaliação das probabilidades das ações judiciais em andamento, realizados pela assessoria jurídica da ELOS.

b. Gestão Administrativa – PIS/COFINS

A ELOS impetrou o Mandato de Segurança n.º 2007.72.00.001216-7/SC contra o Delegado da Receita Federal em Santa Catarina, visando garantir o direito líquido e certo de não se sujeitar-se ao recolhimento das contribuições PIS/COFINS, por ser uma Entidade Fechada de Previdência Complementar que não auferre receitas próprias ou possui faturamento. Embasada em decisões do Supremo Tribunal Federal – STF, que julgou inconstitucional o art. 3º, § 1º da Lei n.º 9.718/98 e com base no art. 151 do Código Tributário Nacional – CTN. A ELOS vêm depositando judicialmente desde exercício

de 2007 os valores discutidos. Tais valores representam no final do exercício R\$ 2.882 mil (R\$ 2.490 mil em 2012) e estão registrados em contas específicas do Ativo da gestão administrativa. Atualmente o processo judicial encontra-se pendente de julgamento de Recurso extraordinário interposto pela União, face as decisões favoráveis a ELOS no TRF 4ª Região e STJ.

9. EXIGÍVEL ATUARIAL – PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas para os planos de Benefício Definido são constituídas com base nos cálculos atuariais desenvolvidos pela Consultoria Atuarial Externa, Jessé Montello – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda. documentadas em Demonstrações Atuariais (DA), individualizados para cada plano de benefício previdencial para o exercício concluído em 31 de dezembro de 2013, emitido em 18 de março de 2014, e para o exercício de 2012 emitido em 04 de março de 2013, resultando em um passivo atuarial, composto da seguinte forma:

9.1 Plano BD-ELOS/ELETROSUL

	<i>Em milhares de Reais</i>	
	2013	2012
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	690.885	511.318
<i>Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização</i>	<i>690.885</i>	<i>511.318</i>
<i>Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos</i>	<i>649.477</i>	<i>475.219</i>
<i>Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos</i>	<i>41.408</i>	<i>36.099</i>
BENEFÍCIOS A CONCEDER	360.950	444.786
<i>Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado</i>	<i>333.186</i>	<i>412.438</i>
<i>Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados</i>	<i>402.486</i>	<i>485.714</i>
<i>Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores</i>	<i>(34.650)</i>	<i>(36.638)</i>
<i>Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes</i>	<i>(34.650)</i>	<i>(36.638)</i>
<i>Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado</i>	<i>27.764</i>	<i>32.348</i>
<i>Valor Atual dos Benefícios Futuro Não Programados</i>	<i>33.538</i>	<i>38.094</i>
<i>Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores</i>	<i>(2.887)</i>	<i>(2.873)</i>
<i>Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes</i>	<i>(2.887)</i>	<i>(2.873)</i>
TOTAL	1.051.835	956.104

9.2 Plano CD-ELETROSUL

	<i>Em milhares de Reais</i>	
	2013	2012
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	148.566	73.432
<i>Contribuição Definida</i>	<i>104.873</i>	<i>37.576</i>
<i>Saldo de Conta dos Assistidos</i>	<i>104.873</i>	<i>37.576</i>
<i>Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização</i>	<i>43.693</i>	<i>35.856</i>
<i>Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos</i>	<i>43.693</i>	<i>35.856</i>
BENEFÍCIOS A CONCEDER	302.217	373.449

Contribuição Definida	290.723	357.803
Saldo de Conta – Parcela Patrocinadores	214.869	280.045
Saldo de Conta – Parcela Participantes	75.854	77.758
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	11.095	15.172
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	11.095	15.172
Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	399	474
Valor Atual dos Benefícios Futuro Não Programados	399	474
TOTAL	450.783	446.881

9.3 Plano BD-ELOS/TRACTEBEL

Em milhares de Reais

	2013	2012
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	1.095.747	1.065.630
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	1.095.747	1.065.630
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos	1.042.675	1.013.113
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos	53.072	52.517
BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.047	1.015
Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	1.047	1.015
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	1.047	1.015
RESERVAS MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(29.635)	-
Déficit Equacionado	(29.635)	-
TOTAL	1.067.159	1.066.645

9.4 Consolidado

Em milhares de Reais

	2013	2012
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	1.935.198	1.650.380
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	104.873	37.576
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	1.830.325	1.612.804
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos	1.735.845	1.524.188
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos	94.479	88.616
BENEFÍCIOS A CONCEDER	664.214	819.250
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	290.723	357.803
Saldo de Conta – Parcela Patrocinadores	214.869	280.045
Saldo de Conta – Parcela Participantes	75.854	77.758
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	345.328	428.625

Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	414.628	501.901
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(34.650)	(36.638)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(34.650)	(36.638)
Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	28.163	32.822
Valor Atual dos Benefícios Futuro Não Programados	33.938	38.568
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(2.887)	(2.873)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(2.887)	(2.873)
RESERVAS MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(29.635)	-
Déficit Equacionado	(29.635)	-
TOTAL	2.569.777	2.469.630

9.5 Rentabilidade por Plano

Com relação a rentabilidade nominal líquida obtida pelos recursos que lastreiam as Provisões Matemáticas dos planos de benefícios administrados pela ELOS ao longo dos anos de 2013 e 2012, calculada para cada plano de benefício, tomando-se como deflador o INPC do IBGE aplicado com um mês de defasagem e utilizando-se o método da Taxa Interna de Retorno a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas previdenciais o Atuário apontou em seus pareceres as seguintes rentabilidades:

	2013			2012		
EM TERMOS NOMINAIS	BD-ELOS/ ELETROSUL	BD-ELOS/ TRACTEBEL	CD- ELETROSUL (I)	BD-ELOS/ ELETROSUL	BD-ELOS/ TRACTEBEL	CD- ELETROSUL (I)
Rentabilidade líquida obtida	- 4,44%	- 6,80%	- 4,08%	28,95%	26,28%	28,83%
Expectativa atuarial	10,86%	11,39%	-	11,25%	12,31%	-
EM TERMOS REAIS						
Rentabilidade nominal líquida obtida	- 9,49%	- 11,73%	- 9,15%	21,70%	19,18%	21,59%
Expectativa atuarial	5%	5,5%	-	5%	5,5%	-

(i) Parte do patrimônio de cobertura do plano refere-se ao sub-plano BD-Saldado (BPDS) que têm como meta atuarial INPC+5% que no exercício representou 10,86% (11,25% em 2012). Para parte do Plano referente ao CD Puro, não há, dado sua natureza, uma meta atuarial definida para essa parte do Patrimônio.

9.6 Hipóteses Atuariais para o exercício de 2014

Foram utilizados os seguintes métodos e hipóteses atuariais na avaliação atuarial do exercício:

HIPÓTESES ATUARIAIS	BD-ELOS/ESUL	BD-ELOS/TRACTEBEL	CD-ESUL (SUB-PLANO BD-SALDADO)
Taxa real anual de juros		BD-ELOS/TBEL	5,00%
Indexador do plano		CD-ESUL (sub-plano BD-Saldado)	INPC (IBGE)
Projeção de crescimento real de salário		Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 - unissex desagr. 10%	AT 2000 - unissex desagr. 4%	AT 2000 - unissex desagr. 10%
Tábua de mortalidade dos inválidos	AT 83 - mascul. desagr. 5%	AT 83 - masculina	AT 83 - mascul. desagr. 5%
Tábua de rotatividade	Experiência própria	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de entrada em invalidez	Light (média)	Não aplicável	Light (média)
Composição do grupo familiar			
Benef. concedidos de pensão por morte	Família efetiva	Família efetiva	Não há pensionistas no plano
Benef. de aposentadoria	Família estimada	Família estimada	Família estimada
Fator determ. valor real dos benefícios	97,5%	97,5%	97,5%
Método de financiamento	Agregado	Agregado	Agregado

10. EQUILÍBRIO TÉCNICO E FUNDOS

10.1 Resultados Realizados

a. Os Superávits e Déficits Técnicos Acumulados estão assim compostos:

a.1)O Plano BD-ELOS/ELETROSUL, apresentou um Déficit Técnico Acumulado em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 155.252 mil (Superávit Técnico de R\$ 609 mil em 2012), equivalente a -14,76% (0,06% em 2012) do total das Provisões Matemáticas do plano existente de R\$ 1.051.835 mil (R\$ 956.104 mil em 2012).

a.2)O Plano CD-ELETROSUL, em 31 de dezembro de 2013, no que se refere ao Sub-Plano BD-Saldado, apresentou um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 970 mil (R\$ 9.738 mil em 2012) devidamente registrado como Reserva de Contingência.

a.3) O Plano BD-ELOS/TRACTEBEL, apresentou um Déficit Técnico Acumulado em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 149.213 mil (Superávit Técnico de R\$ 16.270 mil em 2012), equivalente a -13,98% (1,53% em 2012) do total das Provisões Matemáticas do plano existente de R\$ 1.067.159 mil (R\$ 1.066.645 mil em 2012).

b) No que se refere à situação atuarial dos Planos de Benefícios Definidos podemos destacar os seguintes fatos:

b.1) BD-ELOS/ELETROSUL: O Plano encerrou o exercício com Déficit Técnico de R\$ 155.252 mil motivado basicamente, segundo as Demonstrações Atuariais, pelos seguintes fatores:

i) Adoção da tábua de mortalidade AT 2000 (unissex) desagravada em 10% (AT 2000 masculina desagravada em 5% em 2012) na ordem R\$ 17.893 mil.

ii) Perda financeira em consequência de não ter alcançado a meta atuarial de rentabilidade na ordem de R\$ 145.465 mil.

b.2) BD-ELOS/TRACTEBEL: O Plano BD-ELOS/TRACTEBEL fechou o ano com um Déficit Técnico de R\$ 149.213 mil, influenciado basicamente pelos seguintes fatores conforme as Demonstrações Atuariais:

i) Adoção da tábua de mortalidade AT 2000 (unissex) desagravada em 4% (AT 2000 masculina em 2012) na ordem de R\$ 30.610 mil.

iii) Perda financeira em consequência de não ter alcançado a meta atuarial de rentabilidade na ordem de R\$ 191.210 mil.

iv) Foi retomado o valor registrado como Provisão Matemática a Constituir decorrente do Déficit Técnico Equacionado apresentado na avaliação atuarial de 2009 no valor de R\$ 24.529 mil (valor da época) devido a existência do Déficit Técnico atual. O saldo devedor do contrato de ajuste de Déficit Técnico assinado em 19 de março de 2010, corrigido desde a suspensão até dezembro de 2013 é de R\$ 29.635 mil e será amortizado através de 186 parcelas mensais e sucessivas calculadas segundo a "Tabela Price" com juros anuais de 6%. O contrato contém cláusula de revisão atuarial, em função das perdas e ganhos observados nas avaliações atuariais anuais, conforme previsto na legislação. A retomada do contrato gerou um efeito positivo na avaliação atuarial na ordem de R\$ 29.635 mil.

v) Adoção da taxa real de juros de 5,75% ao ano (5,50% em 2012), também gerou um efeito positivo na avaliação atuarial na ordem de R\$ 23.571 mil.

A Consultoria atuarial externa por meio das Demonstrações Atuariais evidenciou que o Déficit Técnico Acumulado dos Planos de Benefícios BD-ELOS/ELETROSUL e BD-ELOS/TRACTEBEL com base na Resolução CNPC nº 13, de 04 de novembro de 2013, atualmente em vigor, por ser superior ao limite de 10% do total das Provisões Matemáticas, devem ser objetos de equacionamento até o final de 2014. O referido documento relata que até o momento não foi oficializada a Resolução tomada pela CNPC/MPS, na 13ª Reunião Ordinária do colegiado, ocorrida em 24/02/2014, informando que excepcionalmente no fechamento contábil do ano de 2013, o referido percentual de 10% das Provisões Matemáticas do Plano seria de 15% sobre o mesmo valor e, neste contexto,

não seria imperativo, ao longo de 2014, a elaboração de um Plano de Equacionamento de Déficit, já que o percentual de 15% das Provisões Matemáticas não foi ultrapassado.

10.2 Fundos

Os Fundos são constituídos tomando por base a sua natureza e finalidade. A ELOS consignou em seu balanço os seguintes fundos:

a. **Fundo Previdencial:** referem-se aos seguintes fundos:

Fundo patronal não comprometido: constituído pela parte do saldo de conta das Patrocinadoras que não é utilizada no cálculo dos benefícios ou dos institutos por ocasião de restituição pelo participante. Caso se faça atuarialmente necessária a sua utilização, o Plano de Custeio Anual irá prever sua utilização, com a devida deliberação favorável do Conselho Deliberativo da ELOS.

Fundo coletivo de benefício de risco: previsto pelo Atuário em nota técnica atuarial correspondente ao plano CD-ELETROSUL para cobertura em caso de invalidez ou falecimento de participantes em atividade, constituído por meio de contribuições realizadas pela patrocinadora e pelos participantes de acordo com o plano de custeio do plano.

b. **Fundo Administrativo:** destina-se a garantir a manutenção da estrutura administrativa da ELOS. Este fundo é constituído por meio das contribuições administrativas realizadas pela patrocinadora e pelos participantes de acordo com o regulamento do Plano de Gestão Administrativa.

c. **Fundos de Investimento:** constituído para fazer face à possíveis sinistros em caso de falecimento do Mutuário de empréstimos com base no regulamento dos empréstimos.

As mutações dos referidos fundos foram as seguintes durante o exercício:

	GESTÃO PREVIDENCIAL (I)	GESTÃO ADMINISTRATIVA (II)	INVESTIMENTOS	TOTAL
<i>Saldos iniciais em 31 de dezembro de 2011</i>	4.374	21.144	9.960	35.478
<i>Formação / (reversão) de fundos</i>	1.272	488	(321)	1.439
<i>Saldos finais em 31 de dezembro de 2012</i>	5.646	21.632	9.639	36.917

(i) Do saldo final de R\$ 5.646 mil apresentado ao final do exercício, R\$ 520 mil corresponde ao saldo do Fundo patrimonial não comprometido e R\$ 5.126 mil ao Fundo coletivo de benefício de risco.

(ii) Desde março de 2013 o Fundo Administrativo do PGA CD-Eletrosul vem sendo utilizado para cobrir as despesas administrativas vinculadas ao plano de benefícios CD-ELETROSUL.

11. TRANSFERÊNCIAS ENTRE GESTÕES E PGA'S

11.1 Custeio Administrativo e Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC n.º 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC n.º 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

Para cobertura do custeio administrativo da Gestão Previdencial (despesas de funcionamento), a ELOS se utiliza da sobrecarga administrativa prevista pelo atuário no plano de custeio anual, cujo valor está limitado a 15% das contribuições previdenciais vertidas para os planos BD-ELOS/ELETROSUL e CD-ELETROSUL. A partir de março de 2013, com a publicação da portaria PREVIC n.º 89 que aprovou as alterações propostas para o regulamento do plano de benefícios CD-ELETROSUL, a ELOS passou a utilizar como base de cálculo o Saldo da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder do Participante para apuração da fonte de custeio do PGA do referido plano, com a utilização do percentual de 0,018% aprovado pelo Conselho Deliberativo por meio da ATA n.º 305, de 14 de março de 2013. Para o Plano BD-ELOS/TRACTEBEL as despesas administrativas previdenciais são reembolsadas integralmente pela patrocinadora TRACTEBEL. As despesas relacionadas a administração dos investimentos dos planos BD-ELOS/ELETROSUL e BD-ELOS/TRACTEBEL são custeadas mensalmente pelo resultado dos investimentos e taxa de administração dos empréstimos.

As despesas administrativas, quando específicas, são custeadas pelo plano responsável pelo gasto, enquanto que as despesas comuns, atribuídas ao conjunto dos planos de benefícios, são distribuídas entre os PGA's pelo resultado da média aritmética simples entre os percentuais de participação de cada plano no número de participantes e no patrimônio total da ELOS.

As despesas administrativas são classificadas como gestão previdencial ou administração dos investimentos, levando-se em conta a finalidade do gasto. Quando as despesas administrativas são comuns entre as gestões, a ELOS utiliza-se de critérios de rateios específicos para cada rubrica, tais como: previsão de horas despendidas para as despesas com pessoal e encargos, número de colaboradores e área ocupada para despesas com serviços de terceiros e gerais.

Os percentuais utilizados no exercício respeitaram as seguintes proporções médias:

CRITÉRIO DE RATEIO ENTRE GESTÃO PREVIDENCIAL E ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	RATEIO - %
<i>Previdencial</i>	
<i>Pessoal e Encargos</i>	60
<i>Viagens e Treinamentos</i>	60
<i>Serviços de Terceiros</i>	89
<i>Despesas Gerais</i>	87
<i>Investimentos</i>	
<i>Pessoal e Encargos</i>	40
<i>Viagens e Treinamentos</i>	40
<i>Serviços de Terceiros</i>	11
<i>Despesas Gerais</i>	13

O Resultado dos Investimentos é transferido de forma proporcional para as gestões Previdencial e Administrativo, considerando a participação de cada um no montante aplicado.

11.2 Remuneração dos Administradores e Conselheiros

Os totais das remunerações atribuídas aos Diretores e Conselheiros (Fiscal e Deliberativo) da Fundação nos exercícios de 2013 e 2012 estão demonstrados a seguir:

	2013		2012	
DESCRIÇÃO	DIRETORES/ CONSELHEIROS	TOTAL	DIRETORES/ CONSELHEIROS	TOTAL
Remuneração	1.087	1.087	1.160	1.160
TOTAL	1.087	1.087	1.160	1.160

12. ATIVOS CONTINGENTES

Em atenção ao disposto na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC n.º 1.180, de 04 de agosto de 2009 e Pronunciamento Técnico n.º 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estabelece a necessidade de uma breve descrição da natureza do ativo contingente, quando for provável a entrada do benefício econômico, apresentamos a seguir os ativos contingentes da ELOS em 31 de dezembro de 2013:

a. *Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND*

O Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) foi criado em 23 de julho de 1986 pela União com a finalidade de fornecer recursos para a realização de investimentos necessários à dinamização do desenvolvimento nacional e apoio a iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas. A ELOS juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar, por força do art. 7 do Decreto-Lei n.º 2.288, de 23 de julho de 1986, adquiriu compulsoriamente cotas de Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND que foi a forma de captação de recursos determinada pelo governo naquela época, com prazo de 10 anos e variação equivalente à da Obrigação do Tesouro Nacional – OTN.

Até janeiro de 1989, a remuneração dos títulos foi atualizada pela OTN, e a partir de fevereiro de 1989 pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPC, conforme art. 10 da Lei n.º 7.738, de 09 de março de 1989 acrescentado pela Lei n.º 7.764, de 02 de maio de 1989. Posteriormente, com a publicação da Lei n.º 8.177 de 04 de março de 1991, art. 38, os saldos das OFND's seriam reajustados pela Taxa Referencial – TR.

A ELOS é parte de ação ordinária ajuizada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP que objetiva o recálculo relacionado à atualização do valor das OFND's e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos, adotando para tal fim o IPC, ao invés do Bonus do Tesouro Nacional - BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991. A ABRAPP iniciou a execução do processo com o ingresso de petição em 28 de junho de 2011, do montante apresentado, R\$ 34.990 mil representa a parte da ELOS. A execução encontra-

se suspensa com base em decisão do TRF – 2ª Região em caráter liminar até que sejam julgados as questões prejudiciais ao andamento do processo (conclusão da ação rescisória e desmembramento da execução).

Embora a discussão de mérito do processo judicial tenha sido favorável à ABRAPP, inclusive transitado em julgado, estando em fase de execução, a ELOS não registrou contabilmente por existirem questões que envolvem a recuperação desse ativo, tais como: ação rescisória em andamento, bem como Embargos à execução pendente de julgamento, o que traz incerteza do valor a ser recebido e o prazo de seu efetivo recebimento. Tal procedimento atende também ao Ofício n.º 4.649/2011/CGMC/DIACE/PREVIC de 14 de outubro de 2011 da PREVIC que não autorizou as Entidades o reconhecimento contábil do valor pleiteado.

b. *Aplicação em Letras do Tesouro do Estado de Santa Catarina*

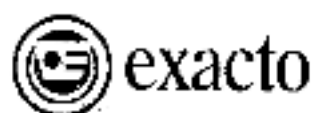
Em 20 de janeiro de 2010, foi expedida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) a Requisição de Pagamento de Precatório no montante de R\$ 13.551 mil junto ao Governo do Estado de Santa Catarina, relativo ao processo n.º 023.01.032963-6/003, com trânsito em julgado na ação judicial movida pela ELOS para reivindicar o pagamento dos referidos títulos.

Dado a incerteza sobre o prazo de recebimento destes recursos e respeitado a prudência em reconhecer ativos de prazos incertos a Fundação reconhecerá os valores mediante o seu efetivo recebimento. Em ocorrendo o seu recebimento será procedido o rateio do referido valor entre os Planos BD-ELOS/ELETROSUL e BD-ELOS/TRACTEBEL, conforme disposto no “Termo de Acordo de Separação dos Ativos e Passivos da ELOS”, firmado em 06 de abril de 2000, proporcional ao percentual estabelecido naquele instrumento, deduzidas as despesas com o processo de cobrança.

Do valor pertencente ao Plano BD-ELOS/TRACTEBEL será provisionado e transferido para a PREVIC, de acordo com os recebimentos das parcelas, o percentual determinado no “Termo de Acordo para Transferência Parcial dos Direitos e Obrigações do Plano de Benefício de Responsabilidade da TRACTEBEL na ELOS para o Gerenciamento da PREVIC”.

PARECERES

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Conselheiros e Diretores da
FUNDAÇÃO ELETRÔNICA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ELIOS
Praça Pereira Oliveira, 64 – Sobrelaje – Jd. Emedaiz
Hortolândia/SP

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO ELETRÔNICA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ELIOS**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas da atuação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da inatuação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da **FUNDAÇÃO ELETRÔNICA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ELIOS** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de erro ou fraude.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

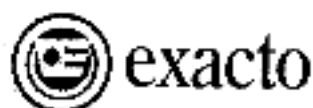
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causado por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO ELETRÔNICA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ELIOS** para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das

Local Auditoria

Rua Domingos de Moraes, 2230 - Avenida CEP 04313-010, Jd. Ayrton, BR 040 - Hortolândia/SP - Página 3 de 3
Fone: (11) 4171-1111/2155 - Fax: (11) 4171-1171/2125
CNPJ nº 07.000.000/0001-91 - NIRE nº 13.090.111/0001-91

www.exacto.com.br
contato@exacto.com.br





alternativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício e/ou referidas apresentaram adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **FUNDAÇÃO ELETRONIA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ELOS** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquele dia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Ênfase

a) Déficit Técnico Acumulado no Plano BD-ELOS/ELETRÔSUL

Chamamos a atenção para a Nota 10.1.a.1, as demonstrações contábeis, que descreve a apresentação no Plano BD-ELOS/ELETRÔSUL, de um Déficit Técnico Acumulado em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ (155.252 mil), equivalente a 14,76% do total das Provisões Matemáticas do plano existente de R\$ 1.051.835 mil. Com base na Resolução CNPC nº13, de 04 de novembro de 2013, atualmente em vigor, independentemente de sua natureza ser de origem conjuntural ou estrutural, deve ser objeto de equacionamento até o final do exercício seguinte ao encerramento do exercício social em que está sendo apurado este resultado deficitário, no seja, até o final de 2014, pois este Déficit Técnico Acumulado de R\$ (155.252 mil) é superior a 10% do total das Provisões Matemáticas do Plano e considerando também que até o momento não foi oficializada a Resolução tomada pela CNPC/MPS, na 13ª Reunião Ordinária do Colegiado, ocorrida em 24/02/2014, informando que excepcionalmente no fechamento contábil do ano de 2013, o referido percentual de 10% das Provisões Matemáticas do Plano seria de 15% sobre o mesmo valor e, neste contexto, não seria imperioso, ao longo de 2014, a elaboração de um Plano de Equacionamento de Déficit, já que o percentual de 15% das Provisões Matemáticas não foi ultrapassado. Nessa opinião não houve modificação relacionada a esse assunto.

b) Déficit Técnico Acumulado no Plano Plano BD-ELOS/TRACTEBEL

Chamamos a atenção para a Nota 10.1.a.3, as demonstrações contábeis, que descreve a apresentação no Plano BD-ELOS/TRACTEBEL, de um Déficit Técnico Acumulado em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ (149.213 mil), equivalente a 13,98% do total das Provisões Matemáticas do plano existente de R\$ 1.067.159 mil. Com base na Resolução CNPC nº13, de 04 de novembro de 2013, atualmente em vigor, independentemente de sua natureza ser de origem conjuntural ou estrutural, deve ser objeto de equacionamento até o final do exercício seguinte ao encerramento do exercício social em que está sendo apurado este resultado deficitário, no seja, até o final de 2014, pois este Déficit Técnico Acumulado de R\$ (149.213 mil) é superior a 10% do total das Provisões Matemáticas do Plano e considerando também que até o momento não foi oficializada a Resolução tomada pela

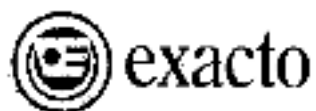
Exacto Auditoria

Rua Pirene Lemos, 240 - Fone: (11) 5040-0700 - Avenida dos Estados, 55 - Fone: (11) 5040-0700 - Página 2 de 3
E-mail: (11) 5040-0700 - Fax: (11) 5040-0700

INSCRIÇÃO Nº 0751/03 - CNPJ Nº 06.908.000/0001-05

Exacto Auditoria
www.exactoa.com.br






CNPQ/MPS, na 17ª Reunião Ordinária do colegiado, ocorrida em 24/02/2014, informou que excepcionalmente no fechamento contábil do ano de 2013, o reflexo percentual de 10% das Provisões Matemáticas do Plano seria de 15% sobre o montante valor e, neste contexto, não seria imperativo, ao longo de 2014, a elaboração de um Plano de Equacionamento de Déficit, já que o percentual de 15% das Provisões Matemáticas não foi ultrapassado. Nessa opinião não contém ratificação relacionada a esse assunto.

Porto Alegre, 19 de março de 2014.

Exato Auditoria S/S
CRC/RS-001544/O-3


Marcela Souza Marques da Cunha
Contador CRC RS-05969/O-2 S-5C



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Balanço Patrimonial Consolidado, as Demonstrações do Ativo Líquido - DAL por Plano de Benefícios, as Demonstrações da Mutações do Ativo Líquido - DMAL por Plano de Benefícios, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA Consolidada e por Plano de Benefícios, Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano - DPT por Plano de Benefícios, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social - DMPS Consolidada e as respectivas Notas Explicativas Consolidadas, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, bem como os registros contábeis pertinentes. Baseando-se, ainda, nos pareceres, relativos aos Planos Previdenciários vinculados às Patrocinadoras Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e Tractebel Energia S.A., do Atuário Independente Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., emitidos em 18 de março de 2014 e no parecer dos Auditores Independentes, Exacto Auditoria S/S, emitido em 19 de março de 2014, é de parecer que as mencionadas Demonstrações Contábeis traduzem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Fundação, estando em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação do Conselho de Deliberativo.

Recomendamos o acompanhamento e análise da possível necessidade de elaboração de um Plano de Equacionamento de Déficit, já que o percentual de 15% das Provisões Matemáticas não foi ultrapassado relativo ao Déficit Técnico Acumulado do Plano BD-ELOS/ELETROSUL em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ (155.252 mil), equivalente a 14,76% do total das Provisões Matemáticas do plano existente de R\$ 1.051.835 mil. Com base na Resolução CNPC nº 13, de 04 de novembro de 2013, atualmente em vigor, independentemente de sua natureza ser de origem conjuntural ou estrutural, deve ser objeto de equacionamento até o final do exercício seguinte ao encerramento do exercício social em que está sendo apurado este resultado deficitário, ou seja, até o final de 2014, pois este Déficit Técnico Acumulado de R\$ (155.252 mil) é superior a 10% do total das Provisões Matemáticas do Plano e considerando também que até o momento não foi oficializada a Resolução tomada pela CNPC/MPS, na 13ª Reunião Ordinária do colegiado, ocorrida em 24/02/2014, informando que excepcionalmente no fechamento contábil do ano de 2013, o referido percentual de 10% das Provisões Matemáticas do Plano seria de 15% sobre o mesmo valor e, neste



Go.




contexto, não seria imperativo, ao longo de 2014, a elaboração de um Plano de Equacionamento de Déficit, já que o percentual de 15% das Provisões Matemáticas não foi ultrapassado. Esse mesmo entendimento deve ser aplicado ao Déficit Técnico Acumulado do Plano BD-ELOS/TRACTEBEL em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ (149.213 mil), equivalente a 13,98% do total das Provisões Matemáticas do plano existente de R\$ 1.067.159 mil.

Florianópolis, 26 de março de 2014.


Heidi Regina da Silva Schoeler
Presidente do Conselho Fiscal, em exercício.


Sandro Rodrigues da Silva
Conselheiro Titular


Claudio Goulart
Conselheiro Titular


Luiz Francisco da Silva Eibs
Conselheiro Titular

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO**PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO**

O Conselho Deliberativo da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS, em reunião realizada no dia 27 de março de 2014, tendo em vista as atribuições que lhe confere o Estatuto, após o exame da Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS, Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido - DMAL, Demonstrac o do Ativo Líquido - DAL, Demonstrac o das Provisões Técnicas - DPT, Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa - PGA e Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 e considerando ainda os Pareceres do Consultor Atuarial, dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, resolve, estando os mesmos em ordem, aprová-los.

Florianópolis, 27 de març o de 2014.

Antonio Francisco Moser
Presidente

Silvio Roberto Seara Júnior

Ana Maria Tancredo

Tomé Aumary Gregório

Janildo Jovino da Silveira

Vera Ad lia Martins

PARECER ATUARIAL PLANO BD-ELOS/ELETROSUL



PARECER ATUARIAL CONSTANTE NA DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL (DA) DE DEZ/2013 PLANO BD-ELOS/ELETROSUL

PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO

Evolução dos Custos:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano BD ELOS/ELETROSUL, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela ELOS, resultou no custo total de 19,72% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos (incluído o custeio administrativo e já considerada nesse custo a existência da contribuição normal média de 7,52% dos participantes aposentados (e respectiva paridade contributiva do Patrocinador), da qual 85% (oitenta e cinco por cento) é destinada a participar do custeio normal dos benefícios). 2) No custo das aposentadorias está incluído a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido. 3) O Custo Administrativo é equivalente a 15% da Contribuição Normal dos Participantes (Não Assistidos) e do Patrocinador, sendo que, os Participantes, que se tornaram Assistidos após 14/12/2010, destinam 15% da sua contribuição para o custeio, paritário com o Patrocinador, das despesas administrativas, tendo sido aprovado pelo Conselho Deliberativo da ELOS e pelo Patrocinador, uma forma alternativa de custeio das despesas administrativas, que está sendo analisada pela PREVIC, elaborada à luz da Resolução MPS/CGPC Nº 29/2009. 4) Avaliação pelo Regime de Capitalização na Versão Agregado face ao fechamento do Plano BD ELOS/ELETROSUL a novas adesões de participantes, sendo o custo, aberto por benefício, atribuído de forma proporcional ao valor atual de cada um dos Benefícios Futuros (Aposentadorias sem ser por Invalidez/Aposentadorias por Invalidez/Pensão por Morte - Auxílio-Reclusão/Auxílio-Funeral por Morte de Dependente). 5) Na avaliação Atuarial de 2013, a idade média dos Participantes Não Assistidos é de 48 anos. 6) O custo total reavaliado de 19,72% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado e mantido, no exercício de 2014, pelas contribuições normais vigentes, considerando o estabelecido no Regulamento do Plano e na atual legislação em vigor, ou seja, sem qualquer elevação na contribuição para equacionamento de resultado deficitário conforme descrito no item VI.3 deste Parecer Atuarial. 7) A contribuição normal, mensal, do Patrocinador, será paritária com as contribuições de todos os participantes ativos e assistidos do PLANO. NOTA 1: Nas contribuições dos participantes, inclusive o que já seja Assistido pelo PLANO e que tenha entrado em gozo de benefício de prestação continuada a partir de 15/12/2000 já está incluído o rateio paritário das despesas administrativas, observado o limite de 15% (quinze por cento) do total das referidas contribuições. NOTA 2: As despesas administrativas referentes aos participantes assistidos que tenham entrado em gozo de benefício de prestação continuada antes de 15/12/2000, serão pagas pelo Patrocinador, já que a concessão do benefício foi anterior à vigência da Emenda Constitucional Nº 20/1998.

NOTA 3: 1 (uma) URE-BD corresponde, em dezembro de 2013 (a preços do mês do último reajuste, ou seja, de junho de 2013), ao valor de R\$ 3.230,93.



JESSÉ MONTELLO
Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

Varição das provisões matemáticas:

A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2012 para o final do ano 2013, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Provisão de Benefícios Concedidos (em 2012)...R\$ 511.318.323,93, (em 2013)...R\$ 690.884.834,48, (variação)...12%; Provisão de Benefícios a Conceder (em 2012)...R\$ 444.786.038,10, (em 2013)...R\$ 360.950.087,84, (variação)...-18,85%; Provisão Matemática a Constituir (em 2012)...R\$ 0,00, (em 2013)...R\$ 0,00, (variação)...-; Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial) (em 2012)...R\$ 956.104.362,03, (em 2013)...R\$ 1.051.834.922,32, (variação)...10,01%.

Principais riscos atuariais:

1) A situação financeiro-atuarial do deste Plano, em 31/12/2013, avaliada pelo Regime Financeiro de Capitalização na versão Agregado (já que o Regime Financeiro de Capitalização na versão do Crédito Unitário Projetado não pode mais continuar a ser utilizado em decorrência do fechamento do Plano a novas adesões de participantes, com a migração voluntária de parte dos participantes para o Novo Plano CD – ELETROSUL encerrada em 31/12/2011), no lugar do Regime Financeiro de Capitalização na versão do Crédito Unitário Projetado, utilizando as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do ano de 2012, com exceção a adoção da Tábua de Mortalidade Geral qx da AT-2000 (unissex) desagravada em 10% e da alteração no Fator de Capacidade que passou a ser 97,5%, apresentou em 31/12/2013, um Déficit Técnico Acumulado de R\$ (155.251.735,07), equivalente a 17,32% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 896.583.187,25 e a 14,76% da Provisão Matemática, então existente, de R\$ 1.051.834.922,32. 2) Foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais: i) Tábua de Mortalidade Geral: qx da AT-2000 (unissex) desagravado em 10%, em 2012 foi adotada a Tábua de Mortalidade Geral qx da AT-2000 (masculina) desagravada em 5%. ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: da AT-83 (masculina) desagravado em 5%, em 2012 foi adotada essa mesma Tábua de Mortalidade de Inválidos. iii) Tábua de Entrada em Invalidez: ix da LIGHT MÉDIA, em 2012 foi adotada essa mesma Tábua de Entrada em Invalidez. iv) Tábua de Rotatividade: Os valores de wx foram mantidos os mesmos do exercício de 2012, já que foi ainda mantida a Tábua de Rotatividade adotada, considerando as informações apresentadas na respectiva hipótese atuarial. v) Taxa real de juros/desconto: 5% ao ano, em 2012 foi adotada essa mesma taxa real de juros/desconto. vi) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: Como se trabalha na avaliação atuarial com o Salário Real de Benefício, que é a média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição, tal procedimento já embute tal Fator de Determinação do valor real dos salários. vii) Composição Familiar: É adotada a premissa da Família Média obtida com base na experiência regional, para os Benefícios a Conceder e para os Benefícios de Aposentadoria já concedidos, passíveis de serem revertidos em Benefícios de Pensão por Morte, sendo adotado a Família Efetiva para os Benefícios de Pensão por Morte já concedidos, em 2012 foi adotada essa mesma premissa, considerando as informações apresentadas na respectiva hipótese atuarial. viii) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 97,5%, compatível com uma inflação média anual de 4,5% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano, em 2012 foi adotado 98%, compatível com uma inflação média anual de 3,6% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano. 3) A rentabilidade nominal, calculada através da Taxa Interna de Retorno TIR na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano, ao longo de 2013, foi de -4,44% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 10,86%, o que, em termos reais, representou obter -9,49% não alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5% ao



JESSÉ MONTELLO
Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

ano estabelecida para 2013, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem, o INPC do IBGE, e adotando o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e de despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade, sendo que, para 2014, a meta atuarial de rentabilidade real líquida está sendo mantida em 5% ao ano. 4) Deve-se destacar que, segundo informações da área contábil da ELOS, o Saldo dos Débitos da Patrocinadora ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S/A para com o Plano de Benefícios Definidos (BD) da ELOS (Massa ELETROSUL) já registrados no Ativo do Plano, era, em 31/12/2013, de: i) R\$ 9.042.160,05 referentes à amortização que até 2007 vinha sendo registrada como Provisão Matemática a Constituir (amortização em 120 meses a contar de janeiro de 2014; ii) R\$ 3.350.474,20 referentes a Recadastramento de Tempo de Serviço (amortização em 12 meses a contar de janeiro de 2014); iii) Recomposição da Reserva Matemática por Contrato Financeiro decorrente de Acordo Judicial proveniente de Desbloqueio do Teto de Contribuição ao Plano dos participantes envolvidos na correspondente Ação Judicial: R\$ 4.872.825,92 (amortização em 223 meses a contar de janeiro de 2014); e iv) Contribuição (Parte Patronal Paritária) sobre os benefícios que seriam concedidos no Plano BD ELOS/ELETROSUL aos que se transferiram para o Plano CD ELOS/ELETROSUL caso os mesmos não tivessem realizado tal transferência: R\$ 29.446.710,00 (amortização em 220 meses a contar de janeiro de 2014).

Soluções para insuficiência de cobertura:

Com base na Resolução CNPC Nº 13, de 04 de novembro de 2013, observadas as informações constantes em estudo econômico financeiro e atuarial acerca das causas do resultado deficitário apurado de R\$ (155.251.735,07) em 31/12/2013, deve ser objeto de equacionamento até o final do exercício de 2014, ao menos o resultado deficitário que ultrapassar o percentual de dez por cento das Provisões Matemáticas do Plano, pois o déficit técnico acumulado de R\$ (155.251.735,07) é correspondente à 14,76% das Provisões Matemáticas do Plano reavaliadas, na posição de 31/12/2013, em R\$ 1.051.834.922,32. A forma de equacionamento do Déficit Técnico Acumulado apurado de R\$ (155.251.735,07) na posição de 31/12/2013, com base na atual legislação em vigor, deve ser decidida pelos Conselheiros da ELOS, com base em estudos técnicos realizados por nossa Consultoria Atuarial. Tomando por base as colocações aqui apresentadas e considerando também que até o momento não foi oficializada a Resolução tomada pela CNPC/MPS, na 13ª Reunião Ordinária do colegiado, ocorrida em 24/02/2014, informando que excepcionalmente no fechamento contábil do ano de 2013, o referido percentual de 10% das Provisões Matemáticas do Plano seria de 15% sobre o mesmo valor e, neste contexto, não seria imperativo, ao longo de 2014, a elaboração de um Plano de Equacionamento de Déficit, já que o percentual de 15% das Provisões Matemáticas não foi ultrapassado.

PARECER ATUARIAL DO PLANO

Qualidade da base cadastral:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Déficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais descritas desta D.A., os regimes atuariais de



JESSÉ MONTELLO
Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

financiamento apresentados no item VI.7. desta D.A. e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela ELOS, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2013, refletida nesta D.A.

Regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais:

Não aplicável.

Variação do resultado:

. Superávit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2012 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2013 (*1)...R\$ 675.249,75;
. Diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela ELOS para 31/12/2013 e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2012 evoluído para 31/12/2013 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade...R\$ (145.464.994,57);
. Adoção da Tábua de Mortalidade AT2000 (unisex) desagravada em 10%...R\$ (17.892.920,50);
. Adoção do Fator de Capacidade de 97,5%...R\$ 5.398.288,36;
. Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*2)...R\$ 2.032.641,89;
. Déficit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2013 (*3)...R\$ (155.251.735,07).
(*1): R\$ 675.249,75 = $609.101,43 \times 1,1086$ (tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem).
(*2): Equivale a 0,19% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2013, que foi de R\$ 1.051.834.922,32 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício.
(*3): Equivalente a 14,76% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2013, que foi de R\$ 1.051.834.922,32.

Natureza do resultado:

O Déficit Técnico Acumulado de R\$ (155.251.735,07), corresponde a 14,76% do total das Provisões Matemáticas do Plano no valor de R\$ 1.051.834.922,32, apurado neste exercício foi predominantemente conjuntural, que com base na Resolução CNPC Nº 13, de 04 de novembro de 2013, atualmente em vigor, independente de sua natureza ser de origem conjuntural ou estrutural, deve ser objeto de equacionamento até o final do exercício seguinte ao encerramento do exercício social em que está sendo apurado este resultado deficitário, ou seja, até o final de 2014, pois este Déficit Técnico Acumulado de R\$ (155.251.735,07) é superior a 10% do total das Provisões Matemáticas do Plano.



JESSÉ MONTELLO
Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

Soluções para equacionamento de déficit:

Tomando por base as colocações apresentadas neste Parecer Atuarial e considerando também que até o momento não foi oficializada a Resolução tomada pela CNPC/MPS, na 13ª Reunião Ordinária do colegiado, ocorrida em 24/02/2014, informando que excepcionalmente no fechamento contábil do ano de 2013, o referido percentual de 10% das Provisões Matemáticas do Plano seria de 15% sobre o mesmo valor e, neste contexto, não seria imperativo, ao longo de 2014, a elaboração de um Plano de Equacionamento de Déficit, já que o percentual de 15% das Provisões Matemáticas não foi ultrapassado.

Adequação dos métodos de financiamento:

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado desde 01/01/2010 e com o processo de migração para o Plano CD - ELETROSUL encerrado em 31/12/2011, o regime financeiro de capitalização que está sendo adotado, desde a avaliação atuarial de 2011, é o de Capitalização na versão Agregado, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

Outros fatos relevantes:

-> Continuação da "Opinião do Atuário" em relação a Hipótese Atuarial da Taxa Real de Juro: pode-se concluir que a carteira do Plano apresenta projeção de retorno aderente à premissa atuarial utilizada para Avaliação Atuarial do exercício de 2013, levando em consideração que tal Taxa Real de Juros atende ao limite máximo estabelecido na Resolução CNPC nº 09 de 29/11/2012, publicada no DOU em 23/01/2013, para fins do fechamento do exercício de 2013, o que, considerando o estabelecido no Item 69 do Guia PREVIC de Melhores Práticas Atuariais para Entidades Fechadas de Previdência Complementar, permite que o Atuário embase sua proposição em estudos de outros profissionais, detentores da qualificação requerida.

-> Continuação da "Opinião do Atuário" em relação a Hipótese Atuarial de Crescimento Real de Salário: também, tem de se considerar que, com a implantação do Plano CD-ELETROSUL, em geral, os Participantes mais jovens se transferiram do Plano BD-ELETROSUL para o Plano CD-ELETROSUL e, portanto, em geral, os que estão mais próximos da entrada em aposentadoria programada são os que permaneceram no Plano BD-ELETROSUL. Fato que deve ser constantemente analisado, inclusive pelas políticas de aumentos salariais da Patrocinadora, considerando a taxa média de crescimento real dos salários (taxa média de crescimento acima da inflação), que a Patrocinadora estima dar ao longo dos anos futuros aos atuais empregados, seja por mérito pessoal ou seja por produtividade geral, em conformidade com o item 1.1 do Anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006.

->Continuação da Justificativa e Opinião do Atuário em relação a Hipótese Atuarial da Composição da Família de Pensionistas: Ao longo, no máximo, dos próximos 3 (três) anos, a contar de 31/12/2013, se estará implantando para as Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos de Aposentadoria, passíveis de serem revertidos em Benefícios de Pensão por Morte, a adoção da Família Efetiva no lugar de Experiência de Composição Familiar de empresas do setor energético do Sul do Brasil, ou seja, até o final do exercício de 2016 (até 3 anos a contar da Avaliação Atuarial do exercício de 2014), está acertada entre a ELOS e a Patrocinadora ELETROSUL a adoção da Família Efetiva na proporção de 1/3 (um terço) a cada



JESSÉ MONTELLO
Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

ano (1/3 em 2014, 1/3 em 2015 e 1/3 em 2016). (Início da Opinião do Atuário) No que se refere às Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, a adoção da composição média de família de dependentes beneficiários obtida com base em dados da composição familiar de empregados/ex-empregados de empresas do setor energético que atuam no Sul do Brasil é um procedimento a ser mantido nos anos futuros. Com relação às Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, conforme indicado nas Demonstrações Atuariais (DA) do ano de 2011, foi feito o recadastramento das famílias de dependentes-beneficiários dos Benefícios de Pensão por Morte já concedidos e, conseqüentemente, se passou a adotar, para esses benefícios, a Família Efetiva no lugar da Experiência da Composição Familiar de empresas do setor energético do Sul do Brasil. Finalmente, com relação aos Benefícios de Aposentadoria, passíveis de serem revertidos em Benefícios de Pensão por Morte.

RIO DE JANEIRO, 28 de março de 2014 (data de envio da DA)

JOSÉ ROBERTO MONTELLO

ATUÁRIO - MIBA N° 426

PARECER ATUARIAL PLANO BD-ELOS/TRACTEBEL



JESSÉ MONTELLO
Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

**PARECER ATUARIAL CONSTANTE NA
DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL (DA) DE DEZ/2013
PLANO BD-ELOS/TRACTEBEL**

PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO

Evolução dos Custos:

1) Trata-se de um Plano no qual não há mais Participantes Não Assistidos (a não ser os enquadrados em Benefício Proporcional Diferido) e no qual não há mais contribuição normal do Patrocinador, só existindo, para o custeio dos benefícios, contribuição normal dos Participantes Assistidos, que em média corresponde a 5,58%. NOTA: Na avaliação Atuarial de 2013, a idade média dos Participantes Não Assistidos (todos enquadrados no Instituto do Benefício Proporcional Diferido) é de 64 anos. 2) Também, por se tratar de Plano de Benefício no qual não há mais Participantes Não Assistidos (a não ser os enquadrados em Benefício Proporcional Diferido) e no qual não há mais contribuição normal do Patrocinador para o custeio dos benefícios, existindo contribuição normal somente dos Participantes Assistidos. NOTA: As Despesas Administrativas, conforme previsão regulamentar, são cobertas pelo Patrocinador. 3) Para o exercício de 2014, estão sendo mantidas as contribuições normais vigentes, considerando o estabelecido no Regulamento do Plano e na atual legislação em vigor, ou seja, sem qualquer elevação na contribuição para equacionamento de resultado deficitário conforme descrito neste Parecer Atuarial. 4) Contribuição Extraordinária do Patrocinador (Déficit Equacionado contratado com cláusula de ajuste atuarial). Nos termos da correspondência CE DFI-0026/2014, com informações sobre a retomada dos pagamentos das parcelas remanescentes do Contrato de Ajuste de Déficit firmado em 19/03/2010, em face a suspensão realizada em 30/12/2012, cujo saldo devedor remanescente, calculado a partir da referida suspensão, resulta em montante de R\$ 29.634.636,37 em 31/12/2013, sendo sua amortização de responsabilidade patronal, a ser realizada em até 186 parcelas mensais, com cláusula de possibilidade de revisão anual do saldo devedor em função de perdas / ganhos observados nas avaliações atuariais, na forma prevista na legislação aplicável (*1). (*1) Por força de cláusula de possibilidade de revisão anual do saldo devedor em função de perdas / ganhos observados nas avaliações atuariais, na forma prevista na legislação aplicável, o saldo por amortizar está sendo registrado como Provisão Matemática a Constituir -Déficit Equacionado (de responsabilidade patronal), no valor de R\$ 29.634.636,37. NOTA: No tópico "Principais Riscos Atuariais", encontram-se detalhados os Débitos do Patrocinador para com o Plano BD ELOS / TRACTEBEL, devidamente contratados financeiramente.

Variação das provisões matemáticas:

A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2012 para o final do ano 2013, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte: Provisão de Benefícios Concedidos (em 2012)...R\$ 1.065.629.552,16, (em 2013)...R\$ 1.095.746.594,00, (variação)...2,83%; Provisão de Benefícios a Conceder (em 2012)...R\$ 1.014.972,00, (em 2013)...R\$ 1.047.049,00, (variação)...3,16%; Provisão Matemática a Constituir *1 (em 2012)...R\$ 0,00, (em 2013)...R\$

**JESSÉ MONTELLO****Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.**

(29.634.636,37), (variação)...--; Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial) (em 2012)...R\$ 1.066.644.524,16, (em 2013)...R\$ 1.067.159.006,63, (variação)...0,05%.

*1: Corresponde ao saldo do Déficit Equacionado (CONTRATADO COM CLÁUSULA DE AJUSTE ATUARIAL), cuja cobertura foi assumida em 2010 pela Patrocinadora TRACTEBEL ENERGIA, através de contrato firmado entre as partes em 19/03/2010, com cláusula de revisão atuarial, que poderá ser anualmente aplicada, mediante assinatura de termo contratual aditivo.

Principais riscos atuariais:

1) A situação financeiro-atuarial do Plano de Benefícios Definidos (BD) ELOS / TRACTEBEL, patrocinado pela TRACTEBEL ENERGIA, avaliado pelo regime/método de financiamento atuarial Agregado (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação atuarial do ano anterior), em razão do fechamento do Plano, em 09/04/2008, a novas adesões de participantes, bem como com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício anterior, com exceção a Taxa Real de Juros/Desconto que passou a ser 5,75% ao ano, a adoção da Tábua de Mortalidade Geral qx da AT-2000 (unissex) desagravada em 4% e da alteração no Fator de Capacidade que passou a ser 97,5%, além do fato de ter ocorrido, com base em dispositivo contratual, em razão da situação atuarial do Plano em 31/12/2013, a retomada do valor registrado como Provisão Matemática a Constituir de R\$ 29.634.636,37 na posição de 31/12/2013 (vide comentários no tópico "Evolução dos Custos desta D.A."), apresentou em 31/12/2013, um Déficit Técnico Acumulado de R\$ (149.212.528,29), equivalente a 16,26% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 917.946.478,34 e a 13,98% da Provisão Matemática, então existente, de R\$ 1.067.159.006,63. 2) Foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais: i) Tábua de Mortalidade Geral: qx da AT-2000 (unissex) desagravada em 4%, sendo que em 2012 foi adotada a Tábua de Mortalidade Geral qx da AT-2000 (masculina); ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: qxi=qx da AT-83, sendo que em 2012 foi adotada essa mesma Tábua de Mortalidade de Inválidos; iii) Tábua de Entrada em Invalidez: Não Aplicável; iv) Rotatividade: Não Aplicável; v) Taxa real de juros/desconto: 5,75% ao ano, sendo que em 2012 foi adotada a taxa real de juros / descontos de 5,5% ao ano; vi) Projeção de Crescimento Real de Salários: Não Aplicável; vii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: Não Aplicável, já que os que ainda são Participantes Não Assistidos do Plano estão enquadrados no Benefício Proporcional Diferido; viii) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 97,5%, compatível com uma inflação média anual de 4,5% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano, sendo que em 2012 foi adotado 98%; ix) Composição Familiar: É adotada a premissa da Família Média obtida com base na experiência regional, para os Benefícios a Conceder e para os Benefícios de Aposentadoria já concedidos, passíveis de serem revertidos em Benefícios de Pensão por Morte, sendo adotado a Família Efetiva para os Benefícios de Pensão por Morte já concedidos, sendo que, em 2012 foi adotada essa mesma premissa, considerando as informações apresentadas Seção das hipóteses atuariais. 3) A rentabilidade nominal, calculada através da Taxa Interna de Retorno TIR na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano, ao longo de 2013, foi de -6,80% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 11,39%, o que, em termos reais, representou obter -11,73%, contra a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,5% ao ano estabelecida para 2013, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem na sua aplicação, o INPC do IBGE, e adotando o método da Taxa Interna de Retorno TIR, a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade, sendo que, para 2013, a meta atuarial de rentabilidade real líquida está sendo alterada para 5,75% ao ano. 4) Deve-se destacar que, segundo informações da área contábil da ELOS, o Saldo dos Débitos da Patrocinadora TRACTEBEL ENERGIA para



JESSÉ MONTELLO
Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

com o Plano de Benefícios Definidos (BD) da ELOS (Massa TRACTEBEL) já registrados no Ativo do Plano, sem considerar o Débito relativo ao equacionamento do Déficit Técnico existente em 31/12/2009, que por ter cláusula de revisão atuarial, está registrado como Provisão Matemática a Constituir, era, em 31/12/2013, de: i) R\$ 16.748.286,93 referentes à Recadastramento de Tempo de Serviço (amortização em mais 12 meses a contar de janeiro de 2014); ii) R\$ 11.881.540,95 referentes à Recomposição de Reserva Matemática decorrente de Acordo Judicial de Desbloqueio do Teto de Contribuição ao Plano para os envolvidos na correspondente Ação Judicial (amortização em 223 meses a contar de janeiro de 2014); iii) R\$ 23.022.825,24 referentes à amortização do que até 2005 era registrado como Provisão Matemática a Constituir (amortização em 120 meses a contar de janeiro de 2014); iv) R\$ 4.231.592,25 referentes ao aumento do piso mínimo, atuarialmente avaliado, que foi assumido pela Patrocinadora através de contrato (amortização em 192 meses a contar de janeiro de 2014).

Soluções para insuficiência de cobertura:

4) Com base na Resolução CNPC Nº 13, de 04 de novembro de 2013, observadas as informações constantes em estudo econômico financeiro e atuarial acerca das causas do resultado deficitário apurado de R\$ (149.212.528,29) em 31/12/2013, deve ser objeto de equacionamento até o final do exercício de 2014, ao menos o resultado deficitário que ultrapassar o percentual de dez por cento das Provisões Matemáticas do Plano, pois o déficit técnico acumulado de R\$ (149.212.528,29) é correspondente à 13,98% das Provisões Matemáticas do Plano reavaliadas, na posição de 31/12/2013, em R\$ 1.067.159.006,63. A forma de equacionamento do Déficit Técnico Acumulado apurado de R\$ (149.212.528,29) na posição de 31/12/2013, com base na atual legislação em vigor, deve ser decidida pelos Conselheiros da ELOS, com base em estudos técnicos realizados por nossa Consultoria Atuarial. Tomando por base as colocações apresentadas anteriormente e considerando também que até o momento não foi oficializada a Resolução tomada pela CNPC/MPS, na 13ª Reunião Ordinária do colegiado, ocorrida em 24/02/2014, informando que excepcionalmente no fechamento contábil do ano de 2013, o referido percentual de 10% das Provisões Matemáticas do Plano seria de 15% sobre o mesmo valor e, neste contexto, não seria imperativo, ao longo de 2014, a elaboração de um Plano de Equacionamento de Déficit, já que o percentual de 15% das Provisões Matemáticas não foi ultrapassado.

PARECER ATUARIAL DO PLANO

Qualidade da base cadastral:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder e como Déficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais relacionadas no tópico "Principais Riscos Atuariais" desta D.A., o regime atuarial de financiamento referido no tópico "Adequação dos Métodos de Financiamento" desta D.A. e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela ELOS, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2013, refletida nesta D.A.



JESSÉ MONTELLO
Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

Regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais:

Não aplicável.

Variação do resultado:

Variação do Resultado do exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

- . Superávit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2012 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2013 (*1)...R\$ 18.122.834,69;
 - . Diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela ELOS para 31/12/2013 e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2012 evoluído para 31/12/2013 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade...R\$ (191.210.254,95);
 - . Adoção da Tábua de Mortalidade AT2000 (unisex) desagravada em 4%...R\$ (30.609.626,00);
 - . Adoção da Taxa Real de Juros de 5,75% ao ano...R\$ 23.570.937,00;
 - . Adoção do Fator de Capacidade de 97,5%...R\$ 5.996.805,00;
 - . Retomada do valor registrado como Provisão Matemática a Constituir...R\$ 29.634.636,37;
 - . Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*2)...R\$ (4.717.860,40);
 - . Déficit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2013 (*3)...R\$ (149.212.528,29).
- (*1): R\$ 18.122.834,69 = R\$ 16.269.714,24 x 1,1139 (tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem).
- (*2): Equivale a 0,44% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2013, que foi de R\$ 1.067.159.006,63 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício.
- (*3): Equivalente a 13,98% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2013, que foi de R\$ 1.067.159.006,63.

Natureza do resultado:

O Déficit Técnico Acumulado de R\$ (149.212.528,29), corresponde a 13,98% do total das Provisões Matemáticas do Plano no valor de R\$ 1.067.159.006,63, apurado neste exercício foi predominantemente conjuntural, que com base na Resolução CNPC Nº 13, de 04 de novembro de 2013, atualmente em vigor, independente de sua natureza ser de origem conjuntural ou estrutural, deve ser objeto de equacionamento até o final do exercício seguinte ao encerramento do exercício social em que está sendo apurado este resultado deficitário, ou seja, até o final de 2014, pois este Déficit Técnico Acumulado de R\$ (149.212.528,29) é superior a 10% do total das Provisões Matemáticas do Plano.

Soluções para equacionamento de déficit:

Tomando por base as colocações apresentadas no item V.3. deste Parecer Atuarial e considerando também que até o momento não foi oficializada a Resolução tomada pela CNPC/MPS, na 13ª Reunião



JESSÉ MONTELLO
Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

Ordinária do colegiado, ocorrida em 24/02/2014, informando que excepcionalmente no fechamento contábil do ano de 2013, o referido percentual de 10% das Provisões Matemáticas do Plano seria de 15% sobre o mesmo valor e, neste contexto, não seria imperativo, ao longo de 2014, a elaboração de um Plano de Equacionamento de Déficit, já que o percentual de 15% das Provisões Matemáticas não foi ultrapassado.

Adequação dos métodos de financiamento:

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado desde 09/04/2008 a novas adesões de participantes, no qual inclusive não se registra mais Participantes Não Assistidos, (a não ser os que estão enquadrados em Benefício Proporcional Diferido), o regime financeiro de capitalização adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria e de Pensão por Morte, que são os basicamente benefícios remanescentes nesse Plano, é o de Capitalização na versão Agregado, o qual é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

Outros fatos relevantes:

1) Para o exercício de 2014, estão sendo mantidas as contribuições normais vigentes, considerando o estabelecido no Regulamento do Plano e na atual legislação em vigor, ou seja, sem qualquer elevação na contribuição para equacionamento de resultado deficitário conforme descrito no item VI.3 deste Parecer Atuarial: i) Contribuição Normal dos Participantes Não Assistidos e Assistidos: 1,80% da parcela do Salário Real de Contribuição do mês, compreendida até a metade do valor de 1 (uma) URE-BD; 4,60% da parcela do Salário Real de Contribuição do mês, compreendida entre a metade e o valor de 1 (uma) URE-BD; 9,00% da parcela do Salário Real de Contribuição do mês, compreendida entre o valor de 1 (uma) URE-BD e o valor de 3 (três) URE-BD; e 11,50% da parcela do Salário Real de Contribuição do mês, que exceder o valor de 3 (três) URE-BD, tão-somente para os Participantes inscritos no Plano até 07/04/1980 que não tenham feito a opção de contribuir tão-somente sobre a parcela do Salário Real de Contribuição do mês não excedente ao valor de 3 (três) URE-BD. NOTA: 1 (uma) URE-BD estando em dezembro de 2013, no valor de R\$ 3.230,93.ii) Contribuição Normal do Patrocinador: Igual ao dobro da contribuição dos empregados participantes (devendo ser destacado não existirem mais empregados participantes no Plano).

NOTA: O custeio das despesas administrativas, conforme previsão regulamentar, são cobertas pelo Patrocinador.

2) No que se refere às Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, a adoção da Composição média de família de dependentes-beneficiários obtida com base em dados de composição familiar de empregados / ex-empregados de empresas do setor energético que atuam no Sul do Brasil é um procedimento a ser mantido nos anos futuros. Com relação às Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, de Pensão por Morte já concedidos e, consequentemente, se passou a adotar, a Família Efetiva no lugar da Experiência de Composição Familiar de empresas do setor energético do Sul do Brasil. Finalmente, com relação aos Benefícios de Aposentadoria, passíveis de serem revertidos em Benefícios de Pensão por Morte, ao longo dos próximos exercícios estará sendo realizado estudos para passar a adotar a Família Efetiva no lugar da Experiência de Composição Familiar de empresas do setor energético do Sul do Brasil, estando acertado entre a ELOS e a Patrocinadora TRACTEBEL a adoção da Família Efetiva até o



JESSÉ MONTELLO
Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

final do exercício de 2016 (até 3 anos a contar de 31/12/2013), podendo essa adoção vir a ocorrer, de forma parcial, antes do final desse período de 3 (três) anos.

3) A Taxa Real de Juros que está sendo adotada é de 5,75% ao ano, em substituição a taxa real de juros de 5,50% ao ano, adotada na avaliação atuarial do exercício de 2012, em nosso posicionamento sobre essa hipótese, que teve como base o Estudo da ALM - Asset Liability Management elaborado em 2013 pela Consultoria Risk Office, onde se verifica que a Rentabilidade Real Média da Carteira (média das medianas anuais) projetada é de 5,77%, utilizando as premissas do ativo descritas no referido Estudo Técnico de Aderência da Taxa Atuarial para 2014 realizado pela Risk Office, considerando os riscos econômicos e financeiros envolvidos, o fluxo de receitas e de despesas e, naturalmente, as aplicações e as reaplicações dos recursos que entrarão no caixa desse Plano, pode-se concluir que a carteira do Plano apresenta projeção de retorno aderente à premissa atuarial utilizada para Avaliação Atuarial do exercício de 2013, levando em consideração que tal Taxa Real de Juros atende ao limite máximo estabelecido na Resolução CNPC nº 09 de 29/11/2012, publicada no DOU em 23/01/2013, para fins do fechamento do exercício de 2013, o que, considerando o estabelecido no Item 69 do Guia PREVIC de Melhores Práticas Atuariais para EFPC, permite que o Atuário embase sua proposição em estudos de outros profissionais, detentores de qualificação específica.

RIO DE JANEIRO, 28 de março de 2014 (data de envio da DA)

JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO - MIBA N° 426

PARECER ATUARIAL PLANO CD-ELOS/ELETROSUL



JESSÉ MONTELLO
Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

PARECER ATUARIAL CONSTANTE NA DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL (DA) DE DEZ/2013 PLANO CD-ELETROSUL

PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO

Evolução dos Custos:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano CD - ELETROSUL, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela ELOS, resultou no custo total de 23,78%. 2) Os custos dos Pecúlios por Invalidez e Morte correspondem à parcela da Contribuição Normal Paritária do Patrocinador, destinada ao Custeio dos Benefícios de Risco. 3) A partir de mar/2013 foi alterado a forma de cálculo da Despesa Administrativa, passando a ser um percentual a ser definido anualmente no Plano de Custeio e aplicado sobre o Recurso Garantidor dos Benefícios, de responsabilidade paritária entre o Patrocinador e o Participante. 4) Se considerou os valores de R% observados no mês de dezembro do respectivo ano. 5) Na avaliação Atuarial de 2013, a idade média dos participantes ativos é de 43 anos. 6) O custo total reavaliado de 23,78% será custeado, no exercício de 2014, pelas alíquotas descritas dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano CD - ELETROSUL, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador.

Variação das provisões matemáticas:

A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano, do final do ano de 2012 para o final do ano 2013, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte: Provisão de Benefícios Concedidos (em 2012)...R\$ 73.432.229,25, (em 2013)...R\$ 148.566.633,12, (variação)... 102,32%; Provisão de Benefícios a Conceder (em 2012)...R\$ 373.449.203,57, (em 2013)...R\$ 302.216.839,21, (variação)...-19,07%; Provisão Matemática a Constituir (em 2012)...R\$ 0,00, (em 2013)...R\$ 0,00, (variação)...-; Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial) (em 2012)...R\$ 446.881.432,82, (em 2013)...R\$ 450.783.472,33, (variação)...0,87%.

Principais riscos atuariais:

1) Considerando que o Plano CD ELOS/ELETROSUL é um Plano basicamente de Contribuição Definida, somente há registro de Superávit Técnico Acumulado ou de Déficit Técnico Acumulado na cobertura relativa aos Benefícios Saldados (BPDS) sob a forma de Benefício Definido, sendo que, no que se refere aos Benefícios de Pecúlio por Morte em Atividade / Entrada em Invalidez, avaliados por Repartição Simples, os Resultados Positivos Acumulados constituem o Fundo Coletivo de Benefício de Risco. NOTA:



JESSÉ MONTELLO
Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

De acordo com o constante do DRAA (modelo SPC do MPS) que compôs a Nota Técnica de Implantação do Plano de Benefícios Previdenciários nº 01 CD ELETROSUL (JM-1356/2007 de 20/06/2007), Plano este aprovado pela então Secretaria de Previdência Complementar através da Portaria nº 3253 de 23/12/2009, publicada no D.O.U em 28/12/2009, o Fundo Exclusivo dos Optantes pelo Benefício Proporcional Diferido Saldado (B.P.D.S.) se destina exclusivamente a dar cobertura às Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e de Benefícios a Conceder dos optantes parcial (50%) ou total (100%) pelo Benefício Proporcional Diferido Saldado (B.P.D.S.), sendo a cobertura de eventual insuficiência atuarial de recursos nesse Fundo de responsabilidade exclusiva da Patrocinadora ELETROSUL. 2) Nesse contexto, no que se refere aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), que são Benefícios Saldados, na forma de Benefício Definido, as Provisões Matemáticas estão avaliadas considerando: i) taxa real de desconto/juros de 5% ao ano; ii) Mortalidade Geral q_x da AT-2000 (unissex) desagravada em 10%, em substituição ao q_x da AT-2000 (masculina) desagravado em 5% adotada em 31/12/2012; iii) Mortalidade de Inválidos q_{xi}=q_x da AT-83 (masculina) desagravado em 5%; iv) Entrada em Invalidez: ix da LIGHT MÉDIA; v) Rotatividade Nula; e vi) Fator de Capacidade de 97,5% em substituição ao Fator de Capacidade de 98% adotado em 31/12/2012 (Não sendo aplicável utilizar projeção de crescimento real de salário), resultando num valor de Provisão Matemática de R\$ 450.783.472,33 e num valor de Superávit Técnico Acumulado de R\$ 969.749,82, devidamente registrado como Reserva de Contingência nos termos da legislação aplicável. 3) Em relação ao Benefício (Pecúlio) de Risco por Morte do Participante Ativo, o custo do mesmo é avaliado atuarialmente pelo regime financeiro de repartição simples, utilizando os q_x da Tábua de Mortalidade Geral AT-49 (masculino) agravados em 25%, que vem se mostrando suficiente, conforme demonstra a evolução do Saldo registrado como Fundo de Pecúlio por Morte que, em 31/12/2013, alcançou o valor de R\$ 2.255.169,78, comparativamente aos R\$ 1.715.316,02 registrados em 31/12/2012. E, conseqüentemente, ao Fundo Coletivo de Benefícios (Pecúlios) de Risco (a Conceder), que, em 31/12/2013, alcançou o valor de R\$ 5.125.385,90, comparativamente aos R\$ 3.898.445,59 registrados em 31/12/2012. 4) Em se tratando do Benefício (Pecúlio) de Risco por Incapacidade de Participante Ativo, o custo do mesmo é avaliado atuarialmente pelo regime financeiro de repartição simples, utilizando os ix da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (MÉDIA) agravados em 25%, que vem se mostrando suficiente, conforme demonstra a evolução do saldo registrado como Fundo de Pecúlio por Invalidez que, em 31/12/2013, alcançou o valor de R\$ 2.870.216,12, comparativamente aos R\$ 2.183.129,57 registrados em 31/12/2012. E, conseqüentemente, ao Fundo Coletivo de Benefícios (Pecúlios) de Risco (a Conceder), que, em 31/12/2013, alcançou o valor de R\$ 5.125.385,90, comparativamente aos R\$ 3.898.445,59 registrados em 31/12/2012. 5) A rentabilidade repassada às contas desse Plano é com base na variação do valor das cotas que corresponde ao Retorno dos Investimentos, conforme estabelece o Regulamento de Benefícios do Plano CD - ELETROSUL, exceto no que se refere à situação dos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), que são Benefícios Saldados, na forma de Benefício Definido. 6) Assim, no que se refere ao Sub-Plano B.P.D.S., constituído pelos Benefícios Saldados (na forma de Benefício Definido), a rentabilidade nominal líquida, obtida pela ELOS na aplicação do Patrimônio de Cobertura desse Sub-Plano, ao longo de 2013, foi de -4,08% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade líquida de 10,86%, o que, em termos reais, representou obter -9,15%, não alcançando, assim, a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5% ao ano estabelecida para 2013, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem na sua aplicação, o INPC do IBGE, e adotando o método da taxa interna de retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade, sendo que, para 2014, a meta atuarial de rentabilidade real líquida está sendo mantida em 5% ao ano. VER COMPLEMENTAÇÃO EM OUTROS FATOS RELEVANTES.



JESSÉ MONTELLO
Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

Soluções para insuficiência de cobertura:

Não aplicável.

PARECER ATUARIAL DO PLANO

Qualidade da base cadastral:

Os dados cadastrais que nos foram enviados pela ELOS, foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2013, refletida nesta D.A..

Regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais:

Fundo Patronal Não Comprometido constituído pelo saldo, devidamente atualizado, de recursos oriundos da Provisão Matemática Coletiva de Benefícios a Conceder - Subconta Patrocinadora, em razão de não serem mais passíveis de serem destinados para resgate, portabilidade ou benefícios dos que deixaram de ser participantes do Plano. Tendo por finalidade, caso se faça atuarialmente necessária a sua utilização, o Plano de Custeio Anual irá prever sua utilização, com a devida deliberação favorável do Conselho Deliberativo da ELOS, sendo vedada sua utilização para o custeio das despesas administrativas.

Fundo Coletivo de Benefício de Risco Saldo, constituído e devidamente atualizado, das contribuições destinadas ao custeio dos Benefícios de Risco realizadas pela Patrocinadora, incluindo as realizadas por participantes, na condição de Autopatrocinado, para o custeio desses benefícios. Tendo por finalidade prover recursos para pagamento dos Benefícios de Risco que excedam ao valor das contribuições destinadas ao Custeio dos Benefícios de Risco, recebidas, a cada mês, com base no Plano de Custeio vigente para dar cobertura a esses benefícios.

Variação do resultado:

Considerando que o Plano CD ELOS/ELETROSUL é um Plano basicamente de Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, exceto na situação correspondente aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), que são Benefícios Saldados, na forma de Benefício Definido, cujo valor Superavitário evoluiu de R\$ 9.738.194,40 em 31/12/2012 para R\$ 969.749,82 em 31/12/2013, tendo sido as causas mais prováveis para essa evolução, as seguintes:

. Superávit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2012 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2013 (*1)...R\$ 10.795.762,31;



JESSÉ MONTELLO
Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

- . Diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela ELOS para 31/12/2013 e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2012 evoluído para 31/12/2013 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade...R\$ (8.990.699,34);
 - . Adoção da Tábua de Mortalidade AT2000 (unisex) desagravada em 10%...R\$ (956.009,72);
 - . Adoção do Fator de Capacidade de 97,5%...R\$ 295.605,05;
 - . Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*2)...R\$ (174.908,48);
 - . Superávit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2013 (*3)...R\$ 969.749,82.
- (*1): $R\$ 10.795.762,31 = 9.738.194,40 \times 1,1086$ (tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem).
- (*2): Equivale a 0,30% do valor total das Provisões Matemáticas relativas aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.) obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2013, que foi de R\$ 55.187.401,11 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício.
- (*3): Equivalente a 1,75% do valor total das Provisões Matemáticas relativas aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.) obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2013, que foi de R\$ 55.187.401,11.

Natureza do resultado:

Considerando que o Plano CD ELOS/ELETROSUL é um Plano basicamente de Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, ou qualquer resultado acumulado, exceto no que se refere à situação dos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), que são Benefícios Saldados, na forma de Benefícios Definidos.

Assim, com relação ao Sub-Plano B.P.D.S., considerando que o Superávit Acumulado, nos termos da legislação vigente, por estar abaixo dos 25% (vinte e cinco por cento) das respectivas Provisões Matemáticas, encontrava-se registrado como Reserva de Contingência, cujo objetivo é o de dar cobertura à contingência de vir a ocorrerem desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais ao longo dos anos futuros, ele é entendido como conjuntural não sendo, portanto, passível de distribuição facultativa ou obrigatória.

Soluções para equacionamento de déficit:

Não aplicável.

Adequação dos métodos de financiamento:

No que se refere aos Benefícios de Risco por Morte do Participante Ativo e por Incapacidade Laborativa, tais benefícios estão sendo adequadamente financiados pelo Regime de Repartição Simples. Quanto aos benefícios, concedidos na modalidade de Contribuição Definida, eles estão sendo financiados pelo Regime Financeiro de Capitalização Individual.



JESSÉ MONTELLO
Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

Finalmente, no que se refere aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), por serem Benefícios Saldados na modalidade de Benefício Definido, os mesmos estão sendo adequadamente financiados pelo Regime Financeiro de Capitalização Agregado.

Outros fatos relevantes:

->Em relação a Hipótese Atuarial de Taxa Real Anual de Juros: procurando uma melhor perspectiva para a obtenção de retorno dos investimentos compatíveis com a meta atuarial de rentabilidade, devendo essa análise ser apresentada ao atuário responsável pelo Plano com as correspondentes sustentações.

FATO RELEVANTE: Sendo o Benefício Proporcional Diferido Saldado (B.P.D.S.) o Saldamento do Plano BD ELOS/ELETROSUL, que, com o advento do Plano CD - ELETROSUL, ficou fechado a novas adesões de participantes, abriu-se, aqui, também, a perspectiva para se analisar a questão da taxa real de desconto/juros levando em consideração que o horizonte de vida futura dos Benefícios se reduziu de forma significativa com o Saldamento, o que tem de ser levado em consideração na Política de Investimentos desse Sub-Plano Saldado do Plano CD -ELETROSUL pelo correspondente ALM, o qual deverá demonstrar ser viável, considerando a carteira de títulos de renda fixa e de outros investimentos se trabalhou com a perspectiva de obtenção do retorno dos investimentos compatíveis com 5% ao ano de juros real, aqui considerada.

-> Em relação a Hipótese Atuarial de Tábua de Mortalidade Geral: Já no que se refere ao Benefício de Pecúlio pago por Morte em Atividade, pela natureza do Benefício e pelo quantitativo de participantes não assistidos alcançados por essa cobertura é necessário adotar um nível agravado de mortalidade como o qx da AT-49 (masculina) agravado em 25%.

(*) Tábua na versão unissex desagravada em 10%, com pesos de 18,49% e 81,51%, respectivamente para o sexo feminino e masculino, calculados pela população total dos participantes válidos dos Planos BD ELOS/ELETROSUL e CD ELETROSUL (B.P.D.S.), no final de 2012, que era de 1.260 indivíduos, dos quais 233 eram mulheres e 1.027 homens: sejam não assistidos (649), aposentados, que não por invalidez (565) e pensionistas por morte de participante (46), todos estes aqui considerados válidos.

-> Em relação a Hipótese Atuarial de Composição de Família de Pensionistas: Finalmente, com relação aos Benefícios de Aposentadoria, passíveis de serem revertidos em Benefícios de Pensão por Morte, em face da excepcionalidade das rentabilidades registradas no exercício de 2013, que levou a que o Conselho Nacional de Previdência Complementar CNPC/MPS estabelecesse, excepcionalmente para o exercício de 2013, em sua 13ª Reunião Ordinária do Colegiado (ocorrida em 24/02/2014), que a parcela do Déficit Técnico Acumulado excedente a 15% (e não excedente a 10%) apurado num primeiro exercício, não importando a sua natureza (conjuntural ou estrutural), se estará realizando a transição para a adoção da Família Efetiva, de forma gradativa, mantido o prazo de 4 (quatro) anos a contar de 31/12/2012 (ou seja, de 3 anos a contar de 31/12/2013), só que começando a partir da Avaliação Atuarial do exercício de 2014, na proporção de 1/3 (um terço) a cada ano (1/3 em 2014, 1/3 em 2015 e 1/3 em, 2016).

-> Com relação ao custo do Plano - NOTA: A partir de março de 2013, com a publicação da portaria PREVIC n.º 89 de 25/02/2013, que aprovou as alterações propostas para o Regulamento do Plano de Benefícios CD-ELETROSUL, a ELOS passou a utilizar como base de cálculo o Saldo da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder do Participante, inclusive Assistidos, para apuração da fonte de custeio do PGA do Plano, com a utilização do percentual de 0,018% (*), aprovado pelo Conselho Deliberativo por meio da ATA n.º 305, de 14/03/2013. A referida ATA também define a utilização do Fundo Administrativo do Plano, que na posição de 31/12/2013 era de R\$ 6.328.633,57, para os Participantes inscritos no Plano até 14/03/2013, a fim de cobrir as despesas administrativas vinculadas ao



JESSÉ MONTELLO
Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

Plano durante o exercício de 2013, relacionadas aos referidos Participantes, calculadas por rateio em função do valor do Saldo de Contas dos Participantes, inclusive Assistidos e do Saldo de Contas do Patrocinador, bem como determina um saldo mínimo para a manutenção desse Fundo Administrativo, conforme Regulamento do PGA e aprovação orçamentária. (*) calculado anualmente.

->Com relação Princ.Riscos Atuariais: 5) O Plano de Custeio Vigente destinado a dar cobertura aos Benefícios do Plano CD - ELETROSUL, que passará a vigorar em 2014, uma vez que foi alterado a forma de cobrança da Despesa Administrativa, que passou a ser através de percentual a ser aplicado sobre os Recursos Garantidores dos Benefícios, é o definido no Regulamento do Plano. Da Contribuição Normal da Patrocinadora (Paritária com a Contribuição Normal Básica dos Participantes Não Assistidos, do total dessa parcela paritária da contribuição normal da Patrocinadora, temos que: 14% será destinado à cobertura dos benefícios de risco de invalidez, 11% à cobertura dos benefícios de risco por morte em atividade e os restantes 75% à cobertura dos benefícios programados.

RIO DE JANEIRO, 28 de março de 2014 (data de envio da DA)

JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO - MIBA N° 426

